

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

Comunidade e Lugar:

O Caso do Horto Florestal de Limeira - SP

Rosângela Cristina Scatolin Bernini

Orientador: **Prof. Dr. Pompeu Figueiredo de Carvalho**

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós – Graduação em Geografia – Área de Concentração em Organização do Espaço, para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Rio Claro (SP)

2004



À
Bruno e Dedé,
dedico com amor.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, pela proteção;

A minha família, pelo apoio, sempre;

À UNESP, pela oportunidade;

Ao Prof. Dr. Pompeu Figueiredo de Carvalho, pela orientação e paciência;

Aos professores do curso de Pós – Graduação em Geografia do IGCE – Rio Claro, que muito contribuíram para a minha formação, especialmente aos Professores Doutores Adler G. Viadana, Elson Luciano Silva Pires, José Carlos Godoy Camargo, José Humberto Barcelos, Iandara Alves Mendes e Rosângela Doin de Almeida;

A Professora Dra. Lucy Marion C. Ph. Machado e ao Professor Dr. Roberto Braga pelas sugestões;

As bibliotecárias Meire e Mônica, pela atenção;

À Secretaria da Pós – Graduação e do Departamento de Planejamento, pela competência;

À comunidade do Bairro do Tatu – Limeira (SP), especialmente à Flávia Trevisol Furlan e Adriana M. G. Trevisol, pela colaboração;

Ao Sr. Ivaldo Feres, Diretor do Horto Florestal, pelas informações;

A Sra. Maria Amélia Moreno Manarini, Diretora do Centro de Ressocialização de Limeira, pelas informações;

Ao Pe. Reynaldo Ferreira de Melo, Presidente da APARE (Associação de Proteção e Apoio aos Reeducando e Encarcerados), pela atenção;

À Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Limeira, especialmente ao Flávio, pelas informações;

Ao Gilberto DHenrique, pela ajuda com os mapas;

A Lya e Ísis Sartori pela valiosa colaboração na digitação,

À todos que colaboraram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, agradeço.

“O que temos a fazer é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação.”

(Pedagogia do Oprimido – Paulo Freire).

Sumário

Índice	i
Índice de Figuras	ii
Índice de Tabelas	iii
Índice de Gráficos.....	iv
Resumo	v
Abstract	vi
Introdução	1
Capítulo 1 – Fundamentação Teórica.....	3
Capítulo 2 – A Produção do Espaço Urbano	22
Capítulo 3 – A Produção do Lugar: O Horto Florestal de Limeira-SP	49
Capítulo 4 – A Pesquisa	78
Considerações Finais	110
Bibliografia e Referências Bibliográficas	114
Anexo	123

Índice

Introdução	1
Capítulo 1 – Fundamentação Teórica.....	3
1.1 – Abordagens ao Fato Geográfico	3
1.2 – A Tradição Espacial na Geografia	7
1.3 – O Significado do Espaço	12
1.4 – Do Significado ao Conceito de Lugar	15
1.5 – A Percepção do Lugar	17
Capítulo 2 – A Produção do Espaço Urbano	22
2.1 – Caracterização da Área de Estudo	22
2.1.1 – Localização	22
2.1.2 – Aspectos Físicos	22
2.1.3 – Breves Notas das Origens da Cidade de Limeira	28
2.1.4 – Aspectos Sócio – Econômicos.....	31
2.2 – Uso e Ocupação do Solo Urbano	36
2.2.1 – Distribuição Espacial da População	36
2.2.2 – Expansão Urbana	44
Capítulo 3 – A Produção do Lugar: A Horto Florestal de Limeira	49
3.1 – A Urbanização e a Questão Ambiental	49
3.2 – O Caso do Horto Florestal.....	54
3.2.1 – O Centro de Ressocialização	61
3.2.1.1 – O Centro de Ressocialização de Limeira	65
3.3 – Comunidade e Lugar	69
3.3.1 – A Comunidade do Bairro do Tatu	72
Capítulo 4 – A Pesquisa	78
4.1 – Propósito e Objetivos	78
4.2 – Origem da Pesquisa.....	79
4.3 – O Universo da Pesquisa.....	79
4.4 – Coleta de dados.....	82
4.5 – Resultado e Discussão	83
Considerações Finais	110
Bibliografia e Referências Bibliográficas	114
Anexo	123
Anexo A – Modelo do Questionário	
Anexo B – Decretos Municipais de Desapropriação do Horto Florestal	
Anexo C - Mapa do Horto Florestal	
Anexo D – Mapa do Bairro do Tatu	

Índice de Figuras

Figura 1 - Localização da Área de Estudo	23
Figura 2 - Município de Limeira (SP) – Planta da Rede Viária Municipal (1978) – Escala 1:50.000	24
Figura 3 - Origem do Município de Limeira (SP) – Mapa Das Sesmarias (1799 - 1818)	30
Figura 4 - Município de Limeira (SP) – Construção da Estrada para Campinas (1826)	32
Figura 5 - Município de Limeira (SP) – Instalação da Estrada de Ferro (1876)	33
Figura 6 - Mapa de Setorização Rural – Escala 1: 175.000	37
Figura 7 - Evolução Urbana (1876 - 1997)	39
Figura 8 - Uso do Solo – Escala 1:50.000	41
Figura 9 - Conjuntos Habitacionais e Loteamentos Populares	42
Figura 10 - Inserção Regional.....	47
Figura 11 - Áreas Municipais – Escala 1: 50.000	52
Figura 12 - Localização do Horto Florestal no Município de Limeira (SP) – Escala 1: 50.000	55
Figura 13 – Imagens do Horto Florestal	59
Figura 14 - Planta Base do Centro de Ressocialização.....	64
Figura 15 – Imagem do Centro de Ressocialização.....	66
Figura 16 - Localização do Bairro do Tatu no Município de Limeira (SP) – Escala 1: 50.000	73
Figura 17- Imagens do Bairro do Tatu	76
Figura 18 – Imagem do Protesto da Comunidade	80

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Tipos de Solo no Município de Limeira.....	26
Tabela 2 – Composição da Mancha Urbana	43
Tabela 3 – Áreas Municipais	53
Tabela 4 – Quadro de Áreas – Hortos Florestais da FEPASA	57
Tabela 5 – Naturalidade dos entrevistado	84
Tabela 6 – Faixa Etária dos entrevistados	86
Tabela 7 – Opinião sobre a importância do Horto Florestal	97
Tabela 8 – Opinião sobre o que os entrevistados apreciam no Horto Florestal	98
Tabela 9 – Opinião sobre o que os entrevistados não gostam no Horto Florestal.....	99
Tabela 10 – Mudanças percebidas no Horto Florestal.....	103
Tabela 11 – Opinião sobre a construção do Centro de Ressocialização no Horto Florestal.....	107
Tabela 12 – Opinião sobre o que se deve fazer no Horto Florestal.....	109

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Tipos de solo no município de Limeira.....	26
Gráfico 2 – Composição da Mancha Urbana.....	43
Gráfico 3 – Áreas Municipais.....	53
Gráfico 4 – Classificação dos entrevistados segundo o sexo.....	85
Gráfico 5 – Estado civil dos entrevistados.....	87
Gráfico 6 – Escolaridade dos entrevistados.....	88
Gráfico 7 – Atividades econômicas dos entrevistados	89
Gráfico 8 – Os entrevistados tem filhos.....	90
Gráfico 9 – Escolaridade dos filhos dos entrevistados.....	91
Gráfico 10 – Frequência dos entrevistados ao centro da cidade.....	93
Gráfico 11 – Meio de transporte utilizado pelos entrevistados	94
Gráfico 12 – Tempo de residência no bairro.....	95
Gráfico 13 – Os entrevistados conhecem o Horto Florestal.....	96
Gráfico 14 – Os entrevistados freqüentam o Horto Florestal.....	100
Gráfico 15 – Frequência de visita ao Horto Florestal.....	101
Gráfico 16 – Perceberam mudanças no Horto Florestal.....	102
Gráfico 17 – Os entrevistados foram consultados sobre a construção do Centro de Ressocialização.....	104
Gráfico 18 – Os entrevistados concordam com a construção do Centro de Ressocialização no Horto Florestal.....	105

Resumo

A dissertação faz uma análise crítica do processo autoritário de decisão no desenvolvimento urbano brasileiro tomando como estudo de caso a construção de um presídio em Horto Florestal de Limeira – São Paulo. A metodologia adotada é a análise da percepção na Geografia. Primeiramente é feita uma revisão bibliográfica sobre o método, baseando-se principalmente em Yi-Fu Tuan e seu conceito de lugar. Breves notas sobre a formação social urbana de Limeira são providas, focalizando a comunidade rural de Tatu, o processo de planejamento, o papel do setor público e os espaços públicos e verdes. Uma pesquisa de campo realizada através de questionários foi feita a fim de resgatar a percepção dos moradores sobre o manejo ambiental do Horto, principalmente com referência à construção do presídio. Finalmente, o trabalho conclui sobre a importância de levar em consideração a opinião pública no planejamento das intervenções públicas nas cidades para garantir a otimização da qualidade de vida e a preservação da identidade do lugar e, enfim, da cidadania e da democracia.

Palavras-chave: produção do espaço urbano; impacto ambiental; percepção.

Abstract

The dissertation is a critical analysis of the authoritarian decision-making process in Brazilian urbanization development taking as case study the construction of a presidium in a Forest Park in Limeira city – state of São Paulo. The methodology adopted is the perception analysis in Geography. Thus, firstly it is provided a bibliographic review on method, based mainly a Yi-Fu Tuan and in his concept of place. Briefs notes are rendered on Limeira urban social formation, focusing the rural community of Tatu, the process of planning, the role of the public sector and public and green space. A survey was made through questionnaires aiming to rescue the perception of the dwellers upon environmental management of the forest park, mainly referring to the presidium building. Finally, the work concludes about the importance of taking into account the public opinion on public interventions planning in cities so as to guarantee optimization of life quality, preservation of place identify and thus citizenship and democracy.

Keywords: urban space production, environmental impact, perception.

Introdução

O processo de urbanização tem promovido não apenas o crescimento das cidades como também tem afetado o equilíbrio ambiental dessas áreas com elevados índices de degradação. A produção do espaço quando não é acompanhada de um planejamento que considere suas características e aptidão física à ocupação reflete os efeitos negativos da relação sociedade/natureza.

Assim, estudos urbanos enfatizando a percepção e a degradação ambiental tornaram-se um dos eixos temáticos mais relevantes para diagnosticar abusos que emergem da falta de planejamento nas áreas urbanas, bem como o descaso que o Poder Público manifesta em relação à determinadas áreas.

Levando em consideração essa temática, este trabalho desenvolveu-se a partir do questionamento a respeito da ação do Poder Público na implantação de projeto urbano causador de impacto sócio - ambiental. O interesse em promover uma discussão sobre produção do espaço urbano e percepção ambiental, foi estimulado inicialmente por força de um movimento popular, que apesar de isolado, retratou a perplexidade e indignação da comunidade do bairro do Tatu – Limeira (SP), na instalação da unidade prisional, denominada Centro de Ressocialização, junto a área de lazer e recreação no Horto Florestal e, posteriormente, pelo aparente estado de alienação no qual mergulhou aquela comunidade.

Assim, buscando dar continuidade ao debate sobre as questões urbanas contemporâneas, a pesquisa, em sua totalidade, está organizada em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais.

O Capítulo 1 tem natureza teórica e envolve a busca, seleção e a análise da literatura relacionada ao objeto da geografia, bem como o conceito de “espaço” e “lugar”. Da contribuição dos autores considerados, constata-se que no âmbito do conhecimento geográfico, as discussões

acerca do seu domínio e, por conseguinte, do seu objeto, revelam uma evolução histórica. Ademais, cabe considerar que diante da contínua transformação e evolução da realidade, tanto no plano material como intelectual, na geografia contemporânea, afirmou-se progressivamente, como seu objeto de estudo a organização do espaço. Porém, a consolidação da organização do espaço como objeto da análise só adquire sentido quando expressa o resultado da ação do homem organizando o espaço.

Em seguida, no Capítulo 2, considera que a produção do lugar pressupõe conhecer a evolução de totalidades espaciais em marcos temporais relevantes, bem como seu sítio natural, base de qualquer formação social. Nessa concepção o urbano apresenta-se como um espaço fragmentado e articulado, caracterizado pela justaposição de diferentes paisagens e usos. Os diversos fragmentos que compõem o espaço urbano, e que são responsáveis pela sua organização espacial, evidenciam-se nos diferentes usos do solo. A articulação entre as diversas partes é feita através dos fluxos de pessoas e, de decisões e investimentos, prática do poder e da ideologia.

Atendendo as questões do uso e ocupação do solo urbano, o Capítulo 3 enfoca o tema a partir da análise perceptiva dos impactos sócio-ambientais produzidos pelo processo de urbanização. O conteúdo teórico-metodológico desta análise baseou-se nas proposições de Tuan, quando define o elo afetivo entre o indivíduo e o lugar.

O Capítulo 4 constitui as práticas adotadas na pesquisa de campo, relatando passo a passo o seu desenvolvimento, resultados e conclusões. Finalmente as Considerações Finais nos remetem a afirmação que todo projeto urbano precisa ser desenvolvido levando em consideração o respeito ao lugar e o desejo de bem estar da comunidade.

Capítulo 1

Fundamentação Teórica

Conhecer o mundo sempre foi um desafio para o homem. Na medida em que o homem forma-se e desenvolve-se num universo sócio – cultural e espacial, os condicionadores deste universo estão contidos em sua própria formação enquanto determinações históricas objetivas. Os limites históricos da consciência individual são facilmente visíveis em qualquer domínio do conhecimento. O homem é, uma manifestação de seu tempo e de seu espaço, porém recria o seu tempo e o seu espaço em seu próprio cotidiano. A questão da consciência do espaço deverá ser posta como momento necessário da construção do espaço.

A Geografia, vista como estudo dos fenômenos espaciais (em outros termos: da produção, da apropriação, da organização ou da valorização do espaço) tem evoluído na busca fundamental à compreensão desses fenômenos. A dinâmica resultante das conotações teóricas, conceituais e técnicas é a essência do próprio desenvolvimento da ciência geográfica.

1.1 – Abordagens ao Fato Geográfico

Um procedimento válido para buscar a conceituação de um vocábulo é interpretar, preliminarmente, sua etimologia, e a partir dela, derivar explicações mais concludentes. Isso se fazia – e ainda é feito – com a palavra geografia. Suas raízes são gregas: referem-se a um objeto, a Terra, e a uma ação, o ato de escrever (e não, apenas, “descrever”). Nesse sentido, fazer geografia é escrever sobre a Terra, ou, para alguns, somente descrevê-la (MÜLLER FILHO, 1986). Andrade (1987:11), ressalta que *“o conhecimento científico é profundamente dinâmico e evolui sob a influência das transformações econômicas e de suas*

repercussões sobre a formulação do pensamento científico. Assim, o objeto e os objetivos de uma ciência são relativos, diversificando-se no espaço e no tempo, conforme a estruturação das formações econômicas e sociais”.

A Geografia, como um dos ramos do conhecimento humano, não pode ser diferente. As dificuldades para se precisar com clareza seu domínio, seu objeto de estudo, são aquelas comuns às outras ciências. Ao analisar a problemática referente ao objeto da Geografia, Christofolletti (1982:7), constatou que *“as muitas definições mostram objeto de caráter difuso, difícil de ser delimitado e operacionalizado em sua individualidade de ocorrência. Por essa razão, tornaram-se mais comuns as divergências e discrepâncias ao se tentar considerar o lugar, a área, as regiões, as combinações de elementos ou as relações homem - meio ambiente como categoria expressiva do conhecimento geográfico”.*

No âmbito do conhecimento geográfico, as discussões acerca do seu domínio e, por conseguinte, do seu objeto, revelam uma evolução histórica. Esta característica dinâmica da Geografia foi constatada por Andrade (1987:20), observando que *“(...) a Geografia como ciência tem tido uma evolução rápida e bem diversificada no tempo e no espaço, e tem sofrido alterações substanciais na forma de encarar ou de enfocar o seu método e o seu objeto”.*

Emanuel De Martonne apud Müller Filho (1986:142), definiu, em 1909, o campo de atuação da geografia como: estudo da repartição, à superfície da Terra, dos fenômenos físicos, biológicos e humanos, das causas dessa repartição e das relações locais desses fenômenos, sob três perspectivas que, quando consideradas em conjunto, lhe são exclusivas:

- 1 – a óptica da LOCALIZAÇÃO: estuda sua repartição, à superfície terrestre, naquilo que o mesmo De Martonne denominou como sendo a biosfera;

2 – busca determinar as causas, não dos fenômenos em si, mas a CAUSALIDADE da sua REPARTIÇÃO, buscando explicar porque os fenômenos ocorrem no(s) lugar(es) em que ocorrem – é a explicação do porquê, do aonde ...

3 – atenta ao RELACIONAMENTO, à vida – de - relações entre os fenômenos, naqueles lugares onde eles ocorrem, de outra forma: em cada local, “ergo” em todos em que eles ocorrem, os fenômenos devem ser estudados integralmente, em suas múltiplas relações – derivando aí a síntese, tão cara à geografia francesa.

Após as considerações de De Martonne, não houve avanços substanciais nas definições subseqüentes, mas desdobramentos e discussões sobre conceitos básicos e categorias que ajudam a compreender a questão.

Para Christofolletti (1982), tratar da definição da Geografia é assunto delicado. Em 1925, Hettner considerava como objeto fundamental da Geografia o estudo da diferenciação regional da superfície terrestre. Esta definição foi acatada e elaborada de modo minucioso por Hartshorne em 1939. Entre os geógrafos alemães, vingou a idéia de “estudo da paisagem”, posteriormente a moderna concepção que cabe à Geografia o estudo da organização do espaço, nela, duas são as palavras-chave: organização e espaço.

Para Müller Filho (op. cit.:142), a *organização* sugere ao mesmo tempo organismo e funcionamento, como tal, há que considerar, quanto ao objeto da organização:

1 – os elementos componentes, a saber, as partes constitutivas do conjunto maior, como as rochas e o relevo, os solos, a vegetação e os cultivos, os homens e suas instalações, entre os muitos que podem ser lembrados (voltando a linguagem de 1909, são os fenômenos físicos, biológicos e humanos de De Martonne);

2 – o arranjo dos elementos, o modo como estão dispostos uns em relação aos outros, sua “arquitetura espacial”, arranjo, em outras palavras, refere-se ao modo como as coisas estão dispostas em algum lugar (a palavra não foge à idéia de localização, de repartição, proposta por De Martonne);

3 – como em qualquer organismo, há relações dinâmicas entre os elementos componentes, além da dinâmica interna inerente a cada elemento: aquilo que ocorre em um elemento, influi e sofre influência do que ocorre em cada um dos demais, lembrem-se, como exemplo, as interações de chuvas, regime fluvial, inundações e sítios urbanos em várzeas inundáveis (e não há contribuição epistemológica relevante, em confronto com a expressão de martonniana de 1909);

4 – a dinâmica das relações entre os elementos, seu funcionamento, é devida a alguma forma de energia geradora das transformações que ocorrem no sistema; considerando-se o sistema natureza, é a energia solar que desencadeia os processos naturais modeladores do meio ambiente (espaço natural ou físico, ao qual deve ser superposta sua transformação pelo homem) e, pode ser a energia humana, que cria e modifica os espaços humanizados, os espaços produzidos pela interação dos componentes natural, econômico e social, devido à intervenção humana.

Espaço também é a palavra que necessita ser explicada, pois suas conotações são diversas. Tem sentido areal: espaço é uma superfície com dimensões variáveis. Tem sentido cronológico: espaço é o lapso de tempo que medeia diferentes eventos. Qual é o espaço da Geografia? É um espaço areal, ainda que, abstrata ou cartograficamente, possa ser considerado adimensional – como é o caso de um ponto, que representa um prédio ou uma cidade em um mapa mental ou material; o espaço da geografia tem extensão, ainda que seja imprecisa: pode variar desde um *ponto* até a abrangência de toda a *superfície terrestre*. Têm sinônimos: lugar, área, extensão, paisagem, meio ambiente, superfície terrestre (De Martonne, por exemplo, referiu-se à superfície terrestre e à biosfera como

o campo de ação da geografia). Tem dimensão: latitude, longitude, altitude; tem posição relativa: um lugar é situado em comparação com a situação de outros lugares. Tudo isso é o espaço da geografia... (MÜLLER FILHO, 1986).

Nessa abordagem, embora de forma bastante sucinta, pode-se verificar as transformações sucessivas que ocorrem no conhecimento científico no âmbito da Geografia. As perspectivas e tendências geográficas que se mesclam na atualidade, cada uma procurando ser mais significativa, não deixam de focalizar a preocupação com a análise do conjunto global ou com as categorias setoriais dos fenômenos espaciais. Essas preocupações evidenciam a tradição espacial na Geografia.

1.2 - A Tradição Espacial na Geografia

As questões referentes ao espaço em geografia são antigos e emergiram da curiosidade do homem. Era necessário saber o porquê e o quê dos acontecimentos que iam se incorporando na experiência humana.

Para Ferreira e Simões (1994:21), *“à geografia são colocadas perguntas do tipo “Onde” e “Porque é que os fenômenos se distribuem no espaço de determinada maneira”*. Se hoje estamos conscientes da importância da estrutura de determinada distribuição, suas causas e conseqüências, e mesmo das relações que se estabelecem entre conjuntos de distribuições espaciais, acabando por constituir sistemas de organização espacial à superfície da Terra, não foi fácil alcançar esta consciência. Isto acontece porque a maior parte das questões geográficas sempre tiveram que ver com irregularidades das distribuições tanto físicas como humanas, nas quais é difícil definir pontos comuns e, logo, difícil definir métodos que permitam determinar padrões.

No entanto, os primeiros indícios de uma preocupação com a distribuição dos fenômenos na superfície terrestre surgiram desde os primórdios da humanidade. MORO (1999:53) enfatiza que ao longo do desenvolvimento histórico da Geografia, como disciplina científica, podem ser identificadas, pelo menos, quatro tradições (visões, questões, temas, linhas, dimensões) que polarizam a atenção e esforços de um bom número de estudiosos, a saber:

- 1ª – tradição ambiental: envolvendo o estudo do conjunto de relações que se estabelecem entre o homem e o meio;
- 2ª – tradição regional: envolvendo o estudo do conjunto de inter-relação de fenômenos que concorrem à diferenciação regional;
- 3ª – tradição espacial: envolvendo o estudo do conjunto de processos e relações que concorrem à definição de uma organização espacial;
- 4ª – tradição de ciência da terra: envolvendo o estudo do conjunto de relações e conexões causais, entre os mais variados fenômenos à superfície da Terra que concorrem ao entendimento da unidade da natureza.

Dentre as tradições apontadas, a tradição espacial – por vezes também designada por locacional – é a que vem se afirmando como mais urgente e relevante no contexto da Geografia contemporânea, objetivada através do estudo da organização espacial ou da organização do espaço.

MORO (op. cit.) destaca que as primeiras manifestações com relação à tradição espacial na Geografia, assim como as demais tradições – ambiental, regional e de ciências da terra, aconteceram, na Antigüidade Clássica, entre os filósofos “naturalistas gregos”.

Com respeito as primeiras preocupações sobre a questão espacial destacam-se os sábios Eratóstenes de Cirene, que em meados do século III a.C., construiu o primeiro Mapa Mundi baseado na rede de coordenadas geográficas, baseado nos caminhos e dados fornecidos por sábios e viajantes (AZEVEDO, 1965). Segundo Broek (1967), os gregos

não só fizeram descrições dos lugares (as chamadas *topografias*) como também procuraram explicá-las, entre eles Heródoto (484 – 425 a.C.), Estrabão (64 a.C. ~ 20 a.D), e Ptolomeu, que viveu no segundo século da Era Cristã, aperfeiçoou os métodos de projeção de mapas, introduziu palavras como “paralelo” e “meridiano”, e ainda, organizou, segundo Azevedo (1965), uma cansativa relação de 8.000 lugares e acidentes, fixando-lhes as coordenadas geográficas e fornecendo informações a respeito dos países, suas fronteiras e seus habitantes. Assim, generalizando, constata-se que a questão espacial apresentava-se como uma preocupação latente no pensamento geográfico da Grécia Antiga, apesar do seu caráter de localização linear ou pontual.

Durante o longo período de tempo envolvendo a Idade Média ou “Idade das Trevas”, houve uma regressão do conhecimento científico na Europa. A justificação dogmática da fé cristã substituiu a livre indagação intelectual (BROEK, op cit). Ao fazer um balanço do avanço do conhecimento geográfico na Idade Média, Andrade (1987) observa que ele sofreu descontinuidade em relação à Idade Antiga, devido ao período de grande conturbação que se observou nos séculos V e VI. Enquanto a ciência decaía no mundo ocidental, no mundo árabe, com o estabelecimento do Império Muçulmano, passou a verificar-se um desenvolvimento científico. Segundo Ferreira e Simões (op. cit.:53), no princípio do século XV, obras da Antigüidade foram traduzidas para o latim e “a Geografia retoma os dois rumos que vinha seguindo na Antigüidade: a Geografia Matemática – ligada à cartografia e as observações astronômicas – e a geografia descritiva”. Para Sodré (1997) apud Moro (1999), esta etapa de evolução do conhecimento geográfico é designada de Pré-História da Geografia ou Geografia Pré-Científica.

A etapa da história da Geografia compreendida entre a sua afirmação como disciplina científica – meados do século XIX – e o advento da Nova Geografia ou Revolução Teorética Quantitativa – meados do século XX – é, tradicionalmente, denominada pelos geógrafos

de Geografia Tradicional ou Clássica (MORO, op. cit.). A Geografia Clássica, teve grande importância porque atendeu aos desafios que a burguesia, como classe dominante, encontrou na sua luta pela exploração dos recursos e dos homens na superfície da Terra. Como os meios, conforme a situação econômica e social de cada país e os desafios que os governos, comprometidos com as classes dominantes, encontravam para fazer o seu próprio “desenvolvimento”, fossem diversos, ela se fragmentou em escolas nacionais ou até regionais. Andrade (1987), afirma que surgiu, então, uma escola alemã, uma escola francesa, uma escola britânica, uma escola soviética, uma escola americana, etc. Porém estas escolas, não se apresentavam como compartimentos estanques, separadas completamente em suas proposições e métodos; elas se orientavam para estudos de maior interesse para o próprio país e procuravam soluções e orientações que justificassem a ação do mesmo. Serviram, na Alemanha, para justificar e tentar legitimar a luta pelo espaço vital; na França e na Grã-Bretanha para melhor conhecer os seus impérios coloniais, nos Estados Unidos e na Rússia para justificar e consolidar a expansão por áreas contínuas e habitadas por povos pobres que permaneciam sob seu domínio e orientação. Essas escolas tinham, como não poderia deixar de ser, um sentido profundamente nacionalista, estavam comprometidas com os governos de que dependiam e a que serviam. O surgimento de novas perspectivas de abordagem assinala a alteração profunda que ocorreu na ciência geográfica após a Segunda Guerra Mundial. Esta transformação, abrangendo o aspecto filosófico e metodológico, foi denominada segundo Burton (1963) apud Christofletti (1976:5) de “revolução quantitativa e teórica” da Geografia. Segundo Claval (1978), a “Nova Geografia” nasceu num período de fermentação intelectual intensa; desenvolveu-se sob uma atmosfera de agitação social.

Para MORO (1999), objetivamente, a preocupação de significativa parcela dos geógrafos com os processos espaciais dominou o cenário da Nova Geografia. Neste cenário a questão locacional emerge com todo o

seu vigor. Busca-se, novamente, encontrar generalizações que elucidem as estruturas, os padrões, formas, funções espaciais, enfim a organização do espaço. Para tanto, aportam à Geografia contribuições das mais variadas ciências. Os geógrafos recorrem aos recursos da Matemática, Estatística, Biologia, Sociologia, Psicologia, Economia, dentre outras, para compreenderem a dinâmica e a ordem espacial. Com a utilização, em larga escala, das técnicas estatísticas e matemáticas no tratamento de dados geográficos, na busca de relações probalísticas, dos modelos hipotéticos – dedutivos, da Teoria Geral dos Sistemas, da Psicologia Comportamental, com vistas ao conhecimento mais objetivo da “arquitetura espacial”, a Geografia contribuiria com diagnósticos precisos ao sistema de planejamento, proporcionando elementos valiosos à gestão territorial. Entretanto, a operacionalidade do conhecimento geográfico, nesta etapa de brilho da tradição espacial, culminou por privilegiar a questão espacial, locacional, negligenciando a questão social no contexto espacial.

Em meados da década de setenta, o paradigma da Nova Geografia entra em declínio. A tradição ou questão espacial permanece como objeto de investigação, mas agora, debaixo de novas metodologias, de novas propostas de enfoque, sob o paradigma de Geografia Crítica. Ao contrário da fase da Nova Geografia, a distribuição espacial, bem como, as relações e interações espaciais cederam lugar às relações e interações sócio - espaciais. Não é mais o fator econômico, locacional que ocupa o cerne da questão espacial, mas sim o fator social. Dessa forma, no estudo da organização do espaço ou da organização espacial privilegia-se as relações e interações sócio - espaciais. Semelhante à pluralidade de abordagens metodológicas na Nova Geografia para objetivação da realidade geográfica, no contexto da Geografia Crítica emergem, pelo menos até o momento, duas grandes abordagens epistemológicas a neomarxista e a humanista (MORO, 1999). A primeira alicerçada nos pressupostos teóricos metodológicos do materialismo histórico e do

materialismo dialético. Nesta, a organização espacial reflete a organização da sociedade, isto é, sua espacialização, determinada pelo modo de produção que a engendrou. Na segunda assentada nos pressupostos teóricos - metodológicos da fenomenologia. Nesta, a organização do espaço revela as relações de afetividade e percepção da sociedade com o “lugar” ou com o meio em que vive. A organização espacial emerge como o resultado das relações sócio - espaciais específicas que se estabelecem entre a sociedade e o lugar, mediadas pela sua experiência cultural.

Diante do exposto, foi possível precisar que no quadro evolutivo da Geografia, a tradição espacial sempre esteve presente. Cabe agora refletir sobre qual é o significado do espaço no âmbito do pensamento geográfico.

1.3 - O Significado do “Espaço”

Os conceitos de espaços variam de um contexto cultural para outro, e dentro de configurações culturais mais amplas, sub-grupos menores podem desenvolver um aparato conceitual particular em relação ao espaço, dado o papel específico que desempenha na sociedade. Para Harvey (1969) apud Mello e Silva (1981:66), *“Ao longo do tempo surgiram conceituações diversificadas, muitas das quais antagônicas e objeto de acirradas disputas”*. Assim, a título de exemplo pode-se, resumidamente, citar os principais espaços vistos pelos geógrafos: O primeiro seria o *espaço absoluto*, cujo aspecto principal seria constituído pela escala, pela dimensão e pela caracterização, incluindo-se a busca da individualização, da particularização; o segundo espaço seria o *relativo*, cuja preocupação principal é o da localização e das relações decorrentes, isto é, a interpretação das localizações e das interações com outras localizações, na tentativa de se analisar os padrões locacionais; o terceiro e último

espaço seria o *relacional*, perspectiva mais recente, que procura ver o espaço como uma dimensão social, como um aspecto fundamental na mudança social, destacando-se a formação social e as relações sociais de produção.

No primeiro conceito predomina a visão histórico-genética do processo; no segundo, o papel e decisões dos agentes de mudança, e no terceiro a ação e a luta política dentro de uma determinada sociedade. Para o desenvolvimento do assunto levaremos em consideração a perspectiva humanista onde os conceitos de espaço estão baseados na experiência. Dessa forma, a noção de espaço cobre uma variedade ampla de objetos e significações. Mas o espaço que nos interessa, no momento, é o espaço humano, o espaço social. Porém, definir o espaço humano envolve uma complexidade enorme, isso porque é a morada do homem, é o seu lugar de vida. Cada indivíduo tem uma maneira específica de apreender o espaço, mas também de o avaliar. Não se trata apenas de definir, para cada indivíduo, um tipo de espaço social na cidade ou fora dela, como fez Ledrut (1973) apud Santos (1980). Este espaço social seria definido pelos lugares que lhe são familiares e as parcelas de território que ele deve percorrer entre estes diferentes lugares.

Para Carlos (2001:63), *“a sociedade produz o espaço e passa a ter dele uma determinada consciência”*. Para Lotman (1975) apud Bettanini (1982:56), *“o conceito de espaço geográfico pertence a uma das formas da construção espacial do mundo da consciência do homem. Tendo surgido em determinadas condições históricas, ele toma contorno diversos conforme o caráter dos modelos gerais do mundo dos quais ele faz parte”*. Ainda segundo Carlos (op. cit.), o espaço geográfico articula duas dimensões, aquela da localização (de um ponto no mapa) e aquela que dá conteúdo a esta localização, que o qualifica, singulariza. Este conteúdo é determinado pelas relações sociais que aí se estabelecem – o que confere ao espaço a característica de produto social e histórico.

BETTANINI (1982 : 29), enfatiza que *“o espaço é um lugar comum, é o lugar comum (porque dele se fala e nele se vive): mas não se trata certamente de uma espécie de cena vazia onde poderia chegar qualquer um. Ao contrário, o espaço é ... aquilo que nele acontece. E o que significa acontecer? Significa “ter lugar”, justamente (...): quero dizer que nossa linguagem está repleta de espaço, que não teríamos condições de falar nem de escrever sem múltiplas referências a alguma forma de espacialidade”*. Dentro do espaço, portanto, se desenvolve, ou acontece algo, acontecem eventos. Eventos que pressupõem a intervenção de indivíduos e de objetos. Pode-se, portanto, partir de uma noção de espaço definida pelo fazer que nele se desenvolve.

Para Bettanini (op. cit.) *“Existe, porém, um espaço vivido, como existe um tempo vivido”*. O espaço vivido situa-se como espaço da vida cotidiana, o espaço dominado pela dinâmica distância – proximidade, proximidade que é a partir do meu corpo, “ponto zero de toda localização espacial”. Distância como mundo desconhecido, a ser descoberto e antecipado. As experiências variadas e mesmo contraditórias que temos de espaços, paisagens e lugares combinam as qualidades e aparências destes com os modos e atitudes, e que essas experiências são fundidas em “geograficidade”, a base preconsciente e preconceitual da Geografia. Segundo Relph (1979:2), *“geograficidade não é primariamente ser agradável, mas pode ser desagradável e “topofóbico”¹ tanto como “topofílico”²*. Para Dardel (1952) apud Relph (1979:11), *“os espaços que encontramos em nossos mundos-vividos são acima de tudo, espaços construídos – feitos pelo homem e, conseqüentemente, comunicando intenções e significados humanos”*. Segundo Entrikin (1980), o espaço existencial é essencial para a perspectiva humanista em Geografia. O espaço existencial representa a área de valor e significado, compartilhado

¹ Sentimento que conduz a noção de “paisagem do medo”. (TUAN, 1980).

² Elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. (TUAN, 1980).

por um grupo, tal como o espaço da vizinhança e o espaço nacional.

Portanto, o espaço é sem dúvida, mais do que um ponto de vista ou um sentimento complexo. Quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar (Tuan, 1983).

1.4 - Do significado ao Conceito de “lugar”

Para Relph (1979:16), *“as bases fenomenológicas da realidade geográfica são constituídas de três pilares: espaços, paisagens e lugares. Os espaços são os contextos onde se desenvolvem nossas ações e percepções. Eles são vividos e, portanto, devem haver tantos espaços quanto forem as experiências espaciais. As paisagens são as superfícies limitantes do espaço. São ambientes palpáveis, com conteúdo e substância, que se constituem nos cenários significantes das experiências diárias. Os lugares são centros de significado no espaço e na paisagem. No entanto, não há limites precisos entre espaço, paisagem e lugar, como fenômenos experienciados, pois lugares contêm paisagens e paisagens e espaços contêm lugares”*.

Para Entrikin (1980:17), *“lugar na abordagem científica tem dois usos fundamentais, grosso modo equivalentes, na distinção de Hartshorne entre genérico e específico. O conceito genérico de lugar, conforme Hartshorne, é semelhante a um tipo classificatório e é determinado pela presença de um ou mais fenômenos dentro de uma área circunscrita. O lugar específico refere-se a uma única síntese de fatos relacionadas arealmente”*.

Para Einstein (1969) apud Bettanini (1982), o conceito de lugar – porção discreta do espaço total – teria precedido o conceito de espaço. O lugar é, antes de tudo, uma porção da face da Terra identificada por um nome. Aquilo que torna o lugar específico é um objeto material ou um corpo.

O conceito de lugar, também é um dos temas preferenciais das reflexões de Santos (1997a:252), *“... cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade”*.

Por isso, cada lugar é singular, e uma situação não é semelhante a qualquer outra. Cada lugar combina de maneira particular variáveis que podem, muitas vezes, serem comuns a vários lugares.

Na abordagem humanista em Geografia, “lugar” não pode ser completamente entendido sob a perspectiva científica como um conjunto de fatos, objetos e eventos. O conhecimento do lugar está vinculado à compreensão de sentimentos e significados ligados ao agente de um campo de preferências. Como afirma Tuan (1983 : 213): *“Lugar não é somente um fato a ser explicado em uma ampla estrutura de espaço, mas é também uma realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado”*.

SANTOS (1995) apud ARROYO (1996:59), enfatiza que, *“o lugar é onde estão os homens juntos, sentindo, vivendo, pensando, emocionando-se”*.

Em síntese, é de fundamental importância considerar o lugar como um palco onde atuam tanto agentes endógenos e exógenos, onde os fluxos das mais variadas naturezas e intensidades estabelecem ligações com o mundo. Assim, as idéias de espaço e lugar não podem ser definidas uma sem a outra. Para Tuan (op cit.:61), *“o espaço é um símbolo comum de liberdade no mundo ocidental. O espaço permanece aberto; sugere futuro e convida à ação. O espaço fechado e humanizado, é lugar. Comparado com o espaço, o lugar é um centro calmo de valores estabelecidos. Os seres humanos necessitam de espaço e de lugar. As vidas humanas são um movimento dialético entre refúgio e aventura, dependência e liberdade ...”*.

1.5 – A Percepção do Lugar

Para Ferrara (1988), a percepção urbana é condição indispensável para que a cidade atue enquanto fonte de informação nova: outros hábitos, outra forma de viver, outra qualidade ambiental. Ao analisarmos o espaço geográfico levamos em conta lugares, as paisagens. As reações sociais, econômicas e culturais explicam a sua dinâmica, o seu constante processo de transformação. Embora os lugares sejam percebidos na esfera do cotidiano, as relações que se estabelecem em seu interior são cada vez mais influenciados por ocorrências dos mais variados pontos do planeta. Assim, partindo do lugar, podemos ampliar a escala para analisar a organização do espaço da cidade, da região, etc., selecionando as ações humanas que desejamos estudar. Carlos (1996) enfatiza que o homem percebe o mundo através do seu corpo, de seus sentidos; que ele constrói e se apropria do espaço e do mundo. O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos dos seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua, e nesse sentido poder-se-ia afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade “*latu sensu*” a menos que seja a pequena vila ou cidade – vivida / conhecida / reconhecida em todos os cantos. Então, pode-se entender que o lugar passa a ter um significado a partir da experiência. Na experiência, o significado de espaço freqüentemente se funde com o de lugar. O que começa como espaço diferenciado, transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o impregnamos de valor. São os lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito ao seu cotidiano e a seu modo de vida, trata-se de um espaço palpável.

Para Santos (1988), a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Por isso, o aparelho cognitivo tem importância crucial nessa apreensão, pelo fato de que toda nossa educação, formal ou informal, é feita de forma seletiva. Pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato. Dessa forma, a

visão do homem das coisas materiais é sempre deformada. Nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado. Cabe aqui salientar a importância da investigação da percepção das pessoas sobre determinado problema, afim de que se estabeleça o processo de conhecimento e ação.

CRESPO & LEITÃO (1993), afirmam que o brasileiro avalia subjetivamente qualidade ambiental do seu local de residência. Para Dias (1992), a manutenção é a elevação da qualidade ambiental e de vida nas cidades é de responsabilidade de vários órgãos governamentais de ações federal, estadual e municipal; das instituições privadas, ao cumprir a legislação ambiental (no mínimo); e da comunidade, ao acionar os instrumentos legais de participação de seus direitos constitucionais.

Na verdade, todos os seguimentos da sociedade, são responsáveis pela qualidade de vida, cabendo-lhes, portanto, decidir sobre esta questão no cotidiano e de forma permanente. Por isso, acreditamos ser necessário que pessoas sejam capazes de decidir aquilo que é bom ou ruim para elas, mas isto acontece a partir da percepção e compreensão da sua realidade onde estes fatores ambientais podem vir a ser considerados como problemas ou não.

A iniciativa de criar uma discussão sobre a questão da percepção de impacto ambiental com a comunidade, proporciona uma reflexão sobre seu cotidiano e uma forma de conhecer a sua visão do ambiente em que está inserida. Para Oliveira (1999), propiciar a aquisição de conhecimentos científicos e técnicos (sem desprezar o conhecimento popular) e de valores éticos contribui para uma qualificação necessária ao pleno desempenho de uma função social e produtiva com a perspectiva de melhorar-se a vida e proteger o meio ambiente. As intenções entre o homem e o meio ambiente são permanentes, intensas e íntimas qualquer que seja o nível de desenvolvimento de uma sociedade. Investigar como as pessoas sentem e pensam sobre o meio ambiente, como elas

percebem as paisagens, quais os valores que afetam suas atitudes e como isso influencia as instituições é de suma importância.

Quando se discute a percepção do ambiente, o interesse não está focalizado nos aspectos neurológicos e físicos da percepção, mas no que é designado como percepção social (SCHIFF, 1973). A percepção social está relacionada com a impressão que se tem face a um estímulo ou a um conjunto de estímulos sociais, como a maneira pelo qual essa impressão é modificada pela experiência anterior daquele que percebe, com sua experiência prévia ligada a esse mesmo estímulo ou a estímulos similares, e com o estado do indivíduo no momento em que entra em contato com o estímulo de interesse.

A percepção de um estímulo pode também ser uma função do valor atribuído ao objeto pelo indivíduo (ALLPORT, 1955 apud SCHIFF, 1973). Para perceber alguma coisa, deve-se primeiro ter consciência dela. Desta forma, o conhecimento pode ser considerado um aspecto da percepção. Contudo, a única forma de medir a visão que um indivíduo tem do mundo, do lugar é através de seu comportamento, incluindo o seu comportamento verbal. A preocupação não deve ser restrita apenas com o que o indivíduo pensa, mas também com o que ele fará.

A despeito da multiplicidade de definições de atitudes, há concordância entre muitos psicólogos de que a atitude tem componentes afetivos e cognitivos (Krech, Crutchfield e Ballachey, 1962; Brown, 1965; Mc Guire, 1969 apud Schiff, 1973), que predispõe o indivíduo a reagir (comportamento) de uma certa forma ao objeto desses afetos e cognições.

Entre percepção e atitude não há muita diferença entre os termos (SCHIFF, 1973). Ambas desenvolvem-se como resultado da experiência.

Quando se discute atitudes é extremamente importante lembrar que, do ponto de vista da mensuração, uma atitude tem duas propriedades importantes: direção e magnitude. A direção relaciona-se ao fato de as tendências de sentimentos, crenças e comportamentos serem

positivos ou negativos e, a magnitude refere-se ao grau de favorabilidade ou desfavorabilidade de uma atitude (SCOTT, 1969 apud SCHIFF 1973).

MACHADO (1988) salienta que o mundo da ciência e dos valores são diferentes, mas a busca de resolução dos problemas humanos requer tanto julgamento de valores como conhecimentos científicos e técnicos. O laço afetivo para o lugar ocorre através da valorização de alguns de seus elementos, o que por sua vez, envolve a individualidade da pessoa, os seus propósitos, necessidades e aspirações, tudo isso emoldurado pelas forças culturais que atuam em determinada época e local.

Alguns autores consideram que a geração de condutas ambientais constitui-se de dois fatores básicos, quais sejam, a atitude e a expectativa. DEL RIO (1996) considera que a atitude, componente do processo de conduta, por ser também definida como uma tendência ou pré-disposição para responder a uma situação de modo favorável ou não, assumindo-a como positiva ou não. Ela predispõe para determinadas condutas e é relativamente duradoura no tempo. A diferença entre expectativas e atitudes está em que a atitude pode ser entendida como um resultado do processo de avaliação na cognição ambiental, em que a situação é medida e avaliada também face às expectativas que possuímos.

O estudo de Campbell (1963) apud Schiff (1973), sugere algumas maneiras possíveis para sondar as atitudes, dentre elas: a recordação de episódios (quando recorda os fatos o indivíduo expõe seu comportamento e sentimentos sobre esses fatos); relato do indivíduo sobre sua própria disposição ao responder (geralmente utiliza-se questões abertas para sondar o comportamento do indivíduo) e, relato do indivíduo sobre sua visão do estímulo (exposição de como ele vê o estímulo, é a “visão do mundo”).

Segundo Lane e Sears (1966), uma das principais funções da opinião pública, num regime estável e em perfeito funcionamento, é fornecer um apoio geral à esse regime. A opinião popular promove a

legitimidade efetiva. Onde essa legitimidade falta, a alienação dos desafetos pode-se exprimir em: apatia e renúncia, - a forma mais usual – ou, em certas ocasiões, na política especial de alienação – freqüentemente destrutiva, irracional e aparentemente menos interessada *no que* tem de ser decidido do que em *quem* decidirá.

Para Merton (1970) apud Oliven (1974), a indiferença, a conformidade são mecanismos de defesa que o indivíduo cria para poder suportar as tensões a que é submetido.

A introdução dos temas percepção e atitude procura investigar em que medida a comunidade percebe e reage frente às decisões do Poder Público quanto ao uso e ocupação do solo urbano. As etapas da geração de condutas ambientais e a conseqüente ação ambiental podem ser entendidas partindo da análise de como o indivíduo interage com o ambiente que o cerca, como a mente humana absorve e processa as informações advindas do ambiente físico externo, e ainda, de que forma este ambiente externo influi no comportamento humano.

Porém, entender a produção de um lugar pressupõe conhecer a evolução de totalidades espaciais em marcos temporais relevantes bem como seu sítio natural, base de qualquer formação social. Nessa perspectiva é que são promovidas as notas a seguir.

Capítulo 2

A Produção do Espaço Urbano

2.1 – Caracterização da Área de Estudo

2.1.1 – Localização

O município de Limeira está localizado na porção centro-leste do Estado de São Paulo, a 154 km da capital, entre as Coordenadas Geográficas 22°27' S e 22°44' S, 47° 12' W e 47° 30' W (Figura 1). Ocupa uma área de 597 km² sendo 127, 38 km² de zona urbana e 469,61 km² de zona rural. Situado no entroncamento da Rodovia Anhangüera (SP 330) – Washington Luís (SP 310), Rodovia Mogi – Mirim – Piracicaba (SP 147), e no prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes (SP 346), também faz conexões importantes com a Rodovia Limeira – Iracemápolis (SP 151) e Rodovia Limeira – Cosmópolis (SP 133). Atualmente é linha tronco da FERROBAN. Estabelece fronteira com os municípios de Cordeirópolis e Araras ao Norte; Americana e Santa Bárbara D'Oeste ao Sul; Engenheiro Coelho, Arthur Nogueira e Cosmópolis à Leste, Iracemápolis e Piracicaba à Oeste (Figura 2).

2.1.2 – Aspectos Físicos

Geomorfologicamente, o município de Limeira situa-se no setor nordeste da Bacia Sedimentar do Paraná na região denominada Depressão Periférica Paulista que se desenvolve entre os Planaltos Atlântico e Ocidental Paulista. Isto determina o afloramento de várias

Figura 1 - Localização da Área de Estudo

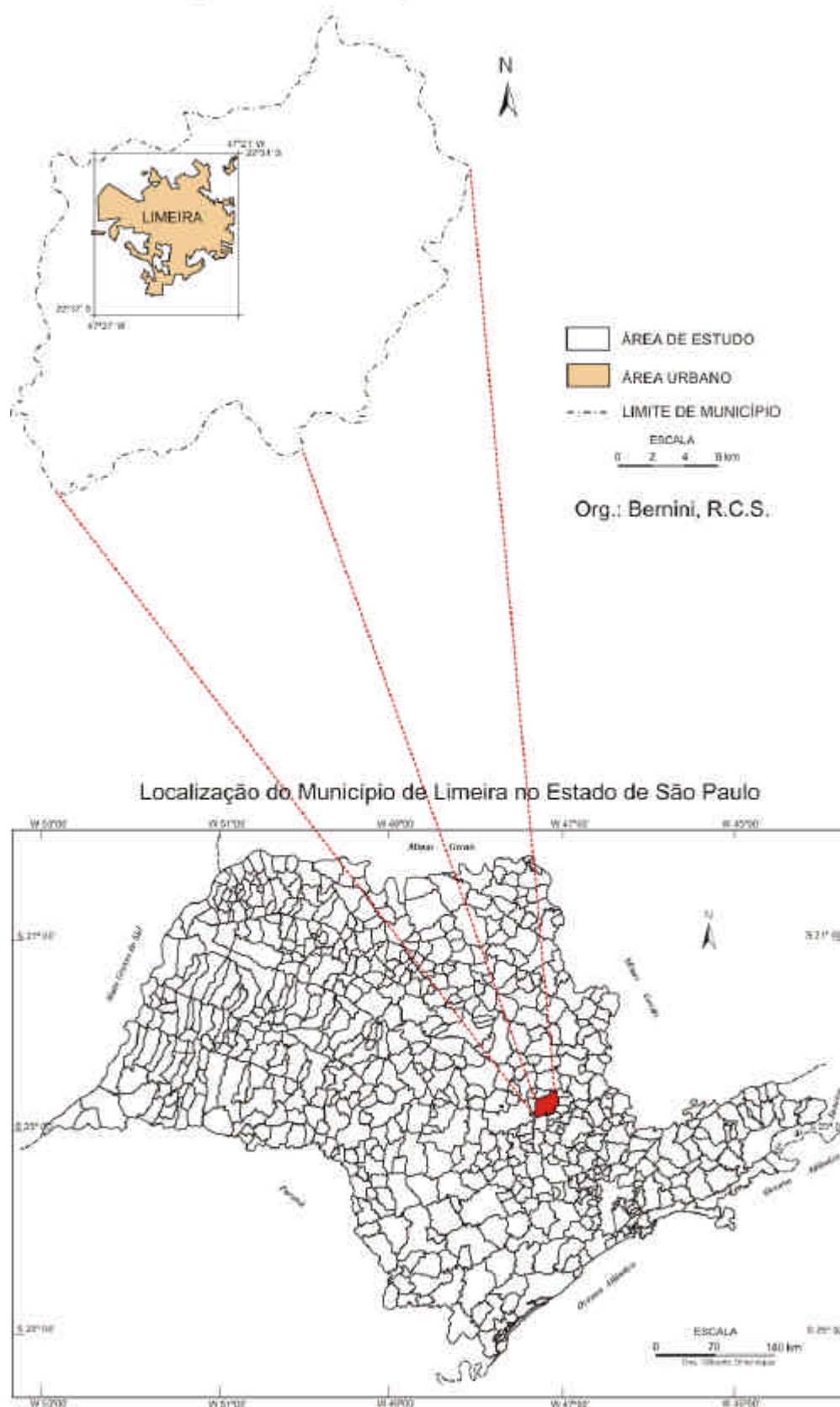
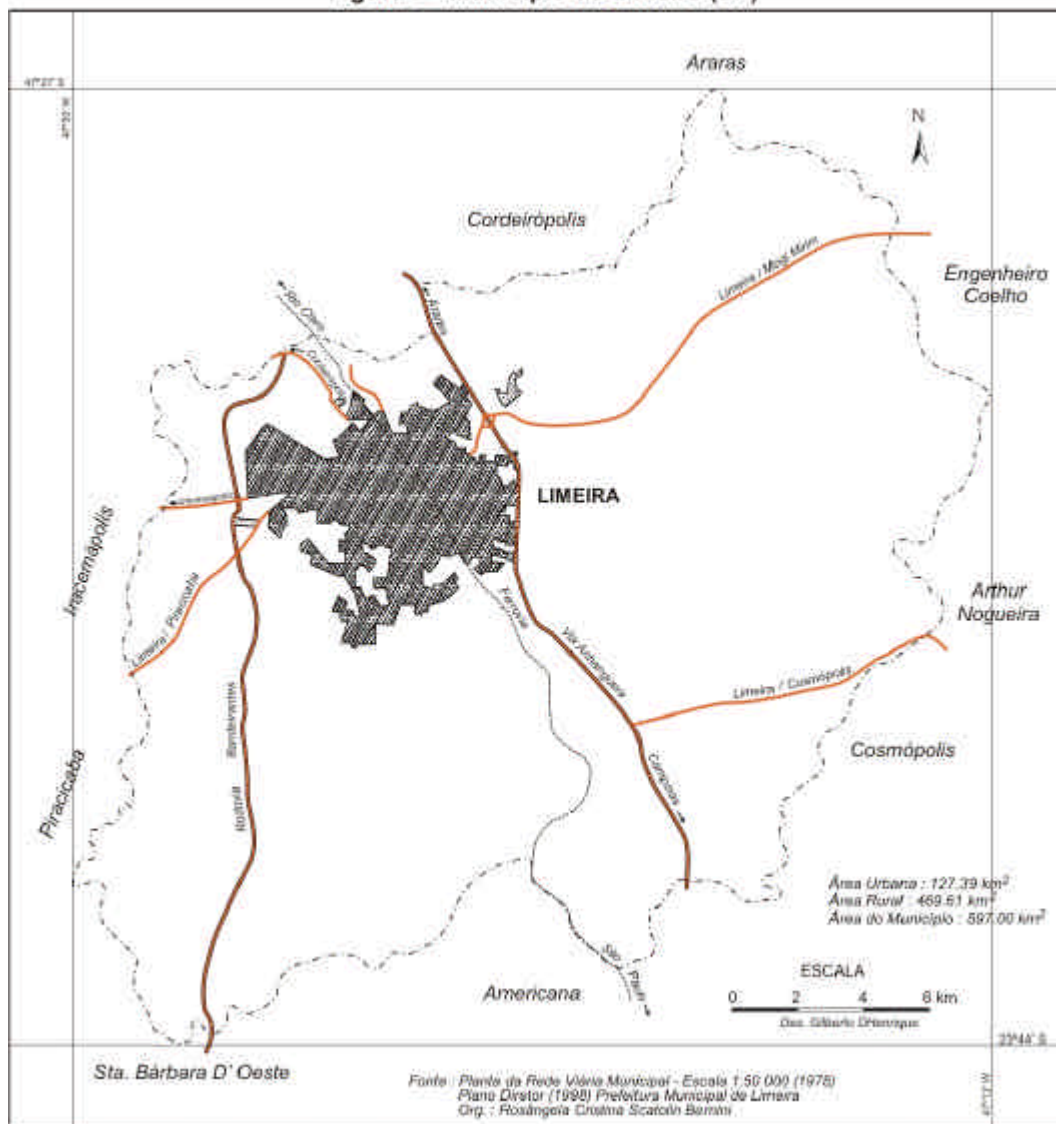


Figura 2 - Município de Limeira (SP)



unidades estratigráficas no município, cujo território é constituído, em sua maior parte, de terrenos sedimentares carboníferos e permo-carboníferos, características da Depressão Paleozóica (CERON, 1969). No conjunto do município, predomina o relevo de colinas baixas cujas cotas altimétricas oscilam entre 500 metros no vale do Piracicaba e 680 a 700 metros nos setores norte e noroeste do município (PENTEADO, 1976). A altitude média do município é de 567 metros. Seu ponto culminante é o pico do Morro Azul, com altitude entre 780 e 831 metros, situado na divisa com Iracemápolis.

O município de Limeira insere-se na bacia hidrográfica do rio Piracicaba sendo drenado pelos afluentes de sua margem direita (CARDOSO, 1993). O sistema de drenagem é composto pelos ribeirões Tatu, dos Pires, da Lagoa Nova, da Graminha e do Pinhal. Sendo o Ribeirão Tatu receptor dos rejeitos domésticos e industriais, pois cobre 75% da área urbana, no sentido norte – sul. Limeira utiliza como fontes de captação de água para o abastecimento urbano o Rio Jaguari (8 a 15 m³/s), e o Ribeirão do Pinhal.

Segundo CERON (1969), do ponto de vista pedológico, encontram-se no município os principais grupos de solos característicos da Depressão Paleozóica, destacando o Podzólico Vermelho – Amarelo (Variação Laras e Variação Piracicaba), Podzólico Lins – Marília (Variação Lins), Latosol Vermelho Escuro, Latosol Roxo e Solos Hidromórficos (Tabela 1). O estudo das características interna dos solos da área de estudo aponta que grande parte deles apresenta potencial ácido e erosivo.

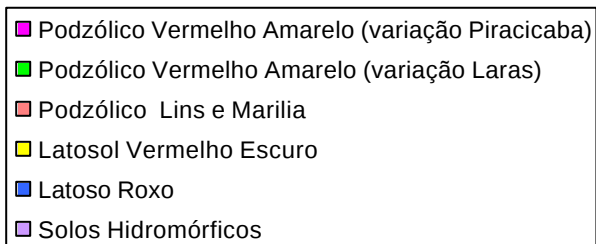
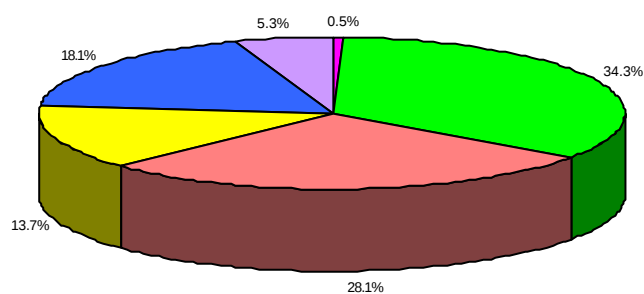
Segundo Monteiro (1973), o município de Limeira está situado em uma zona climática de transição, controlada por massas de ar Equatorial Continental e Continental Tropical, atuando com mais freqüência de outubro a março, quando provoca aumento de temperatura, pluviosidade e umidade, com ventos predominantes oriundos do quadrante norte. Essas mesmas massas de ar proporcionam no período de abril a

Tabela - Tipos de Solo no Município de Limeira

Solo	Área Absoluta km²	Área Proporcional
Podzólico Vermelho Amarelo (variação Piracicaba)	5.0	0,5%
Podzólico Vermelho Amarelo (variação Laras)	220.0	34,3%
Podzólico Lins e Marilha	180.0	28,1%
Latosol Vermelho Escuro	88.0	13,7%
Latoso Roxo	116.0	18,1%
Solos Hidromórficos	34.0	5,3%

Fonte: CERON, A.O. (1969)

Org: BERNINI, R.C.S.



setembro, tempo seco. As correntes de ar frio, vindas do sul, são responsáveis pelas baixas temperaturas e pelos mecanismos frontais nascidos do choque das massas intertropicais e polares, ocasionando a maior parte das precipitações, especialmente no inverno e estações intermediárias. As maiores precipitações ocorrem nos meses de novembro a janeiro, e as menores nos meses de junho a agosto, sendo que a precipitação média anual gira em torno de 1200mm. Quanto às temperaturas, a média anual está em torno de 21°C, a média das máximas 30°C e das mínimas 12°C.

Levando em consideração a classificação fitogeografia, Limeira situa-se no domínio das florestas semidecíduas, formações naturalmente descontínuas, entremeadas por cerrados, campos e florestas ripárias, que dominaram, em outros tempos, a cobertura vegetal dos planaltos do Sudeste (TROPMAIR, 2000). Condiionadas por solos razoavelmente férteis e climas variados, porém marcados por invernos secos e relativamente frios e verões quentes e úmidos, essas florestas caracterizam-se pela perda sazonal das folhas de muitas espécies, em especial daquelas dos estratos superiores. Em termos florísticos, apresentam, além das espécies típicas, diversos elementos com distribuição ampla e de outras formações, como as atlânticas. São, por isso, mais complexas em áreas transacionais, como é o caso da região em questão, onde é notável a influência da flora atlântica. São espécies típicas, as quaresmeiras, sibipirunas, manacás da serra, resedás, tipuanas, etc., além de áreas correspondentes a matas ciliares. (RAP – Relatório Preliminar Ambiental do Parque Great Adventure na Região de Campinas, 1997 apud Prefeitura Municipal de Limeira, 1998). Segundo Ceron (1969), estas formações vegetais primitivas foram destruídas, restando, atualmente, apenas capões de matas ciliares e capões de matas secundárias.

A densidade e extensão relativa dos remanescentes florestais sugerem a presença de populações significativas, particularmente

daquelas espécies tolerantes à perturbação antrópica. Ressalta-se que para muitos elementos da fauna nativa remanescente, as florestas descritas, unidas por formações abertas e primárias, muitas vezes associadas a eucaliptos, constituem manchas contínuas. Foram registradas evidências da presença de algumas espécies hemerófilas. Rastros relativamente numerosos de capivaras (*Hydrochacris hydrocaeris*), mãos - peladas (*Procyon cancrivorous*) e possivelmente, de cachorro – do – mato (ef. *Cerdocyon sp.*), foram registradas nas porções silvosas, desprovidas de cobertura vegetal, da planície aluvial que separa dois dos remanescentes descritos. No remanescente mais denso, foram observadas várias tocas de tatus, aparentemente “tatu - galinha” (*Dasypus novencimus*), comum em formações perturbadas. Nessa mesma área, foi avistado um caxinguelê (*Sciurus sp*) (RAP – Relatório Preliminar Ambiental do Parque Great Adventure na Região de Campinas, 1997 apud Prefeitura Municipal de Limeira, 1998).

Pretende-se com essas considerações muito sumárias acerca dos aspectos físicos da área de estudo, enfatizar a ação antrópica transformando radicalmente a natureza, sob o domínio da lógica econômica.

2.1.3 - Breves Notas das Origens da Cidade de Limeira

Para entender a história, o povoamento e o desenvolvimento urbano de Limeira, é necessário recuperar algumas informações sobre o processo de ocupação do seu território.

O famoso bandeirante Anhangüera devastou os sertões do interior de São Paulo. Aos poucos, um caminho, ou entrada, foi sendo aberto na mata. Ia o mesmo de São Paulo às minas de Goiás. Em determinados pontos deste caminho, foram erguidos pousos (ranchos rústicos), onde os caçadores de índio, ouro e pedras preciosas repousavam após a jornada.

Diz a tradição que costumavam os bandeirantes descansar num pouso situado a 27 léguas de São Paulo, às margens do ribeirão *Tatuhiby*, denominação dada pelos silvícolas, que em tupi-guarani significa “tatu - pequeno” ou “tatuzinho”. Esta região ficara conhecida nos roteiros dos bandeirantes como sertões do Tatuhiby e o pequeno pouso chamava-se rancho do Morro Azul, pela sua proximidade de uma elevação, que à distância tinha matizes azuladas (BUSCH, 1967).

A origem de Limeira e do seu nome estão diretamente ligadas a esse fato e a um acontecimento lendário e consagrado, que todos os relatos invariavelmente situam no ano de 1781 e que passamos a narrar:

“Nesse ano, uma caravana que se dirigia aos sertões de Araraquara acampou na margem do Ribeirão Tatu, na baixada onde deságua o córrego do Bexiga. Dela fazia parte um franciscano, frei João das Mercês, que ia em missão de cristianizar os gentios. No seu picuí trazia algumas limas, cujo suco diziam ser preventivo de febres malignas. Durante a noite sentiu-se mal e, contorcendo-se de dores, clamava que as limas que comera estavam envenenadas. Morreu de madrugada e ali mesmo foi sepultado. Ao lado de uma cruz improvisada foi enterrada também a sacola com as limas restantes. Teria brotado aí uma dadivosa limeira, nascida das limas do infortunado frade. Os viajantes continuaram a pousar nesse recanto que passou a ser o Rancho da Limeira” (BUSCH, 1967:12)

Ainda segundo Busch (op. cit.:24), o município de Limeira originou –se da concessão de sesmarias (terra incultas doadas pelo Estado), “a sesmaria do Morro Azul (envolvendo o Ibicaba), foi sem dúvidas a mais importante em área, pela qualidade das terras, produtividade e desenvolvimento populacional do município de Limeira” (Figura 3).

³ Segundo BUSCH (1967: 68), não há documento histórico que precise o ano da fundação de Limeira.

Estima-se que Limeira foi fundada no ano de 1826³, sob os auspícios do Capitão Luiz Manoel da Cunha Bastos, o fundador. Não se deve confundir a vinda dos primeiros povoadores das terras do Morro Azul e Tatuhyby (atraídos pela fertilidade das mesmas, antes do censo de 1822), como o aparecimento da povoação à margem da estrada Morro Azul à Campinas, aberta em 1826. (Figura 4). O fato histórico da fundação se baseia em que as primeiras casas construídas na beira da estrada e o próprio Rancho da Limeira se localizavam em terras da extensa propriedade do Capitão Cunha Bastos, dono dos sítios do Tatu e da Lagoa Nova. A construção da estrada que seguia de Limeira à Campinas, bem como a instalação da ferrovia em 1876, pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, foram importantes vetores para o desenvolvimento urbano do município (Figura 5). A evolução da cidade é resultado da lógica econômica na consolidação do território paulista avançando fronteiras, definindo regiões.

2.1.4 – Aspectos Sócio-econômicos

Para Petrone (1954) apud Ceron (1969), o povoamento das terras da região em estudo ocorreu no final do século XVIII, em virtude do impulso que tomava a lavoura canavieira. Porém, só iria se desenvolver decididamente por volta de 1830, com a introdução da cultura do café, que seguia em expansão rumo ao oeste paulista, e o sistema de parceria com a utilização de mão-de-obra imigrante.

Em 1929, a queda da bolsa de Nova Iorque afeta diretamente a economia mundial com reflexos na cultura do café e, com isso, a citricultura, apoiada no mercado internacional, e a cana-de-açúcar passam a dividir o espaço antes ocupado pelo café.

Segundo Ceron (op cit.), o primeiro passo para o desenvolvimento da citricultura em Limeira se dá na década de 20, com o plantio em larga

Figura 4 - Município de Limeira (SP) e a Construção da Estrada para Campinas (1826)

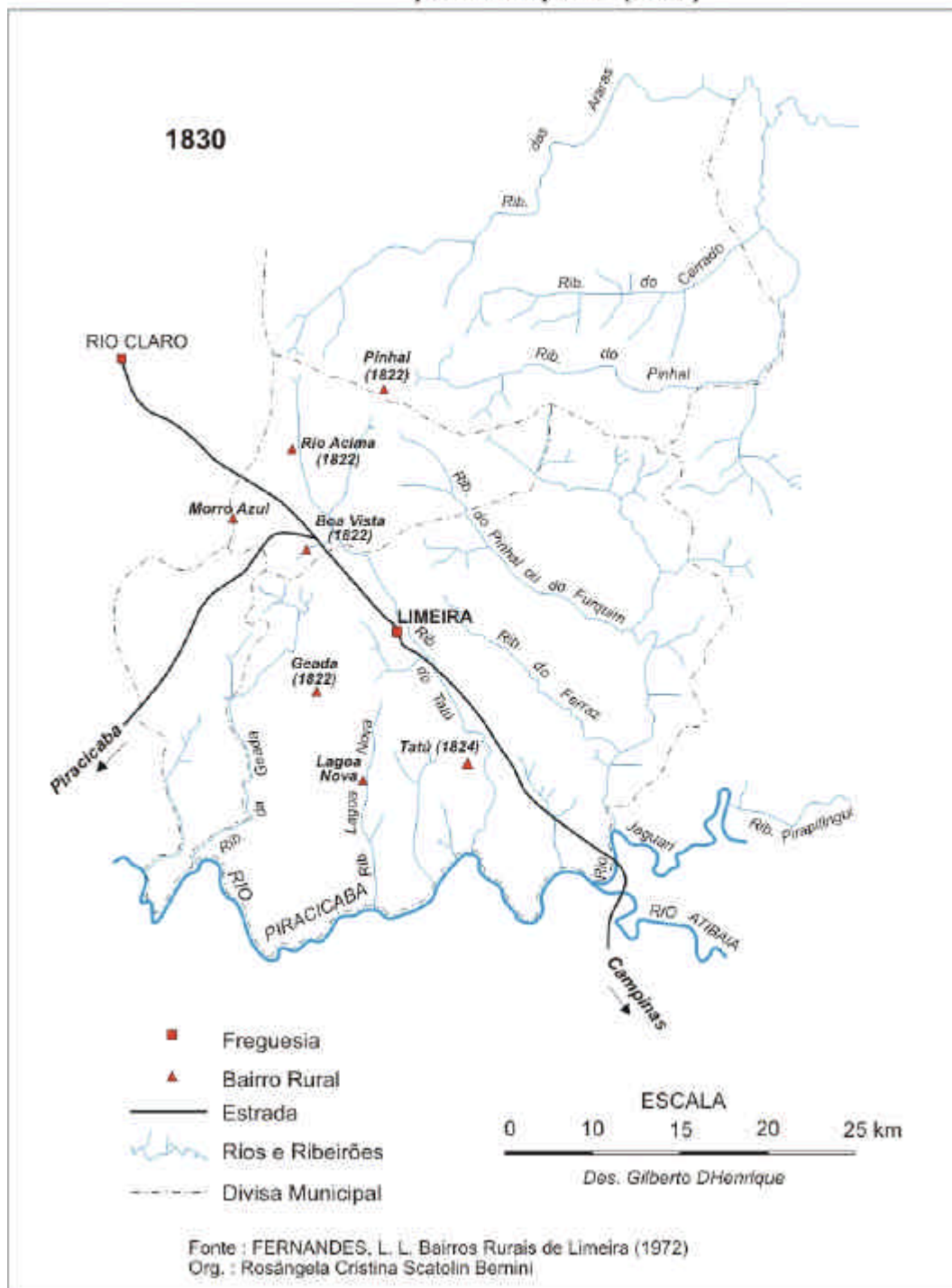
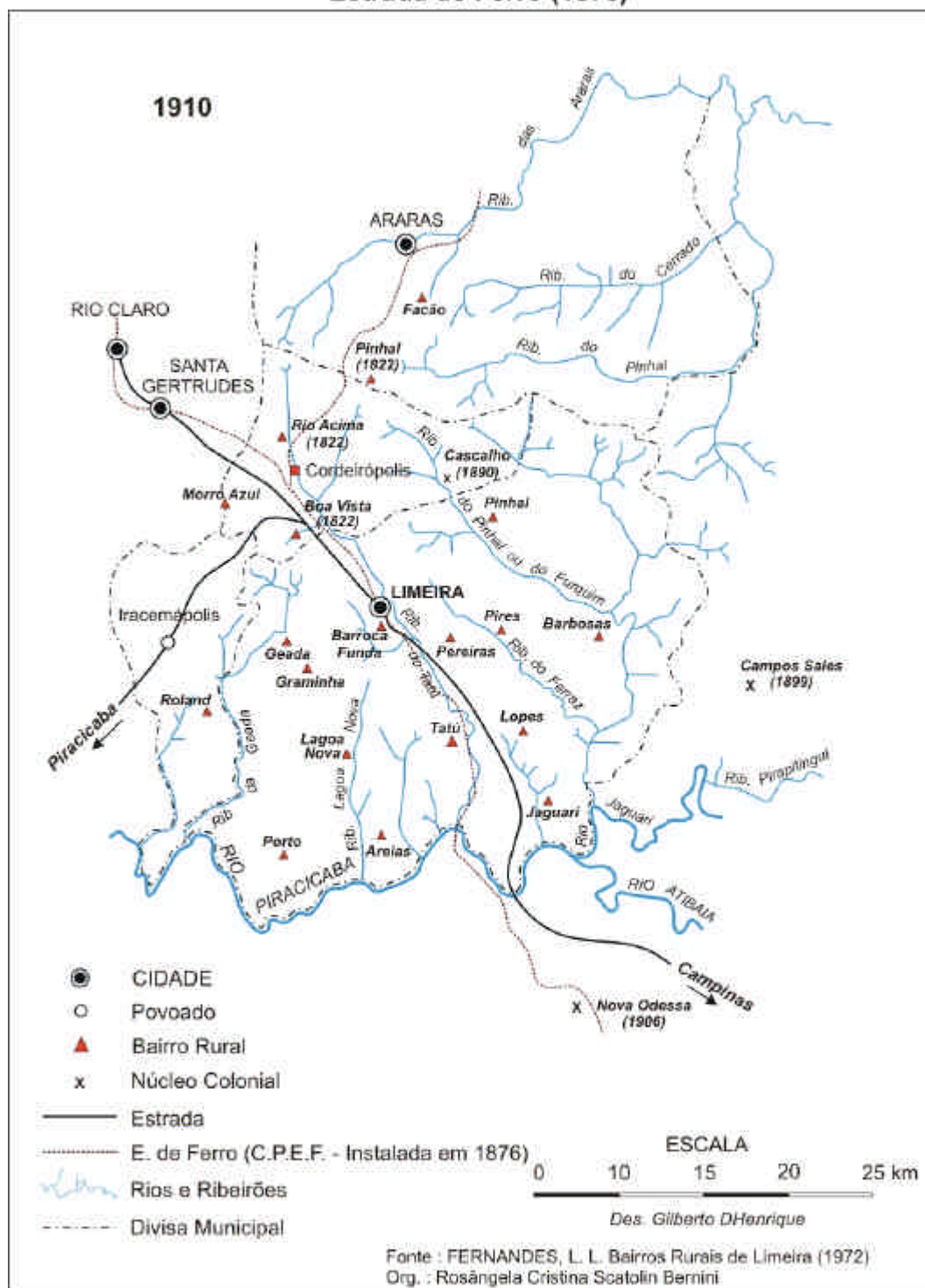


Figura 5 - Município de Limeira (SP) instalação da Estrada de Ferro (1876)



escala e a fundação da Estação Experimental de Citricultura de Limeira, hoje em Cordeirópolis. Durante a Segunda Guerra Mundial, a citricultura sofre a primeira crise, devido ao enfraquecimento do comércio exterior e o aparecimento da doença “tristeza” nos pomares. No final da guerra, a citricultura retoma o crescimento após a aplicação da técnica de enxertos. Na década de 70, nova crise da citricultura, devido ao forte impulso à cultura canavieira apoiada na implantação do PROÁLCOOL (TARTAGLIA & OLIVEIRA, 1988).

Atualmente a agricultura municipal é marcada pelo binômio cana-de-açúcar/citricultura, com ligeiro declínio, nas duas últimas décadas, da área ocupada pela citricultura em favor da área ocupada pela cana-de-açúcar. Essa situação acaba por gerar alguns problemas como a falta de espaço/apoio para o desenvolvimento de outras culturas, e contribui para a expulsão do trabalhador rural do campo, uma vez que são cada vez menores suas chances de sobrevivência na área rural.

Diante do exposto verificou-se que o desenvolvimento sócio – econômico do município de Limeira está associado: a acumulação de capitais decorrentes do desenvolvimento da cafeicultura; a imigração européia, que veio trabalhar na cafeicultura, trazendo conhecimentos técnicos que permitiram o desenvolvimento das atividades industriais, e a infra-estrutura rodo–ferroviária do município, que sempre contou com fácil acesso aos centros consumidores e produtores, capital e interior do Estado e pontos de saída para o mercado internacional.

Quanto à evolução da industrialização, Limeira apresentou duas fases distintas (FIRKOWSKI & SAMPAIO, 1992). A primeira, do início do século XX até 1970, caracterizou-se por profundas alterações na estrutura industrial por gêneros, com as iniciativas ligadas à produção de bens de consumo e de máquinas agrícolas, fazendo com que os setores mecânico e metalúrgico assumissem importância crescente no município. Neste período, destaca-se a participação dos imigrantes europeus na iniciativa empresarial e como mão-de-obra industrial, além do desenvolvimento da

mão-de-obra especializada. Na segunda fase, após 1970, ocorreram transformações no ritmo industrial, acelerado com a ascensão dos gêneros motrizes, e na estrutura financeira, marcada pela entrada do capital externo em substituição ao capital local. Neste período, o Município começa a destacar-se no contexto regional.

Verifica-se, dessa forma, que o padrão de desenvolvimento de grande parte do interior paulista foi definido pela industrialização, caracterizado por ramos e setores modernos, “dinâmicos” e por sua integração com setores agrícolas também modernizados (ZAMBARDA e SELINGARDI-SAMPAIO, 2001).

No entanto, os processos de modernização, terceirização de serviços, automação, entre outros, vêm ocasionando um decréscimo da oferta de empregos no setor secundário, que não tem como ocupar a oferta atual e futura de mão-de-obra. Essa situação tende a criar problemas crescentes de desemprego, ainda que o setor terciário possa amenizar um pouco esta tendência, pois é o setor que mais tem crescido.

Como é óbvio, todas as etapas econômicas examinadas, tanto agroindustriais quanto industriais, estiveram associadas a formas específicas de incidência espacial, no campo e na cidade. Na área rural, a sucessão de culturas foi, gradativamente, ocupando os espaços férteis, organizando a estrutura fundiária e modificando a paisagem, à medida que uma cultura cedia a primazia à outra. No espaço urbano as indústrias foram se distribuindo pelas áreas centrais (as mais antigas), por alguns bairros industriais e, principalmente, junto a espaços planejados, especialmente preparados para a implantação industrial.

Destaca-se a seguir o exame da distribuição espacial da população no processo da produção do espaço urbano.

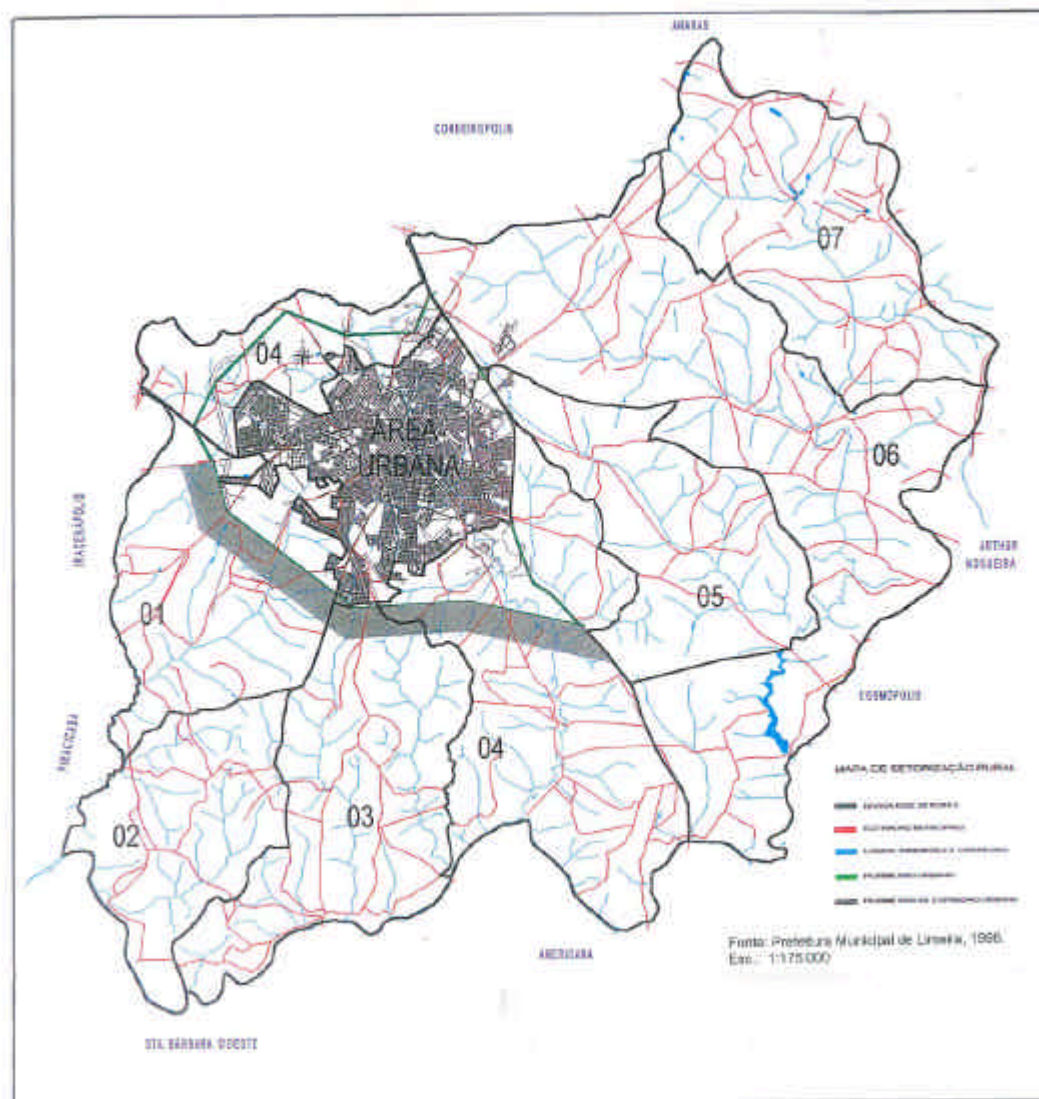
2.2 – Uso e Ocupação do Solo Urbano

2.2.1 – A Distribuição Espacial da População

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município de Limeira contava, no ano 2000, com uma população total de 261.782 habitantes, dos quais 86% concentram-se na área urbana e 14% na área rural. A taxa de incremento médio da população total foi de 5,17% no período entre 1970/1980 e de 2,95% no período de 1980/1990, evidenciando uma desaceleração no crescimento populacional. O incremento médio da população no município deve-se mais ao crescimento migratório, com taxas em torno de 62%, do que ao crescimento vegetativo (38%).

A forma como ocorreu a expansão física da cidade de Limeira deve-se a fatores naturais, econômicos e sociais que delimitam etapas de crescimento. No que se refere aos fatores naturais, o trecho urbanizado do município de Limeira está localizado na parte noroeste de seu território. O núcleo inicial desenvolveu-se à margem direita do Ribeirão Tatu e, posteriormente, estendeu-se por ambas as margens. O relevo da área urbanizada é composto pelas encostas do Ribeirão Tatu, Córrego da Barroca Funda e seus afluentes, possuindo inclinações suaves, em algumas regiões mais acentuadas, mas que não dificultam a ocupação urbana, nem tampouco acarretam áreas de risco de deslizamento. As regiões mais íngremes estão localizadas ao norte e ao sul, sendo um dos fatores que inibiram o crescimento urbano nestas direções, favorecendo a expansão nas direções opostas, ou seja, no sentido Leste-oeste (Favero, 1995 apud Prefeitura Municipal de Limeira, 1998) (Figura 6). O processo de crescimento da cidade de Limeira não difere muito de como ocorreu, em geral, nas cidades deste porte, nesta região do Estado. Numa primeira etapa, até a década de 40, a economia local estava voltada principalmente para as atividades agrícolas. Esta determinava os padrões

Figura 6 – Mapa de Setorização Rural



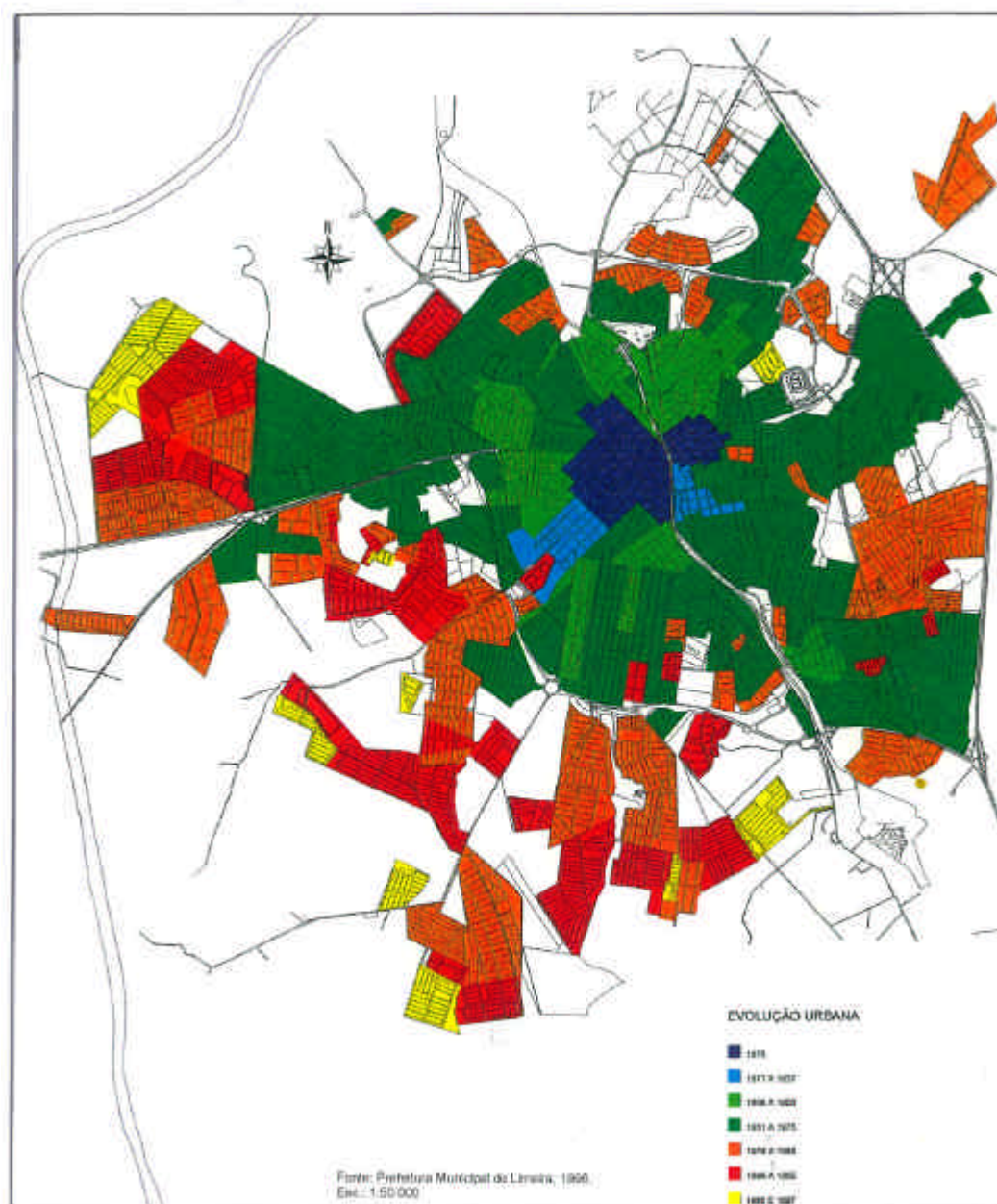
sociais da cidade, predominando os fazendeiros e empregados rurais, dando-lhe certa característica, de tal modo que ficou cercada por grandes propriedades rurais que continham as instalações, suas sedes, as quais, com o passar do tempo e as sucessivas subdivisões, foram quase sempre preservadas como chácaras das famílias proprietárias. Neste mesmo período, desenvolveu-se o processo de industrialização local, que contribuiu ao longo do tempo, para a mudança dos padrões sociais da cidade, impulsionando e fortalecendo o comércio local, cuja atuação ultrapassou as divisas municipais, atendendo a setores da economia regional. A lógica da localização destas atividades na cidade de Limeira foi, então, fortemente induzida pelo traçado da FEPASA, hoje FERROBAN, que foi implantada no vale do Ribeirão Tatu. Grande parte das indústrias instaladas na época procuraram localizar-se ao longo da ferrovia e do ribeirão, próximas ao centro da cidade, assim como os loteamentos, aprovados na época, situavam-se nas imediações, ao lado das indústrias. (Figura 7)

Na década de 50, verifica-se grande expansão urbana com a implantação de vários loteamentos contornando a cidade. A construção da Rodovia Anhangüera, passando mais distante da cidade, tornou-se forte elemento de atração para a instalação das novas indústrias recém chegadas, bem como da relocação das indústrias já existentes em fase de ampliação.

Este período dinâmico da economia teve desdobramentos espaciais. A década de 60 caracterizou-se mais pela abertura de loteamentos na faixa entre a ferrovia e a Via Anhangüera, e também nas proximidades das rodovias de acesso a Piracicaba e Santa Bárbara D'Oeste. A década de 70 foi marcada pela grande expansão urbana de Limeira, em decorrência do elevado número de loteamentos que foram abertos no município.

O aumento da atividade industrial, ocorrida nesta época, refletia as condições econômicas do país, que neste período apresentou grande

Figura 7 – Evolução Urbana



crescimento. O aumento da função industrial no município também ocorreu em virtude da política do Governo do Estado de São Paulo, com o objetivo de desconcentrar a atividade industrial na Grande São Paulo. Foi ainda, no início da década de 70, que a administração pública de Limeira deu início ao processo de planejamento. Surgiu assim, o Plano Local de Desenvolvimento Integrado (1970), sendo criada simultaneamente a EMDEL (Empresa de Desenvolvimento de Limeira), com o intuito de promover o desenvolvimento e o crescimento ordenado da cidade, executar as obras de infra-estrutura básica necessária, incentivar a vinda de indústrias e disciplinar sua instalação no município. (Figura 8)

No mesmo período, a administração municipal fez gestões no sentido de promover a construção de conjuntos habitacionais para enfrentar o problema da habitação, bem como de escolas e postos de saúde. A repercussão dessas melhorias atraiu migrantes da região e de fora dela, o que gerou grande procura de habitação, estimulando os empreendedores imobiliários a realizarem loteamentos voltados para as classes menos favorecidas, criando enormes problemas para a cidade. (Figura 9) Proliferaram, portanto, loteamentos de baixo nível, alguns distantes da área já urbanizada, formando os conhecidos “vazios urbanos” que encarecem as infra-estruturas. Além disso, surgiram também os loteamentos clandestinos, que fugiram ao controle da municipalidade. (Tabela 2)

A década de 80, por sua vez, verificou-se que os loteamentos abertos neste período foram implantados em alguns “vazios urbanos” ou em áreas contíguas aos já existentes, servindo para atender, em boa parte, à classe média alta. Destacam-se também, neste período, os loteamentos implantados ao longo da rodovia que liga Limeira à Iracemápolis, a oeste do município, tendo como agenciadores os poderes públicos municipal e estadual. Um dos maiores responsáveis pela redução da abertura de loteamentos no município foi a legislação em vigor, que impunha maiores restrições ao parcelamento do solo urbano e

Figura 8 – Uso do Solo

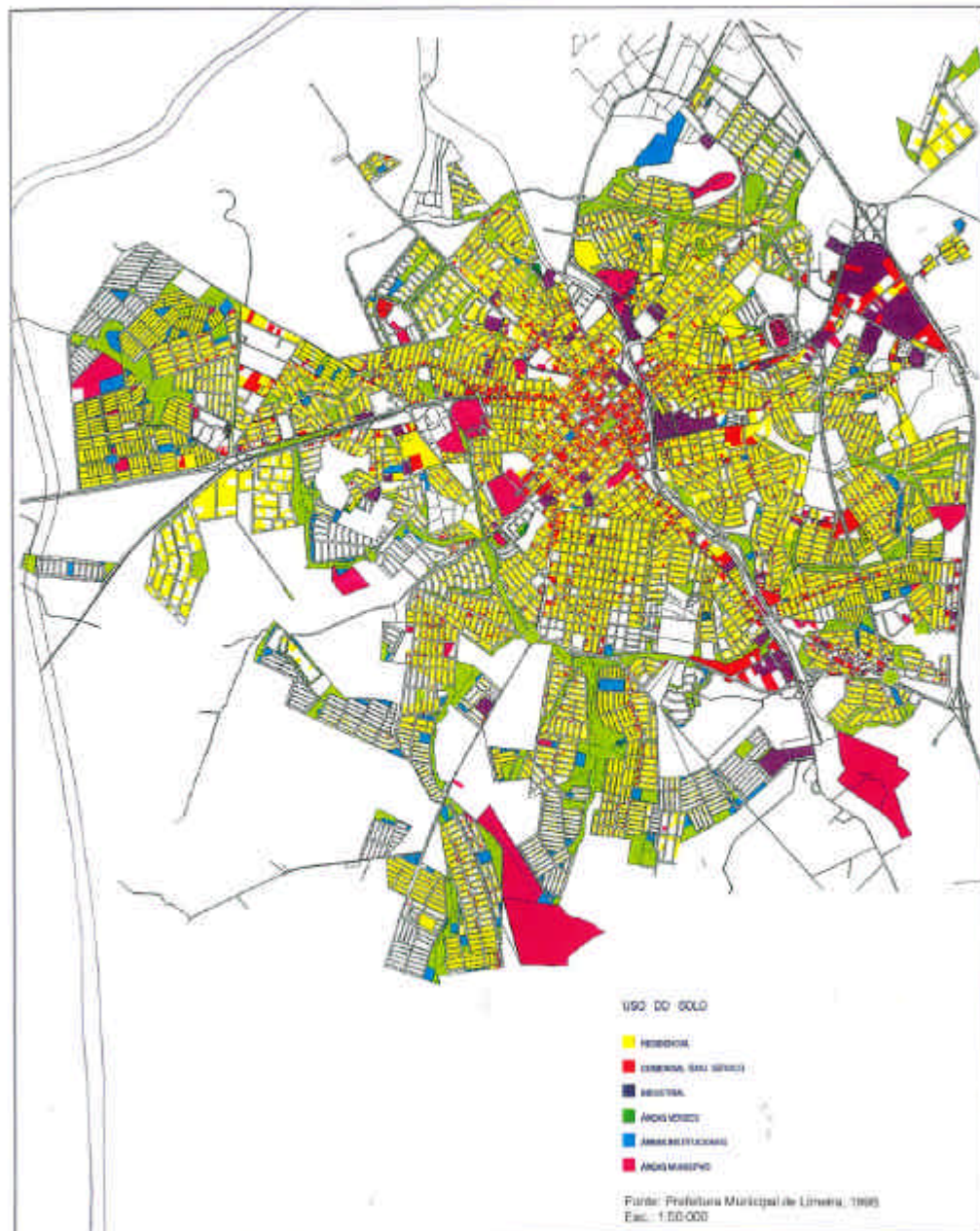


Figura 9 – Conjuntos Habitacionais e Loteamentos Populares

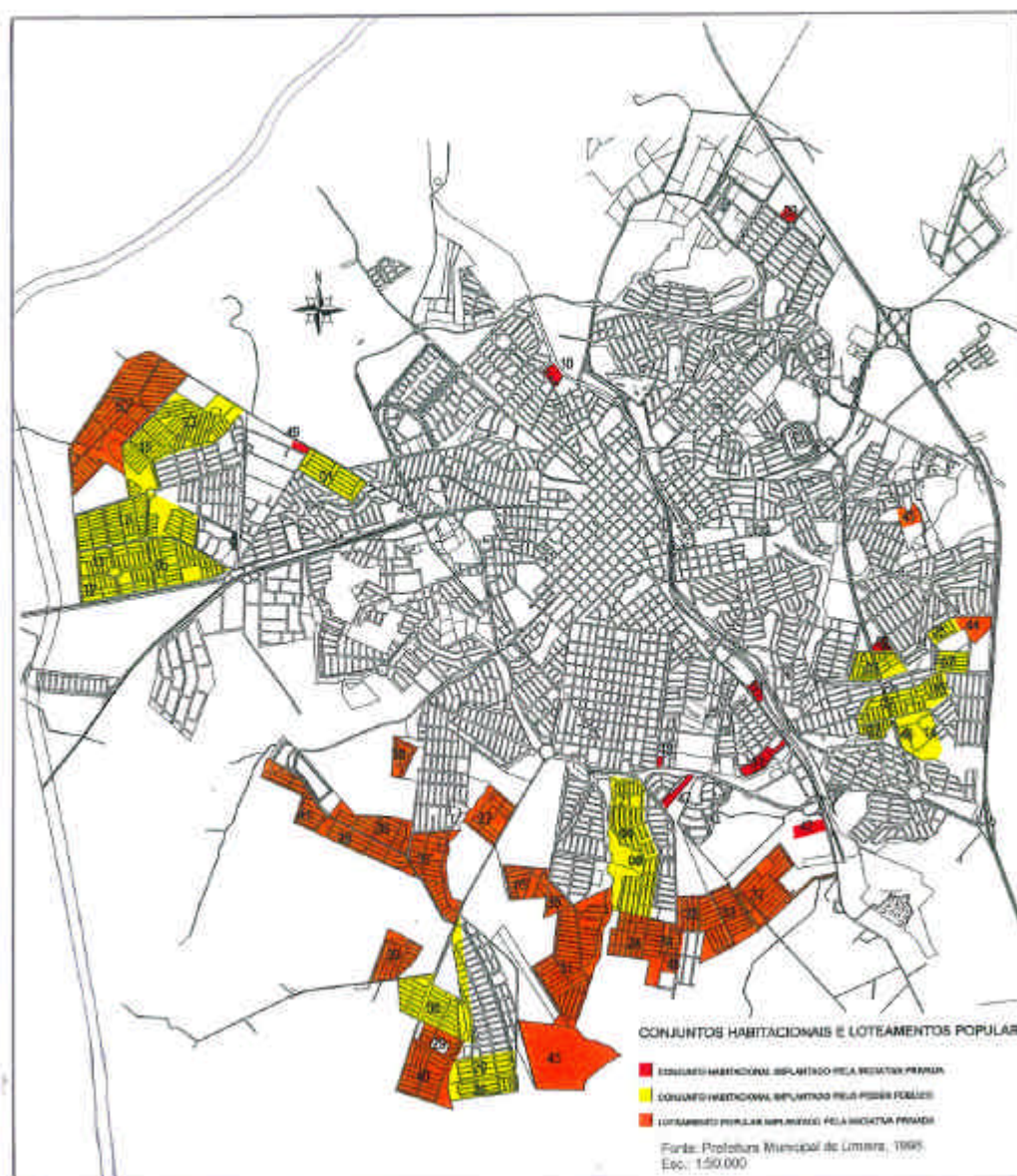
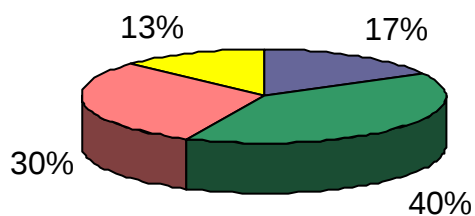


Tabela - Composição da Mancha Urbana

Composição da Mancha Urbana	Área (km²)	Área Proporcional
Área Ocupada	20.0	40,0%
Vazios Urbanos	15.0	30,0%
Áreas Municipais	6.8	13,0%
Logradouros Públicos	8.2	17,0%

Fonte: Plano Diretor, 1998 - Prefeitura Municipal de Limeira.

Org.: BERNINI, R.C.S.

Composição da Mancha Urbana

a recessão econômica por que passou a nação neste período. Mas, a partir de 1986, houve uma grande retomada nos processos de aprovação de plantas residenciais nos loteamentos já existentes e, principalmente, uma “febre de construção” de edifícios elevados, localizados no centro da cidade, que trouxeram enormes problemas ao núcleo urbano, como os transtornos com o trânsito de pedestres e veículos, exigindo adequação da infra-estrutura existente.

Finalmente, na década de 90, houve a implantação de vários loteamentos e conjuntos habitacionais, sendo a grande maioria na região sul e sudoeste da área urbana, com o intuito de atender a população menos favorecida.

Portanto, podemos considerar que a organização, reforçando desigualdades sociais, do espaço urbano se faz em função da habitação que corresponde à função a que se destina a maior parte do solo urbano. A localização e a existência de serviços públicos e de infra-estrutura determinam o preço do solo urbano fazendo com que haja, segundo Correa (1991), a segregação sócio-espacial. Isso porque a população mais favorecida economicamente, capaz de pagar preços mais altos pelo direito de morar, tende a ocupar as áreas melhores servidas, enquanto que a população mais pobre tende a ocupar as áreas de preço mais baixo.

2.2.2 – Expansão Urbana

O crescimento da cidade é um processo espacial com dimensão temporal, onde a compreensão da atualidade integra as mudanças do passado e o potencial de variações para o futuro próximo. Conforme as cidades vão crescendo, novos espaços são requeridos, resultando em expansão urbana. O processo de ampliação da cidade pode ser verificado pelo adensamento da ocupação do solo e reorganização das áreas já

ocupadas e também pela ocupação além dos limites urbanizados, o que transforma em urbano o solo rural.

Como observou-se anteriormente, o crescimento urbano ocasionado no município de Limeira, principalmente à partir da década de 70, fez-se através dos empreendimentos imobiliários – loteamentos e conjuntos habitacionais realizados pela iniciativa privada e por vezes pública, provocando a substituição do uso agrícola da terra pelo urbano. A ocupação desses espaços vem gerando conflitos com o cultivo de produtos agrícolas, principalmente a laranja e cereais, nas áreas lindeiras à cidade, fazendo com que as propriedades rurais substituam suas culturas produtivas por pastagens ou se tornem improdutivas, a espera da valorização das terras para fins imobiliários. O processo de empreendimento e comercialização de imóveis urbanos, bem como a atuação da administração pública, muito contribuíram para a eliminação das atividades rurais próximas à cidade e para a degradação destas áreas periféricas.

A administração pública não possuindo uma política clara e eficaz de crescimento urbano ordenado construiu conjuntos habitacionais e permitiu loteamentos distantes, criando dificuldades na extensão dos serviços públicos, com conseqüente oneração dos cofres municipais e o aumento dos custos destes serviços, que via de regra, são sempre repassados aos adquirentes dos lotes. Promoveu, dessa maneira a formação de “vazios urbanos”, utilizados pelos proprietários e empreendedores na especulação imobiliária urbana, auferindo-lhes altos lucros com a valorização da terra, assim como a proliferação de construções de baixo nível e a atuação de loteadores inescrupulosos, gerando loteamentos irregulares, processo esse comum nas cidades brasileiras (CAMPOS FILHO, 1992).

Conforme pode ser observado, nas últimas décadas, a malha urbana da cidade de Limeira tem crescido, principalmente, pela implantação de loteamentos e conjuntos habitacionais populares.

Segundo consta no Plano Diretor do Município, 45% dos imóveis residenciais da cidade estão localizados em unidades habitacionais populares. Como consequência, o que se verifica hoje é uma grande barreira ao crescimento da cidade em sua zona sul, pois não existem diretrizes que possibilitem que outras formas de ocupação ultrapassem os loteamentos populares, compostos de maneira geral por uma malha viária descontínua e insuficiente para atender um maior volume de trânsito. Ressalte-se, no entanto, que por terem ultrapassado o perímetro urbano e alcançado o limite da expansão urbana, este processo originou uma forte pressão para que este fosse ampliado. Pode-se ainda, caracterizar a Rodovia Anhangüera como um elemento de contenção da expansão urbana e não um vetor dessa expansão, visto que a cidade se estabeleceu verticalmente à ela, fixando-se ao longo desta uma zona industrial e comercial, favorecida pelo acesso à capital do Estado. (Figura 10)

Dentro do contexto apresentado, verifica-se que a falta de aplicação de diretrizes gerais de desenvolvimento urbano, inexistência ou a não aplicação de ações normativas, em detalhe e de controle, no intuito de corrigir e coibir as ações especulativas do uso do solo. A falta de fiscalização por parte do Poder Público e de participação popular são algumas das causas dos problemas decorrentes do grande crescimento urbano experimentado pelo município nas últimas décadas. Portanto, apesar de um quadro regional extremamente favorável do ponto de vista político-geográfico, Limeira corre o risco de comprometer a qualidade de vida em relação às cidades vizinhas.

Para Herculano (2000) apud Figueiredo (2001:31), *“não se admite, atualmente, avaliar a qualidade de vida deixando de lado a dimensão ambiental”*. Para o planejador as paisagens são eternas bases vivas para receber qualquer plano ou projeto, para o morador elas representam o lugar onde se vive, um espaço repleto de experiências individuais e coletivas (MACHADO, 1996). É patente a importância do Poder Público,

proceder as avaliações cujo enfoque maior seja aquele da percepção / opinião da comunidade frente aos diversos atributos urbanos, para então, fomentar diretrizes para a realização de projetos que assegurem a qualidade ambiental e o bem estar social.

Sob a óptica da percepção ambiental estudos de caso relacionados a produção do espaço e dos lugares têm se mostrado eficientes instrumentos para diagnosticar os abusos na falta de planejamento urbano. Nessa perspectiva, no próximo capítulo será desenvolvido o estudo de caso do Horto Florestal de Limeira (SP).

Capítulo 3

A produção do Lugar: O Horto Florestal de Limeira

3.1 – A Urbanização e a Questão Ambiental

O surgimento das cidades está ligado ao processo de sedentarização que permitiu o estabelecimento de uma nova relação entre o homem e a natureza, visando o domínio do território para assegurar a fixação no espaço. A cidade como fruto do esforço coletivo da ação produtiva dos indivíduos, expressa espacialmente as suas relações sociais, através de suas funções e de sua estrutura interna. O processo de urbanização, como resultado da construção do espaço urbano, está relacionado à estrutura econômica, estreitamente ligado à necessidade de acumulação capitalista e ao modo em que se encontra estruturado a sociedade que o compõe. A distribuição social e espacial dos indivíduos define a configuração espacial urbana que, por sua vez, manifesta o modo de produção dominante e as transformações que o modelaram ao longo do tempo (ZILLMER; MARAFON, 1994).

Dessa forma, o processo de urbanização contínuo ocorrido nas últimas décadas tem promovido não apenas o crescimento das cidades como também tem afetado o equilíbrio ambiental dessas áreas como elevados índices de degradação.

Por se tratar de uma tendência irreversível e por provocar uma ruptura no equilíbrio das condições ambientais, a urbanização e a concentração humana e de atividades a ela relacionadas, apresentam-se como um desafio para os técnicos, administradores e planejadores (CAVALHEIRO, 1991). Para Ribeiro (1981:29), *“a atividade planejadora é muito acanhada, e o crescimento urbano continua a produzir as*

irracionalidades na ocupação do solo”. Portanto, sem a implantação de políticas urbanas claras não se pode pensar, segundo Pessoa (1981:79) em crescimento ordenado nas cidades. A ocupação não planejada e não controlada do meio físico no processo de urbanização provoca o aparecimento de diversos impactos ambientais que agravam o quadro de degradação ambiental das cidades. Apesar das preocupações com as questões ambientais, com a tomada de consciência das frágeis relações entre o homem e o seu meio, resultantes dos excessos da industrialização, da urbanização e do desenvolvimento da sociedade de consumo, a organização e transformação da natureza urbana tem sido determinada pela apropriação do solo urbano para finalidades individuais em detrimento dos interesses coletivos, o que tem gerado um ambiente biologicamente estéril e esteticamente deprimente.

O último censo realizado no ano de 2000 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou que 81,2% dos brasileiros vivem na área urbana. No município de Limeira – SP esse índice chega a 85%. O rápido processo de urbanização trouxe os mais variados problemas, dentre eles, os relacionados ao uso e ocupação do solo, a especulação imobiliária, a redução das áreas verdes de lazer e recreação de uso público, e ainda, a falta de atendimento as necessidades da população comprometendo, assim, a qualidade de vida urbana. Advém desse fato a nova tentativa de reestruturação das cidades através de projetos públicos, que surgem como alternativa plausível para resolver os problemas provenientes desse crescimento.

Muitas vezes, esses projetos produzem alterações negativas no meio sócio-ambiental, como:

- Causam impactos ambientais em espaços valiosos;
- Afetam a população causando instabilidade psicológica (indignação, revolta, medo, alienação),

ainda que as causas sejam locais, os efeitos negativos podem se estender a locais distantes da origem, ou ainda, dar início a processo em cadeia, difíceis de prever.

Dessa maneira, torna-se evidente a necessidade de se conhecer e dispor do maior número possível de informações sobre os efeitos que qualquer projeto urbano possa provocar no ambiente e na sociedade a curto, médio ou longo prazo.

BRANCO (1991) apud VERONA (2002), considera que em uma cidade bem planejada e bem tratada, uma parcela significativa de seu solo é preservada na forma de áreas verdes. Os espaços verdes têm grande importância como um integrador social. Por isso é imperioso, nos dias atuais, que se faça um planejamento dos sistemas de áreas verdes, através de uma adequada distribuição dessas áreas pela cidade, utilizando não somente a vegetação mas equipamentos de lazer, diversidades entretenimento dos usuários e boa localização.

A área urbana de Limeira compreende 82,39 km², sendo que 6,8 km² compõe áreas municipais, áreas verdes e institucionais (Figura 11). Desse total, 21% estão sendo efetivamente utilizados com a implantação de praças, escolas, postos de saúde e outros usos institucionais. Salienta-se, que a Lei Municipal nº 1648/78, em seu Artigo 29, prevê que todo loteamento deve reservar 40% da área a ser loteado como espaço para uso público. Estes 40% de áreas são assim distribuídos: 15% para áreas verdes, 20% para vias públicas e, 5% para uso institucional (Plano Diretor – Prefeitura Municipal de Limeira, 1998).

As áreas institucionais são áreas pertencentes ao Poder Público, destinadas a implantação de equipamentos urbanos e comunitários. Estas áreas totalizam 518.603,96 m², sendo que 130.890 m² são efetivamente implantadas (Tabela 3). Desta forma, Limeira conta como um estoque de áreas institucionais extremamente importantes para suprir as necessidades e carências de equipamentos urbanos e comunitários (Prefeitura Municipal de Limeira, 1998). Porém, a situação dessas áreas é

Figura 11 – Áreas Municipais

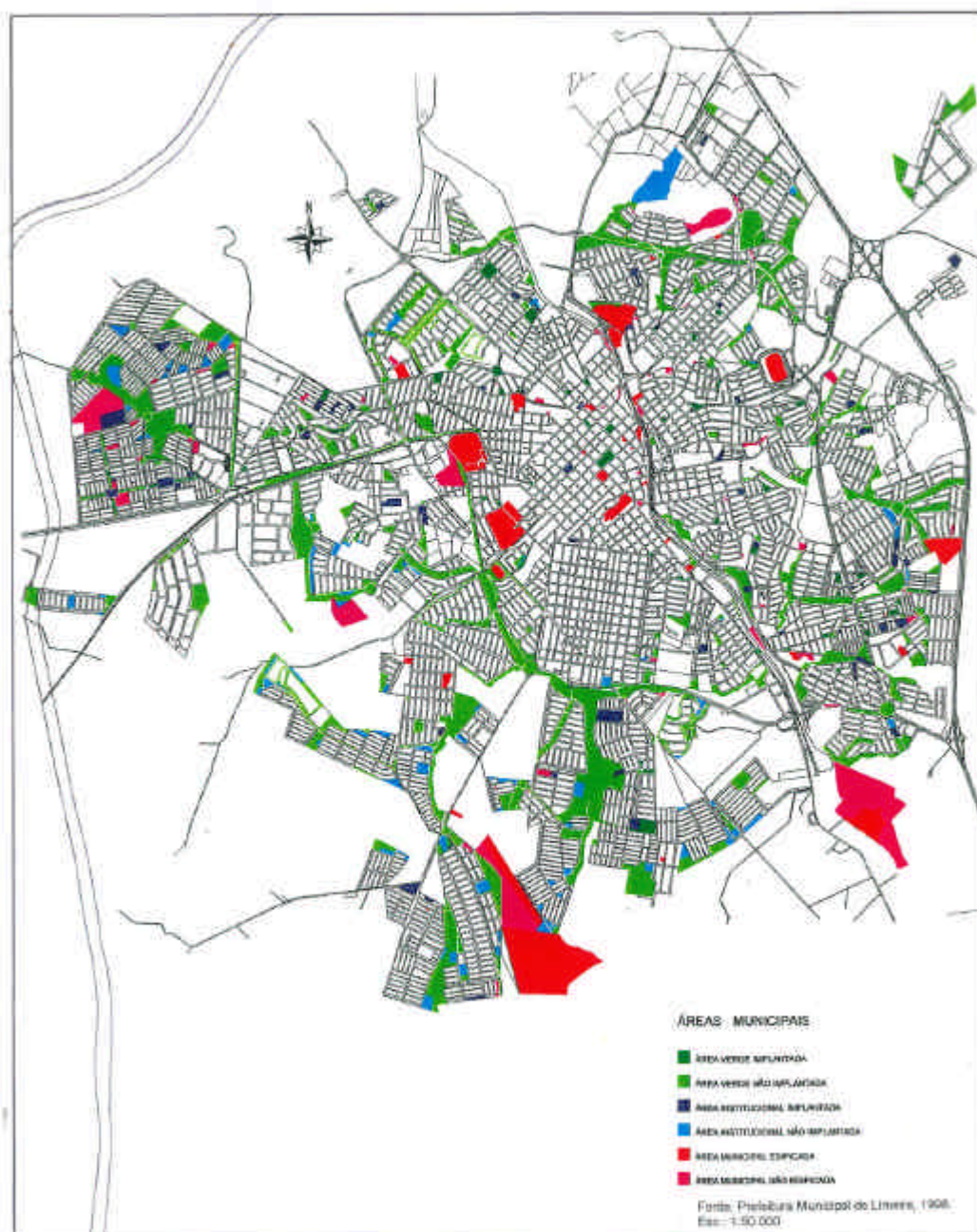


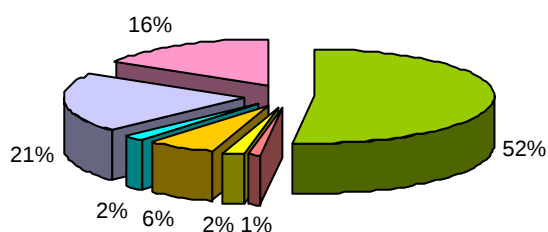
Tabela: Áreas Municipais

Áreas Municipais	Quant.	Área (m²)	Área Proporcional
Áreas Verdes não Implantadas	414	3.623.537,12	52,0%
Áreas Verdes Implantadas	49	94.009,87	1,0%
Áreas Verdes com uso Institucional	18	106.931,19	2,0%
Área Institucional não Implantada	95	387.713,72	6,0%
Área Institucional Implantada	11	130.890,23	2,0%
Área Municipal não Edificada	182	1.454.707,50	21,0%
Área Municipal Edificada	82	1.099.196,61	16,0%
Total das Áreas Municipais	851	6.896.986,24	100%

Fonte: Plano Diretor (1998) – Prefeitura Municipal de Limeira

Org.: BERNINI, R.C.S.

Áreas Municipais



■ Áreas Verdes não Implantadas	■ Áreas Verdes Implantadas
■ Áreas Verdes com uso Institucional	■ Área Institucional não Implantada
■ Área Institucional Implantada	■ Área Municipal não Edificada
■ Área Municipal Edificada	

preocupante, pois o abandono por parte da prefeitura acaba propiciando a invasão das mesmas, acarretando prejuízo à municipalidade, que vê parte do seu patrimônio ameaçado e a população, que fica sem o atendimento adequado às suas necessidades.

Quanto às áreas verdes há na cidade de Limeira, cerca de 3.824.478,18 m² de uso público, apenas 94.009,87 m² estão efetivamente implantadas, compreendendo em sua maioria as praças das áreas centrais da cidade e pequenas praças espalhadas pelos bairros. As áreas verdes não implantadas, dispersas pela cidade, encontram-se atualmente abandonadas pelo Poder Público local, que na maioria das vezes afirma não dispor de recursos necessários para a sua efetiva implantação ou, ainda, não demonstra interesse político para as ações necessárias nesse sentido. Segundo Sillman e Villela (1979), considerando a vegetação arbórea, há na cidade de Limeira 0,84 m² de área verde/hab. Uma análise da situação atual das áreas verdes mostra um índice de 0,4 m² de área verde efetivamente implantada por habitante, muito abaixo do estabelecido (embora questionado por alguns) pela ONU (12 m²/hab), que considera para cálculo somente as praças e jardins.

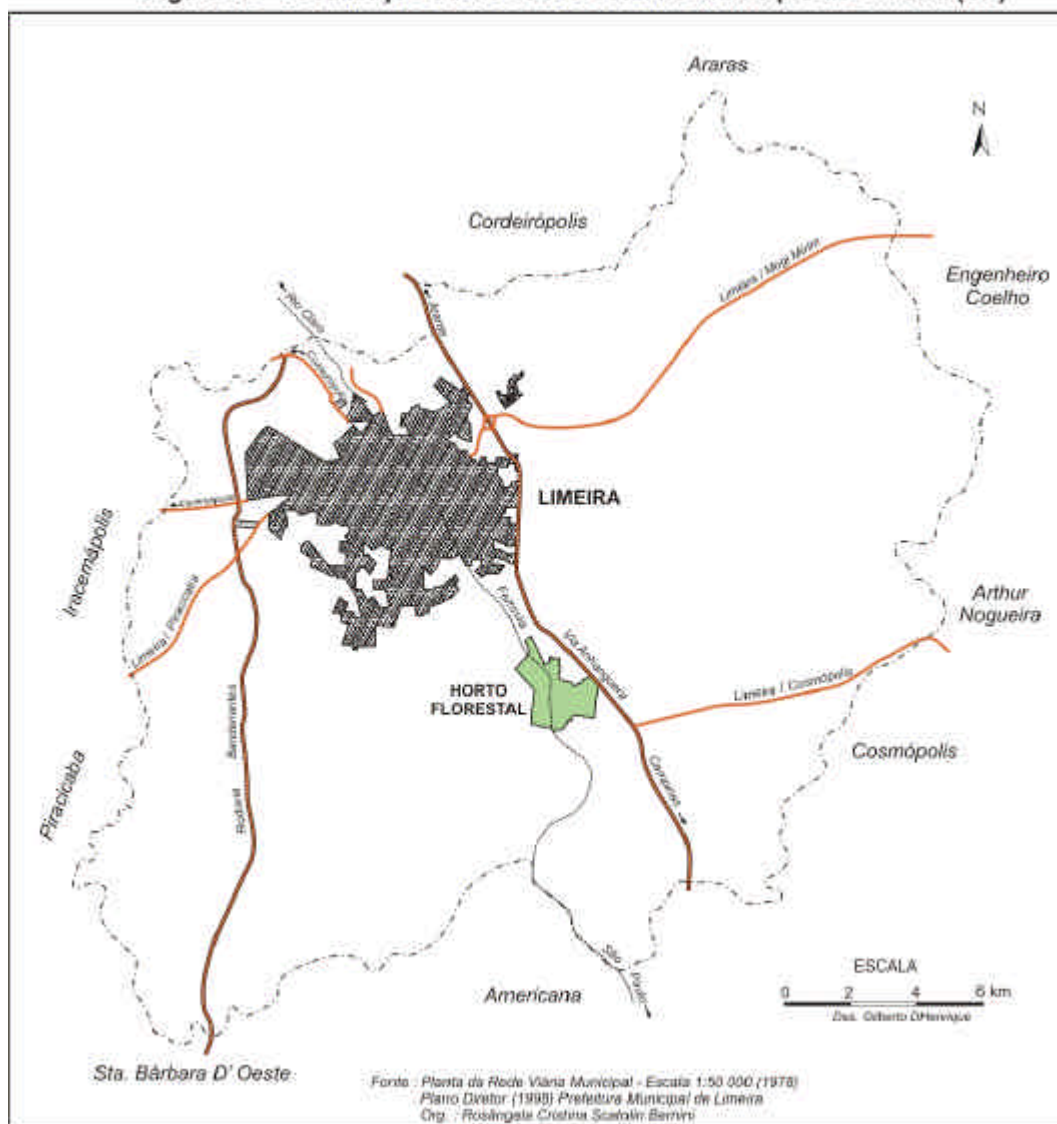
Dentre as áreas verdes de uso público insere-se o Horto Florestal, objeto desse estudo.

3.2 – O caso do Horto Florestal

Localizado no km 3 da Via Tatuíbi (LIM – 010), a 7 km a sudeste da área central de Limeira, abrange uma área de 310,02 alqueires (Figura 12). E é interessante prover um breve histórico.

Segundo dados do Arquivo Histórico Municipal, em 1906 a Companhia Paulista de Estradas de Ferro adquire terras na região de Campinas destinadas ao plantio de eucalipto para suprimento de lenha para as caldeiras das locomotivas e para a fabricação de dormentes. Em

Figura 12 - Localização do Horto Florestal no Município de Limeira (SP)



1915, foi instalado um horto, em Tatu, próximo a Limeira. Conforme constam as escrituras existentes no Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal, as terras (312,5 alqueires) foram adquiridas de Albano de Azevedo e Souza e outros. Posteriormente, outros hortos foram instalados pela Cia. Paulista entre eles os de Rio Claro (1917); Sumaré e Cordeirópolis (1918); Córrego Rico (1935); Ibitiúva e Brasília (1936); Descalvado e Tapúia (1937); Guarani e Aurora (1938) e Aimorés (1940).

Para França Júnior (1993), o Horto do Tatu, ocupa a 12^a colocação na classificação de área das hortos florestais da FEPASA – Ferrovia Paulista S.A. (Tabela 4). O Horto do Tatu funcionou, desde a sua instalação, como unidade de produção de eucalipto. Segundo Ceron (1969), cinco espécies foram desenvolvidas com sucesso: o *Citriodora*, *Tereticornis*, *Saligna*, *Grandis* e *Alba*. Todas essas espécies são de rápido crescimento, propiciando a exploração num período relativamente curto, isto é, em média de 5 a 6 anos após o plantio (LORENZON FILHO, 1982). Essa característica do eucalipto chamou atenção de grande número de proprietários de terras. Para Ceron (op. cit.), o fato de ser proibido ao máximo o corte das matas naturais não pode evitar que muitas áreas de matas fossem derrubadas, com ou sem licença das autoridades. A maior parte desses capões cederam lugar à laranjais ou canaviais. Com a escassez das matas e conseqüentemente com a falta de madeira e lenha para combustível, bem como com o aparecimento das fábricas de papel houve, em todo o município, desde a década de 30, um grande surto de reflorestamento por meio do eucalipto.

Na década de 70, a FEPASA desativou o Horto do Tatu, que permaneceu em total abandono durante anos. Nesse período, a via férrea foi subutilizada em todo o Estado de São Paulo. A FEPASA adquiriu uma enorme dívida de IPTU com a Prefeitura de Limeira, tendo sido federalizada em 1997 e privatizada (FERROBAN), em 1998. Atualmente, o horto florestal é administrado pela RFFSA (Rede Ferroviária Federal

Tabela 4 – Quadro de Áreas – Hortos Florestais da FEPASA

Ordem dos Hortos da FEPASA	M ²	Ha	Alq
1º Aimorés	51.976.600,00	5.197,66	2.147,79
2º Guarani	42.199.200,00	4.219,92	1.743,76
3º Boa Sorte	28.677.000,00	2.867,70	1.185,00
4º Navarro de Andrade	22.227.942,00	2.222,80	918,51
5º Brasília	18.634.000,00	1.863,40	770,00
6º Camaquã	13.973.300,00	1.397,33	577,41
7º Bebedouro	13.565.900,00	1.356,59	560,57
8º Vergel	12.078.704,00	1.207,86	499,12
9º Bela Vista	10.089.464,00	1.008,95	416,92
10º São Carlos	9.427.000,00	942,70	389,54
11º Ibitiúva	7.435.000,00	743,50	191,60
12º Tatu	6.206.800,00	620,68	256,48
13º Loreto	5.669.200,00	566,92	234,26
14º Aurora	5.407.000,00	540,70	223,43
15º Córrego Rico	4.636.800,00	436,68	191,60
16º Descalvado	3.581.000,00	358,10	147,97
17º Cordeirópolis	2.596.000,00	259,60	107,27
18º Sumaré	1.721.800,00	172,18	71,15
19º Tapuia	589.000,00	58,90	24,34

Fonte: FRANÇA JÚNIOR, N. (1993)

Org.: BERNINI, R. C. S.

S.A.), e de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

A partir da década de 80, a paisagem do horto florestal começa a ser modificada. Conforme o Decreto 008/83 (Anexo B), a prefeitura desapropriou uma área de 236.765,18 m² para a construção do Aterro Sanitário Municipal. Logo depois, conforme os decretos 056/83 e 122/83 (anexo B), a prefeitura desapropria uma área de 310,02 alqueires, ou seja, todo o conjunto de terras que compõe o Horto Florestal. Inicialmente, a área seria destinada à construção de uma ETE (Estação de Tratamento de Esgoto), de lagoas de estabilização para tratamento primário de esgoto, instalação de canteiro de mudas destinadas a arborização da cidade, instalação de parque municipal, - visando a proteção das paisagens e locais particularmente dotados de natureza -, construção do distrito industrial. Após cumprir algumas metas inicialmente propostas pela administração municipal, o horto foi reinaugurado em 1984, passando a ser denominado Horto Florestal Municipal “Prof. André Franco Montoro”. Observa-se que as intervenções não obedecem a um plano. O principal ativo do Horto é, absurdamente, a terra.

Considerado importante área verde de uso público, o horto está funcionalmente estruturado conforme descrevemos a seguir, possui uma ampla área de lazer e recreação, área de turismo e eventos, área de esporte, área de educação ambiental, capela, nas antigas construções da Colônia da Cia. Paulista funcionam a Sede da Administração do Horto, a Sede do “Grupo Escoteiro Tatuíbi”, área residencial de funcionários do horto, viveiro de mudas ornamentais e urbanas, Associação de Produtores de Mudas (produção de borbulhas para enxertia de citrus), área de cultivo de soja e milho (sistema de parceria com um sitiante da região), Clube de tiro ao alvo, Clube de Aeromodelismo, o Kartódromo Municipal, pista de motocross, o aterro sanitário e, atualmente, o presídio (denominado Centro de Ressocialização). (Figura 13)

Figura 13 – Imagens do Horto Florestal





Constata-se, portanto, que desde a década de 80 a administração municipal atua de maneira dicotômica em relação ao uso e ocupação do horto florestal. Enquanto aquele espaço é disputado judicialmente entre a prefeitura de Limeira e a RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A.), a área tem sido efetivamente ocupada com alguns equipamentos causadores de impactos ambientais e psicossociais, como é o caso do Aterro Sanitário, em funcionamento desde 1983 e do CR (Centro de Ressocialização), implantado pela Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, em funcionamento desde 2001. Segundo informações do setor de Cadastro da Prefeitura toda a documentação de funcionamento, inclusive a planta do CR, ainda encontram-se em processo de aprovação pela prefeitura e outros órgãos (Processo nº 2385/2001). Porém, o acesso ao processo não foi disponibilizado sob a alegação de se tratar de projeto de construção de equipamento de segurança que só poderia ser manuseado por alguns funcionários daquele setor da prefeitura.

3.2.1 – O Centro de Ressocialização

Conforme o relatório anual divulgado pela SAP (Secretaria da Administração Penitenciária) o Sr. Nagashi Furukawa, Secretário de Estado da SAP escreve que:

“(...) na primeira semana na Secretaria descobri que a população de São Paulo rejeitava, violentamente, a construção de dois Centros de Detenção Provisória no bairro A. E. Carvalho, destruindo com “coquetéis molotov” as instalações da empresa responsável pelas obras. Havia necessidade de rápida decisão, seja para continuidade das obras, seja para transferência à outro local. Com certa teimosia, insisti junto com o Governador Mário Covas para realizarmos reuniões com os moradores da região, na expectativa de convencê-los a aceitar a cadeia. Foi

ingenuidade minha. Como advertira o governador, nenhuma explicação, por mais racional que fosse, seria aceita. As obras transferidas para a Chácara do Belém, só foram concluídas com o uso de força policial. Aliás, esta tem sido a tônica em quase todos os lugares: ninguém quer cadeia perto de sua casa; só querem soluções, não problemas”. (Suplemento – Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, Seção I, Vol. 110, n. 244, 21/12/00, p. 3).

Segundo informações da SAP o “Projeto Cidadania no Cárcere”, ou seja, a implantação dos Centros de Ressocialização (CRs) iniciado em Bragança Paulista – SP, foi estendido para mais dez localizações. Em 2001 foram construídos os CRs de Araçatuba, Araraquara, Avaré, Itapetininga, Limeira, Lins, Marília, Mococa, Presidente Prudente e Sumaré. Atualmente são 15 CRs no Estado de São Paulo.

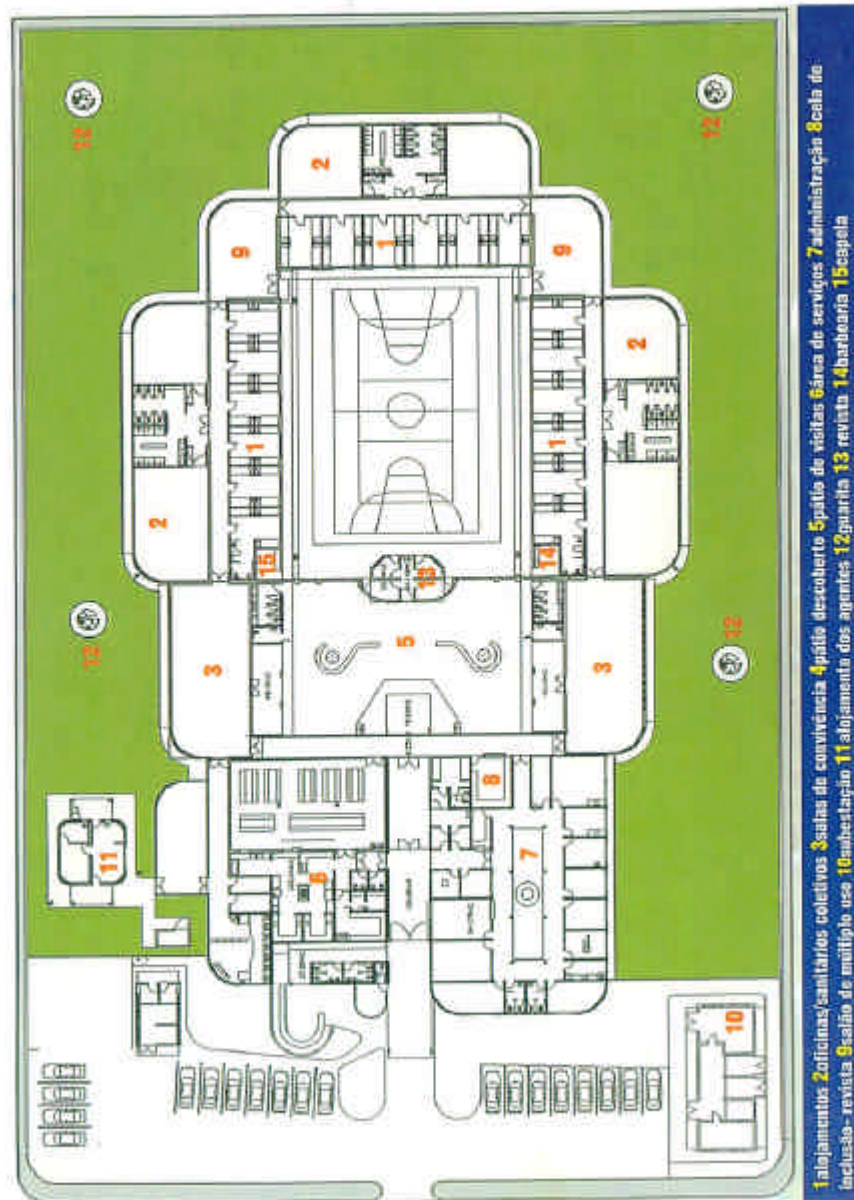
Esses CRs constituem novidade no Sistema Penitenciário. São unidades mistas, isto é, abrigam detentos do regime fechado, semi-aberto, bem como os provisórios. A administração é feita mediante parceria entre Estado, - Poder Executivo, Poder Judiciário e Ministério Público -, e Comunidade, - por meio de Organizações Não-Governamentais, principalmente as APACS – Associações de Proteção e Assistência Carcerária. O gerenciamento das CRs é feito por ONGs, sem fins lucrativos, que tem por finalidade estatutária auxiliar as autoridades judiciárias e policiais do município, em todas as tarefas ligadas a readaptação dos sentenciados, presidiários e egressos dos presídios. O objeto a ser executado através de convênio, para presos do CR, abrange os aspectos de assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social, religiosa, psicológica e ao trabalho. Na administração do CR o Governo do Estado repassa à entidade conveniada, verba para suprir as necessidades assistenciais, incentivando sempre a participação da comunidade de estagiários e de voluntários de diversos segmentos da sociedade, a exemplo do projeto Modelo da Associação de Proteção e Assistência Carcerária – APAC, de Bragança Paulista. Para a SAP, a

vantagem dessa modalidade de administração é a redução de cerca de 40% do custeio, além de possibilitar a participação da comunidade, do Judiciário, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil.

O objetivo da implantação dos CRs é dotar o Sistema Penitenciário Paulista de unidades prisionais de segurança média a baixo custo, destinados a participação comunitária, desenvolvendo, assim, mecanismos que proporcionam a ressocialização e posterior reintegração do detento à sociedade. Tradicionalmente, há uma unidade para cada tipo de preso, que progride de uma para outra, conforme o tempo de pena cumprido até chegar a data de sua libertação.

A concepção arquitetônica do CR é do arquiteto Mário Umberto Spelta, responsável pelo Centro de Engenharia e manutenção da SAP e ex-diretor presidente da APAC de Bragança Paulista. Instalado em 2.882,96 m² de área construída, o espaço físico do CR é projetado com vistas à circulação em cotidiano ordenado, cujas atividades são distribuídas entre os alojamentos, - com camas em três níveis na forma de “beliches”, com armário individual -, com portas, janelas e acesso ao banheiro coletivo com possibilidade de uso individual; sala para conselho da comunidade, para audiências com advogados, psicólogos, assistente social e profissionais da área da saúde; salas de assistência educacional. Na área de serviços há cozinha industrial, refeitório, lavanderia e espaço para secagem de roupas; no pátio, dividido em duas áreas, reserva-se uma para atividades esportivas e outra para visitas. Ao lado do pátio há salas de barbearia, capela e armazém, e ainda as oficinas de trabalho (Figura 14). A necessidade de humanizar os espaços nas edificações carcerárias se projeta através de cores, formas e disponibilidade de espaços. As paredes não apresentam cantos, são construídas de forma circular, o que provoca a sensação de continuidade no caminhar.

Figura 14 – Planta Base do Centro de Ressocialização



3.2.1.1 – O Centro de Ressocialização de Limeira

O Centro de Ressocialização de Limeira, localizado no Horto Florestal, no km 4 da Via Tatuibi (LIM – 010), ocupa uma área de 15.000 m², doada pela prefeitura, sendo 2.882 m² de área construída. As obras iniciadas em janeiro/2001, com previsão de término em abril, só foram concluídas em outubro/2001, devido aos problemas com o corte de “algumas” árvores, tendo em vista que a área toda estava ocupada por eucaliptos, inclusive algumas espécies raras, e outras plantadas na época da fundação do horto, na década de 30. O custo da obra foi de R\$2,9 milhões. O gerenciamento do CR está a cargo da APARE (Associação de Proteção e Assistência ao Reeducando Encarcerado), responsável pela contratação de 10 profissionais (dentistas, médicos, instrutores, assistente social, enfermeiro). A administração fica a cargo da SAP que mantém 21 funcionários (13 agentes de segurança, 5 motoristas e 3 diretores), contratados através de concurso público. A segurança externa está a cargo da Polícia Militar (Figura 15).

A construção do CR foi iniciada ignorando toda e qualquer forma de protesto. Vários segmentos da sociedade manifestaram-se contrários a instalação do presídio na área do Horto, dentre elas a aprovação da Câmara Municipal de moção de apelo ao prefeito solicitando a indicação de outro local para a instalação da unidade prisional, e principalmente o movimento dos moradores do bairro do Tatu, que durante meses se mobilizaram para que o CR fosse construído em outra área. Houve também o apoio de outros segmentos da sociedade, como juízes e delegados preocupados com o transporte de presos da cidade de Limeira para cidades vizinhas, tendo em vista a interdição da Cadeia Pública de Limeira, desde 1999.

Segundo o Presidente da APARE, Pe. Reynaldo Ferreira de Melo, em entrevista ao Jornal de Limeira em 16/10/01, a inauguração do CR foi uma medida provisória para aliviar os problemas causados com a

**Figura 15 – Imagem do Centro de
Ressocialização**



interdição da Cadeia de Limeira. Apesar da carência de unidade prisional na cidade e o CR representar uma inovação no sistema penitenciário, a fragilidade da sua construção é avaliada pelo Ten. Nilson S. Pasqualotto da 1ª Companhia do 36º Batalhão da Polícia Militar, que em entrevista ao Jornal de Limeira em 13/10/01, enfatizou que os postos de trabalho dos policiais estão geograficamente vulneráveis. As guaritas de vigilância estão posicionadas no interior do complexo e não nas muralhas, o que em caso de rebelião ou fuga, coloca o policial em uma grave posição de risco. Para chegar às guaritas, os policiais devem passar por dentro do complexo e de uma sala de visitação de familiares de presos, o que normalmente não ocorre em estabelecimentos desse gênero. As oficinas de trabalho, onde estarão os presos, ficam próximas as guaritas e a ventilação é feita por um sistema de tijolos vazados. Essas observações demonstram a preocupação da própria polícia com a fragilidade da segurança existente no CR. Desse modo, a força da ação do poder público se faz sentir quando determina através dos seus instrumentos legais e institucionais, como se organiza o espaço e, também, quando omisso, deixa de exercer o desempenho esperado, facilitando a ocupação descontrolada e conseqüente surgimento de problemas complexos que repercutem na estrutura sócio-econômica-espacial.

As decisões quanto ao destino a ser dado a um espaço qualquer da superfície terrestre e quanto a seu manejo, haveriam de basear-se em informações adequadas, que constituiriam o primeiro elo de um encadeamento: informação – avaliação – decisão – planejamento – implementação. Freqüentemente, é confuso e ambivalente o modo pelo qual os grupos humanos aquilatam a importância relativa de seus recursos – sejam estes conhecidos, suspeitados ou apenas imaginados. Com efeito, freqüentemente deixam de tomar até mesmo as decisões mais básicas e as comunidades, à deriva, são levadas por diferentes grupos de interesse à dilapidação de seus bens.

Informações quanto a origem e impactos das modificações sobre o uso do solo são pontos básicos para o estabelecimento e regularização de alterações ambientais. Segundo Brito (1989) apud Moraes e Foresti (2000), é por meio da observação e análise do meio ambiente que se torna possível o desenvolvimento de critérios urbanísticos e de ocupação do solo que visem a mínima degradação. A produção espacial resultante da expansão urbana, abordada neste estudo, é uma consequência da atuação, sobre determinado espaço, de diferentes fatores de natureza econômica e social. Esses fatores se manifestam principalmente pela atuação do poder público através da implantação de infra-estrutura e das formas como regulamenta o uso e ocupação do solo urbano. Os esforços para o controle ambiental precisam ser somados aos poderes municipais e da comunidade, em uma constante negociação de conflitos, para que a resultante seja crescentemente positiva. Dentro dessa abordagem, considerar a percepção, as atividades e os valores do indivíduo, ou seja, considerar a participação do indivíduo e da comunidade será de suma importância para o sucesso da implementação de qualquer projeto urbano.

Apesar dos avanços técnico-científicos o homem não consegue interagir de maneira racional com a natureza. Assiste-se, perplexo, a execução de ações causadoras de impacto ambiental. Ferrara (1988) entende por “impacto” aquela informação capaz de produzir reação, uma resposta verbal ou comportamental. Pode-se dizer que os impactos ambientais são “choques” que rompem o equilíbrio ecológico que ocorre no espaço geográfico em escala local, regional ou global. Esses choques, muitas vezes, geram na população o sentimento de “topofobia” (AMORIN FILHO, 1999).

A Constituição Brasileira (Art. 225, §1º, IV), preceitua que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público: exigir, na forma da Lei a implantação de obra ou atividade potencialmente causadora de

significativa degradação ambiental, a que se dará publicamente (MACHADO, 1996). Atualmente, são notórios – a luta de ONGs, comunidades e indivíduos, relacionadas a melhoria na qualidade ambiental e de vida urbana -, e o descaso com a opinião pública.

Os estudos sobre a valorização do espaço, dos lugares, das paisagens, buscam indicadores válidos sobre as necessidades, os anseios e as expectativas da população que possibilitem aos órgãos dirigentes, orientações mais adequadas para as decisões políticas, sócio-econômicas e de desenvolvimento urbano, das quais a dimensão ambiental é intrínseca e deve ser encarada com a mesma importância das demais dimensões. Ressalta-se, porém, que somente quando tivermos uma opinião pública formada sobre os padrões ambientais, os critérios a serem adotados para determinar os mesmos, a tomada de consciência de que a qualidade do meio ambiente deve ser acessível a todos é que a questão do uso do solo urbano poderá ser devidamente equacionada e solucionada (TAVARES, 1993).

Para TUAN (1983), no homem adulto são extremamente complexos os sentimentos e idéias relacionados com o espaço e lugar, originam-se das experiências singulares e comuns. No entanto, cada pessoa começa como criança com o tempo e confuso e pequeno mundo infantil. Surge a visão do mundo adulto, sublinaramente também confusa, mas sustentada pelas estruturas das experiências e do conhecimento conceitual. As idéias e os sentimentos que unem o indivíduo e a comunidade ao lugar são temas que pretende-se discutir na sequência desse estudo.

3.3 – Comunidade e Lugar

A comunidade é o centro das preocupações nos estudos que tentam captar a realidade social no imediato das relações humanas, numa

área geográfica limitada, e não através das abstrações dos grandes sistemas. Para Ferreira (1968:1), *“o problema da conceituação da comunidade apresenta grande dificuldade, pois não possuímos, até o momento, um conceito unívoco para essa categoria de fato social”*. Há, assim, uma variedade de definições. Tudo depende do ponto de vista em que os autores se colocam. Muitas definições de comunidade se subordinam a uma espécie de limitação geográfica: as pessoas que vivem dentro de uma determinada área constituiriam uma comunidade. Os interesses vitais dominantes são outros critérios para definir a comunidade: conjunto de pessoas ligadas por algum objetivo comum relevante. A comunidade consiste em um círculo de pessoas que vivem juntas, e permanecem juntas, de sorte que buscam não este ou aquele interesse, suficientemente amplo e completo de modo a abranger suas vidas (Mc Iver, 1940 apud Ferreira, 1968). Segundo Rios (1954) apud Ferreira (1968), a comunidade nos aparece como um grupo humano vivendo em uma área geografia contígua, caracterizado por uma trama de relações e contatos íntimos, possuindo a mesma tradição e os mesmos interesses, mais a consciência da participação de idéias e valores comuns. A unidade social se mantém em virtude do poder de coesão da comunidade. A coesão entre certas forças e a coordenação que existe entre elas é que vai gerar as associações – termo amplo que se aplica às relações relativamente duradoras, de ação recíproca, em oposição a mero contato.

Inúmeros são os critérios propostos para classificar as comunidades. A primeira distinção que se impõe diz respeito à comunidade urbana e comunidade rural. A vida rural tende a unificar as pessoas, psicológica e socialmente, a vida urbana, a diversificá-las. SANDERSON (1932) apud FERREIRA (1968:81), define a comunidade rural como sendo a *“interação social do povo com suas instituições na área local em que residem em fazendas dispersas e num bairro ou aldeia que constitui o centro de suas atividades comuns”*. A comunidade rural no

Brasil apresenta duas partes distintas: a vila – centro de negócios, igreja, escola, diversões; famílias rurais que vivem nas vizinhanças circundantes, que fazem da vila o seu centro comercial ou social, que muitas vezes tem sua “casa na vila” para os fins de semana, os dias de festas, etc. Podemos distinguir, no conceito brasileiro de comunidade rural, os seguintes característicos:

- 1- uma área geográfica consistindo num centro comercial e nas propriedades rurais e vizinhanças circundantes, cujas instituições sociais convergem para o centro comercial.
- 2- uma área da qual existe uma consciência geral, por parte do povo, de pertencer ao mesmo grupo ou pelo menos identificar-se com a vizinhança em que vive e com a comunidade maior, dentro da qual se acham suas propriedades rurais e vizinhanças, comunidades de que as últimas constituem partes integrantes.
- 3- um consenso de opinião entre um grupo de pessoas que vivem nessa área contígua, que forma o local de comunidade, de que as fortunas de cada individuo da localidade se acham estreitamente ligadas e afetadas pelo bem-estar de toda a comunidade.

Ao estudar uma comunidade busca-se formular uma definição de seus problemas sociais no contexto da comunidade maior, dentro da qual se integra, ou da região a que pertence.

WIRTH (1938) apud FERREIRA (1968:108), à propósito de problemas da comunidade, observa que *“quando as unidades territoriais sobre que repousa nossa organização econômica e cultural, não só resulta ineficiência da administração, mas também podem surgir problemas de desorganização de comunidade, tais como, colapso de instituições, corrupção política, paralisia da ação coletiva”*.

Dentro desta abordagem insere-se o Bairro do Tatu – Limeira (SP), objeto desse estudo, que passamos a examinar.

3.3.1 – A Comunidade do Bairro do Tatu

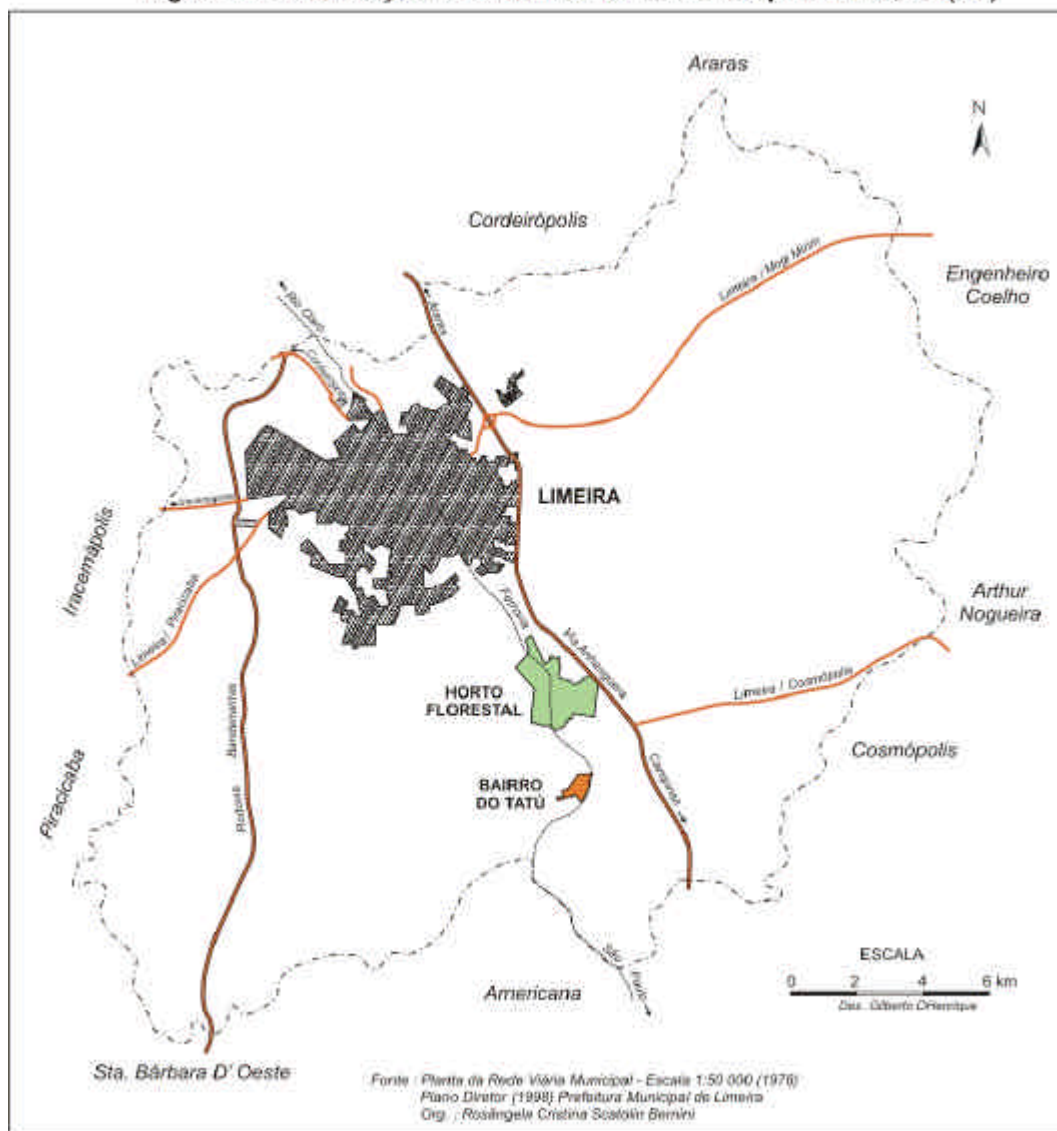
Localizado a 10 km a sudeste da área central da cidade de Limeira, a 3 km ao sul do Horto Florestal, com acesso pavimentado pela Via Tatuíbi (LIM – 010) e a 2 km em estrada não pavimentada com acesso a Rodovia Anhangüera (SP 330 – km 134). (Figura 16)

Considerado um dos bairros rurais mais antigos do município, segundo Busch (1967), as terras já conhecidas como Tatu, as margens do Ribeirão Tatu, aparecem no censo de 1824, como engenho de açúcar, com uma produção de 3.200 arrobas de açúcar. A origem do bairro está vinculada ao desmembramento da sesmaria, sendo parte dela adquirida pelo Capitão Cunha Bastos. Segundo Furlan (2002), as terras desta parte da sesmaria se estendiam do Tatu até a Lagoa Nova. Petrone (1968) apud Fernandes (1972:50), *“essas sesmarias e sua subdivisão, por venda ou herança deram origem à maioria das fazendas de cana organizadas em São Paulo”*. Após a morte de Cunha Bastos, em 1835, as terras foram inventariadas, divididas em fazendas e ilegalmente vendidas (BUSCH, op cit.). Segundo dados do Arquivo Histórico Municipal, num relatório que o Presidente da Província enviou à Assembléia sobre as Colônias de Parceria existentes em São Paulo, a Colônia do Tatu contava com 35 famílias, - 27 famílias portuguesas e 8 famílias alemãs - , num total de 142 pessoas. Conforme o registro paroquial das terras, em 1854, havia no bairro oito fazendas.

Segundo Fernandes (1972), os bairros rurais se caracterizavam por uma economia basicamente voltada para subsistência ou então subsidiária das principais áreas produtoras, constituídas pelas grandes fazendas, principalmente de cana e em seguida de café e laranja, tornaram os bairros importantes áreas econômicas, nitidamente orientados para uma economia de mercado.

Para Fernandes (op. cit.), o primeiro substrato populacional foi constituído por elementos luso-brasileiros, os processos imigratórios,

Figura 16 - Localização do Bairro do Tatu no Município de Limeira (SP)



iniciados a partir de meados do século passado, trouxeram um grande contingente de italianos para o bairro de Tatu. As propriedades adquiridas pelos italianos após a crise cafeeira, originalmente eram bastante extensas, dentro dos padrões locais e se prestavam a criação.

As formas de habitat concentrado, nos bairros rurais, são bem menos importantes que a dispersão. O melhor exemplo de concentração é a do Bairro do Tatu, que se formou em volta da estação do mesmo nome, localizada na linha da Cia. Paulista de Estrada de Ferro, uma verdadeira aglomeração, que chegou a ser vila (sede de distrito). O aglomerado representa um pequeno centro de atividades diversificadas ligadas às atividades espirituais, culturais, de beneficiamento de produtos agrícolas (máquinas de arroz, destilaria), de pequenas indústrias (fábrica de canivetes e tecelagem), sendo também importante centro de funções recreativas. Trata-se, portanto, até certo ponto de um tipo de habitat que escapa dos quadros propriamente rurais, sendo a população agrícola nele residente muito reduzida em relação aos habitantes dedicados a outras atividades. Porém, exercia função muito importante para a população agrícola dos arredores, do próprio bairro ou de bairro vizinhos, como entreposto para a comercialização de produtos (presença da estação e das máquinas de beneficiar), como centro recreativo, religioso e, em parte, residencial. O habitat marca tangível da presença humana, é o reflexo, e conserva, mais que outros elementos, todas as vicissitudes inerentes ao processo de ocupação e produção do espaço.

O bairro funcionou também como elemento de valorização de terras, quando em seguida à crise cafeeira, veio substituir o grande domínio, pelo fracionamento e loteamento das fazendas e o estabelecimento das pequenas e médias propriedades, que funcionavam como fator decisivo na fixação do homem ao campo e na utilização cada vez mais intensiva do solo.

As mudanças globais ocorridas na infra-estrutura, pelo desenvolvimento dos meios de circulação e transporte, pela importância

cada vez maior dos centros urbanos, pelo desenvolvimento das indústrias atingindo todos os setores da vida econômica, fizeram-se sentir na organização interna do bairro rural. Deste modo, se, num determinado momento poderia ser caracterizado por uma economia de subsistência, adotando técnicas rudimentares, visando satisfação de necessidades elementares, formando um organismo mais ou menos à parte e praticamente auto-suficiente, na realidade atualmente os bairros rurais integram-se com maior ou menor intensidade, no processo global de organização do espaço, mantendo estreita vida de relações com os centros urbanos, pelos equipamentos e serviços que estes dispõem, sub outros ângulos, especialmente no que concerne a vida religiosa e recreativa, o bairro mantém sua importância e autonomia, notando-se mesmo um certo enriquecimento quanto ao seu equipamento (FERNANDES, 1972).

O Bairro do Tatu compõe o grupo de bairros históricos do município, apresentando grande atratividade, principalmente por se tratar de bairro que ainda preserva suas características originais de formação e desenvolvimento. Além dos imóveis antigos de considerável valor histórico e arquitetônico (LE MOS, 1999), o bairro dispõe de campo de futebol e bocha, pesqueiro, bares, açougue, fábrica de canivetes e cutelaria, escola municipal de ensino fundamental, posto de unidade básica de saúde, posto do correio, igrejas evangélica e católica (FURLAN, 2002) (Figura 17).

Como vimos, na evolução dos padrões de uso e ocupação do solo, os bairros rurais, como é o caso do Bairro do Tatu, participaram ativamente no complexo processo de produção do espaço e da organização econômica do município.

Com a finalidade de entender a interação da comunidade do Bairro do Tatu com o lugar, - Horto Florestal -, após a instalação da unidade prisional (Centro de Ressocialização), desenvolveu-se a pesquisa de campo que descrevemos a seguir.

Figura 17 – Imagens do Bairro do Tatu





Capítulo 4

A Pesquisa

4.1 – Propósito e Objetivos

Com interesse voltado às questões da realidade sócio-ambiental e na busca de conhecimento sobre a relação espaço-sociedade, essa pesquisa desenvolveu-se levando em consideração as noções teóricas inicialmente analisadas neste estudo bem como o exame da percepção e atitude da comunidade sobre a produção do espaço/lugar de forma não participativa. As reflexões então embasadas na abordagem humanística – que procura valorizar a experiência do indivíduo e do grupo – e, perceptiva apoiada conceitualmente em Tuan (1980), que define o elo afetivo entre o indivíduo e o lugar ou o meio ambiente físico.

Numa sociedade moderna o que se quer é um estilo político centralizado no cidadão preocupado, uma pessoa com múltiplos interesses, valores que se interessa, preocupa e toma partido – dentro de fronteiras mais limitadas. Nesse sentido, o agente de transformação da sociedade é, com bastante frequência, o movimento social. Torna-se, portanto, válido afirmar que a análise dos movimentos sociais abre amplo campo para o estudo geográfico, o qual, por sua vez, pode oferecer contribuição crítica importante para a compreensão do papel que exercem na sociedade. Nessa análise, incluem-se, questões a respeito do espaço vivido, da produção do espaço e da gestão desses espaços.

O estudo da realidade de um lugar e suas transformações, no tempo e no espaço, são importantes subsídios para a compreensão das atitudes e valores atribuídos a ele.

Com o propósito de investigar em que medida a percepção e a interpretação do lugar em construção de forma não participativa podem gerar sentimentos tofóbicos ou tofílicos em determinada população desenvolveu-se essa pesquisa.

4.2 – Origem da Pesquisa

Esta pesquisa originou da observação de um movimento popular da comunidade do Bairro do Tatu – Limeira (SP), que apesar de isolado, manifestou indignação em relação a escolha do Horto Florestal para a instalação de unidade prisional: o Centro de Ressocialização. As manifestações começaram no segundo semestre do ano 2000, quando a prefeitura divulgou nota através da mídia local sobre a decisão da escolha da área para a construção do presídio. Além da comunidade do Tatu vários seguimentos da sociedade limeirense se posicionaram contra a decisão arbitrária do Governador Mário Covas e do Prefeito Pedro T. Kühl. Os moradores do Bairro do Tatu buscaram apoio junto aos meios de comunicação, à Camara Municipal, à própria sociedade. Elaboraram listas de abaixo-assinados, distribuíram faixas pelo bairro “agradecendo” as autoridades pela decisão, enfim, se mobilizaram durante meses (Figura 18). Em janeiro de 2001, a placa com o cronograma da obra foi afixada no Horto. Mesmo sob protestos, a obra foi iniciada em janeiro de 2001 e inaugurada em outubro do mesmo ano.

4.3 – O Universo da Pesquisa

O Bairro do Tatu foi selecionado para a pesquisa por várias razões, dentre elas: a relação de vizinhança com o Horto Florestal e o Centro de Ressocialização, o movimento de deslocamento pendular dos moradores

Figura 18 - Imagem do Protesto da Comunidade



nos sentidos bairro – CR/Horto – centro da cidade e vice-versa, as manifestações populares contrárias a escolha da área para a instalação do presídio, contar segundo os dados do IBGE-2000 com 203 habitantes (111 homens e 92 mulheres), possuir apenas 69 domicílios (54 residenciais e 15 unidades não residenciais, assim distribuídas: unidade básica de saúde, posto do Correio, escola, templo evangélico, igreja, açougue, bar, reservatório d'água, mercearia, estação de trem desativada, vários barracões fechados) (Figura 17).

O primeiro contato no bairro aconteceu no mês de março de 2003, na Unidade Básica de Saúde, quando as funcionárias informaram que a maioria das pessoas que prestam serviço à comunidade não residem no bairro. Optou-se, então, por selecionar apenas os moradores do bairro para fazer parte da pesquisa. Das 54 residências apenas 50 integram a pesquisa, pois não foi estabelecido contato com os seus moradores. Foi fixado um total de 50 entrevistados, ou seja, um morador de cada residência, como um número considerado suficiente para alcançar o objetivo proposto e permitir a coleta das informações, através de questionário como instrumento de medida.

No mês de abril/2003 o contato com a comunidade aconteceu na Igreja de São Sebastião, após a celebração da missa semanal, a pesquisadora apresentou à comunidade as informações sobre a realização da pesquisa. A reação da comunidade foi positiva, acatando prontamente a iniciativa da pesquisa, com as seguintes observações: “Até que enfim alguém deu importância à nossas opiniões”, e ainda, “infelizmente o presídio já foi construído”, “se a pesquisa tivesse ocorrido antes talvez a prefeitura tivesse escolhido outra área para construir o presídio”, “pesquisa desse tipo podem ajudar na tomada de decisões do poder público”. Durante o diálogo com a comunidade combinou-se que as entrevistas ocorreriam durante as tardes de sábado.

4.4 – Coleta de Dados

Os dados foram coletados no período de julho a outubro de 2003. Como o tema da pesquisa envolvia questões qualitativas e quantitativas, o questionário foi elaborado com questões abertas e fechadas, portanto, misto (Anexo A). No conjunto o questionário constou de 22 questões, algumas subdivididas, o que resultou num número maior de informações coletadas. As questões que envolveram a pesquisa de campo foram estruturadas da seguinte forma:

1. questões envolvendo as características dos entrevistados como, naturalidade, sexo, idade, estado civil, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, ocupação, transporte usado, tempo de residência no bairro. Buscou-se com essas questões conhecer as condições sócio-econômicas dos moradores;
2. questões ambientais: as questões centraram-se em torno do nível de consciência e percepção das pessoas com relação aos aspectos ambientais. Quanto a essas questões, teve-se como objetivo identificar os problemas ambientais mais comuns para o morador do bairro e também, identificar a opinião dos entrevistados quanto a nocividade dos problemas para a comunidade,
3. relação dos entrevistados com o Horto Florestal: nestas questões objetivou-se verificar se as pessoas estavam integradas ao Horto e como percebem e reagem em relação ao Centro de Ressocialização.

No trabalho de campo utilizou-se como técnica a entrevista padronizada, ou seja, um roteiro previamente estabelecido, com perguntas pré-determinadas e realizadas de acordo com um formulário (Anexo A). As entrevistas foram realizadas através do processo censitário, em função do pequeno numero de domicílios existentes no bairro. O

processo foi bem aceito pela população com a totalidade dos quesitos respondidos. Cada entrevista teve duração média de 15 minutos, as entrevistados não pouparam esforços em detalhar suas respostas contribuindo de maneira ímpar para o desenvolvimento da pesquisa. Fazendo-se uma avaliação geral de todo o questionário, pode-se afirmar que as respostas foram claras e os resultados satisfatórios.

4.5 – Resultado e Discussão

Após a Aplicação do questionário, os dados foram tabulados. Para fins de análise, tabelas e gráficos foram construídos a partir dos dados levantados no questionário, os resultados serão apresentados em seguida. Primeiramente, apresenta-se a análise da naturalidade dos entrevistados. O registro da Tabela 5 mostra que 68% dos sujeitos são limeirenses, 18% são oriundos de cidades paulistas, 6% são paranaenses, 6% são mineiros e 2% são sul-matogrossenses. Esse resultado constitui importante informação para definir o grau de topofilia em relação ao lugar, pois a maioria além de ser limeirense, nasceu no bairro, portanto, percebeu-se um forte elo afetivo dos moradores em relação ao lugar em que vivem.

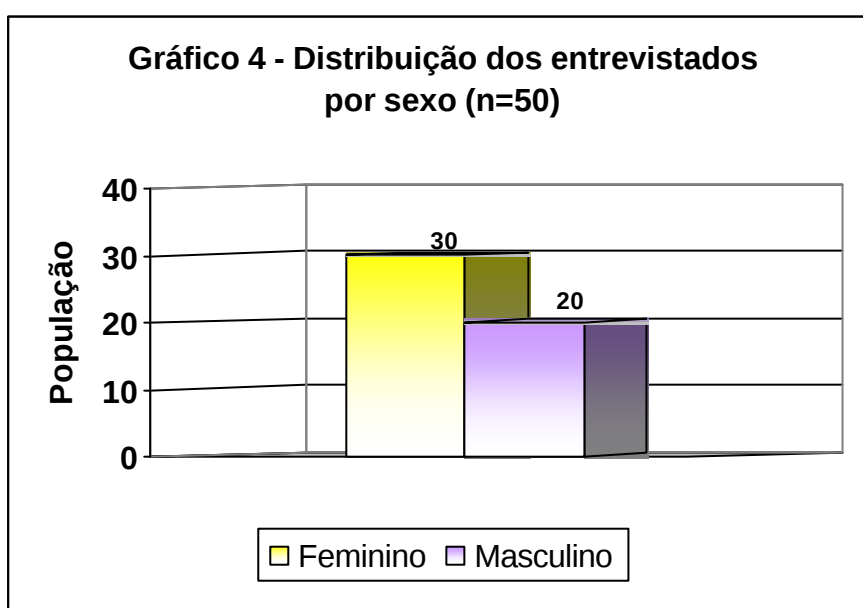
Tabela 5 – Naturalidade dos Entrevistados (n=50)

Cidade	UF	Número de Ocorrência	Percentual (%)
Americana	SP	3	6
Aparecida do Taboado	MS	1	2
Assis	SP	1	2
Bandeirantes	PR	1	2
Boa Esperança do Sul	SP	1	2
Bocaina	SP	1	2
Cabo Verde	MG	1	2
Campinas	SP	1	2
Divisa Nova	MG	2	4
Ivaiporã	PR	1	2
Limeira	SP	34	68
Paranavaí	PR	1	2
Santa Bárbara D'Oeste	SP	1	2
São Paulo	SP	1	2
Total	-	50	100

Fonte: Pesquisa de Campo (Jul – Out / 2003)

Elaboração: BERNINI, R.C.S.

O Gráfico 4 mostra que dos 50 entrevistados 60% são do sexo feminino e 40% são do sexo masculino. Apesar dos dados do IBGE informar que o contingente masculino no bairro é maior que o feminino esse resultado justifica-se pelo fato que a pesquisa foi realizada nos finais de semana no período que os homens se reúnem nos clubes para desenvolverem atividades de lazer.



Fonte: Pesquisa de Campo (Jul - Out / 2003)
Elaboração: BERNINI, R. C. S.

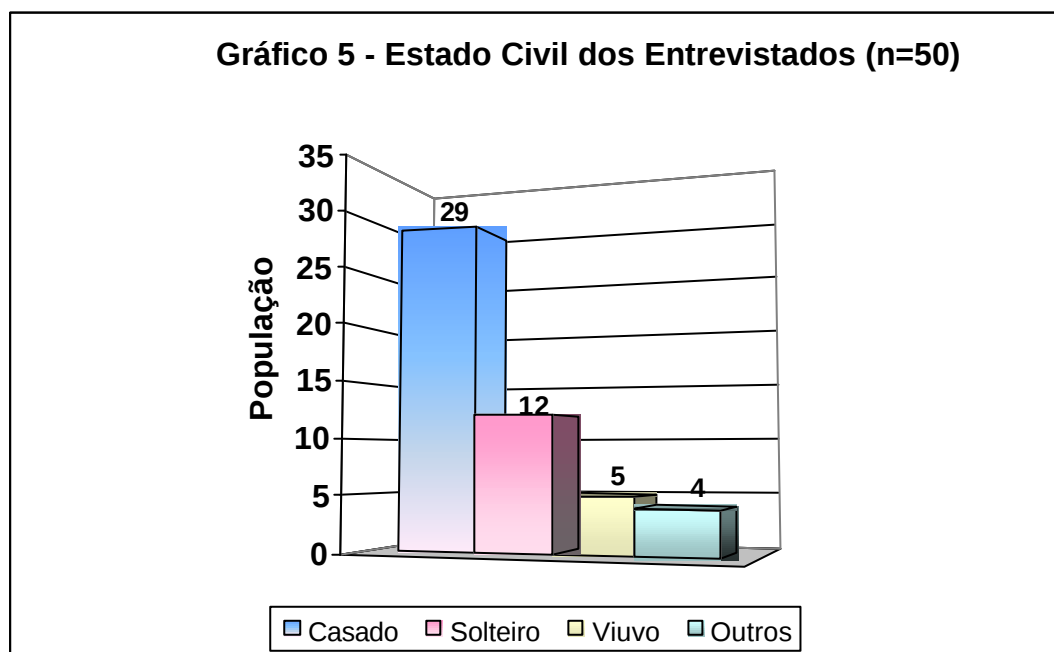
Com relação à faixa etária dos entrevistados, os resultados mostram que a maioria está situada entre 50 e 69 anos, correspondendo a 44% das pessoas inquiridas. Com esse resultado, pode-se verificar que a proporção de idosos no bairro supera a de jovens. Esse fato poderá trazer uma série de mudanças na característica do bairro a médio prazo, principalmente em relação a oferta de imóveis para venda e locação bem como a introdução de elementos externos ao bairro (migrantes), fato anteriormente observado na Tabela 5. Outro resultado interessante é que 68% do moradores tem relação de parentesco.

Tabela 6 – Distribuição dos entrevistados por idade (n=50)

Idade	Número de Ocorrência	Percentual (%)
13 à 19	8	16
20 à 29	7	14
30 à 38	5	10
42 à 49	5	10
50 à 58	10	20
60 à 69	12	24
74 à 87	3	6
Total	50	100

Fonte: Pesquisa de Campo (Jul – Out / 2003)
Elaboração: BERNINI, R. C. S.

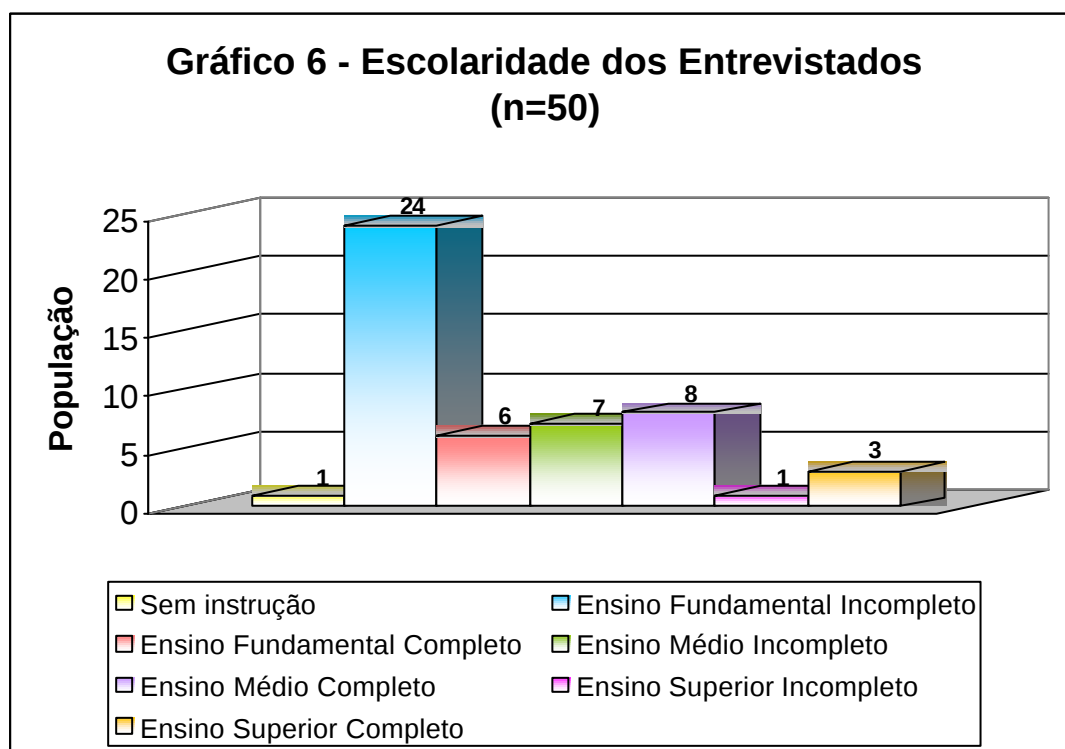
O estado civil dos entrevistados foi também considerado, compondo o Gráfico 5. Dos 50 entrevistados 58% são casados, esse resultado pode justificar a preocupação do contingente masculino em relação a segurança da família enquanto está trabalhando, conforme informações obtidas durante a entrevista, todos os moradores do bairro desenvolvem atividades econômicas fora do bairro. Por outro lado, o contingente feminino preocupa-se com o trajeto dos filhos e marido na volta para casa, pois o acesso ao bairro se faz pela Via Tatuibi que passa em frente ao presídio.



Fonte: Pesquisa de Campo (Jul - Out / 2003)

Elaboração: BERNINI, R. C. S.

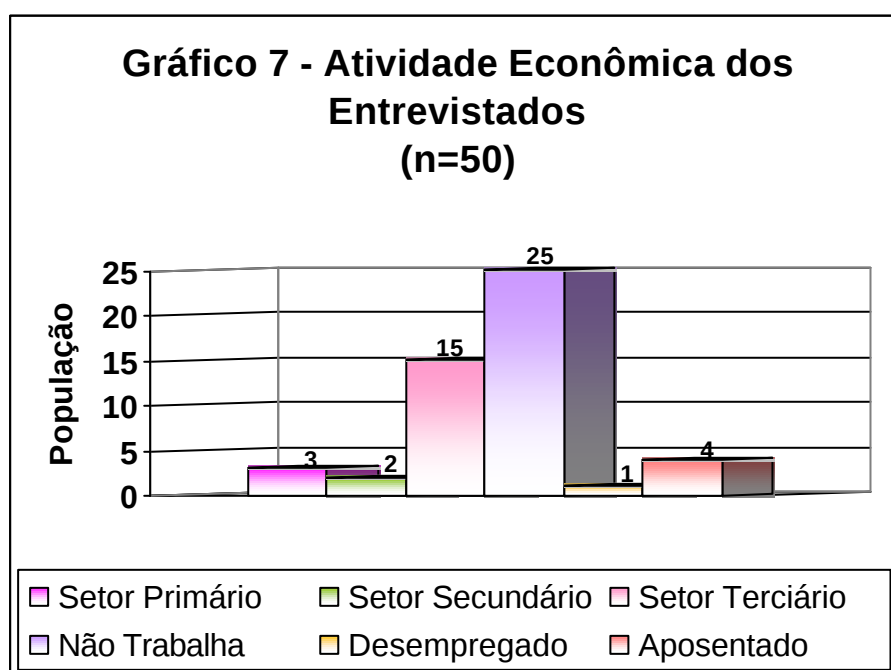
Em relação ao grau de escolaridade, o Gráfico 6 mostra que 66% dos entrevistados não concluíram os estudos. Esse resultado apresentando o baixo nível de escolaridade da população está associado às dificuldades geradas no passado, pela ausência de escolas nas proximidades do bairro e o ensino que era praticado, quando o nível escolar máximo oferecido na zona rural era a 4ª série primária e considerando que a maioria da população entrevistada participaram dessa política educacional. Atualmente o bairro dispõe de uma unidade escolar de ensino fundamental e para dar prosseguimento aos estudos o jovem precisa sair do bairro e percorrer longa distancia. Esse fato também pode ser considerado como um obstáculo à melhoria nos níveis de escolaridade da comunidade.



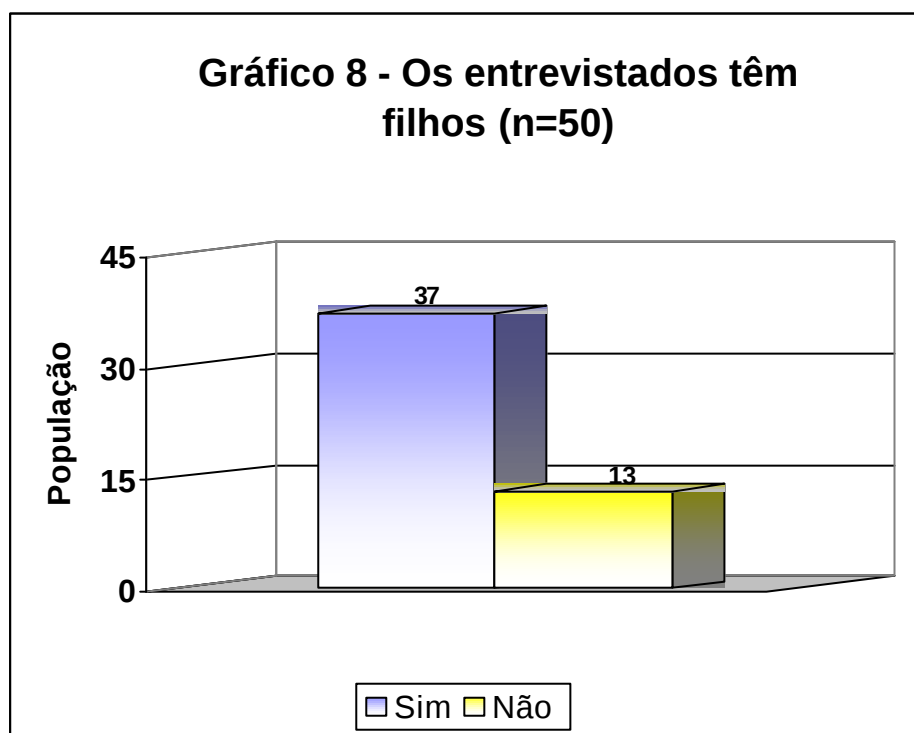
Fonte: Pesquisa de Campo (Jul - Out / 2003)

Elaboração: BERNINI, R. C. S.

O Gráfico 7 mostra a distribuição dos entrevistados por atividade econômica, sendo que o setor terciário absorve 30% da oferta de mão-de-obra, 4% pelo setor secundário e 6% é absorvido pelo setor primário. O que chama atenção nesse resultado é que todos os entrevistados trabalham fora do bairro. Por outro lado, os serviços prestados no bairro como os atendimentos feitos no posto do Correio, na Unidade Básica de Saúde, na Unidade Escolar, bem como no comércio local são desenvolvidos por ex-moradores do bairro ou pessoal residente em Limeira. E ainda, 50% dos entrevistados não desenvolvem atividade econômica, ou seja, apenas desenvolvem atividade doméstica. Esse fato caracteriza a antiga tradição em nosso país em que os domicílios são chefiados exclusivamente pelo homem, pois a ele cabia prover o sustento da família, fruto de uma cultura que outorgava a eles esta função.



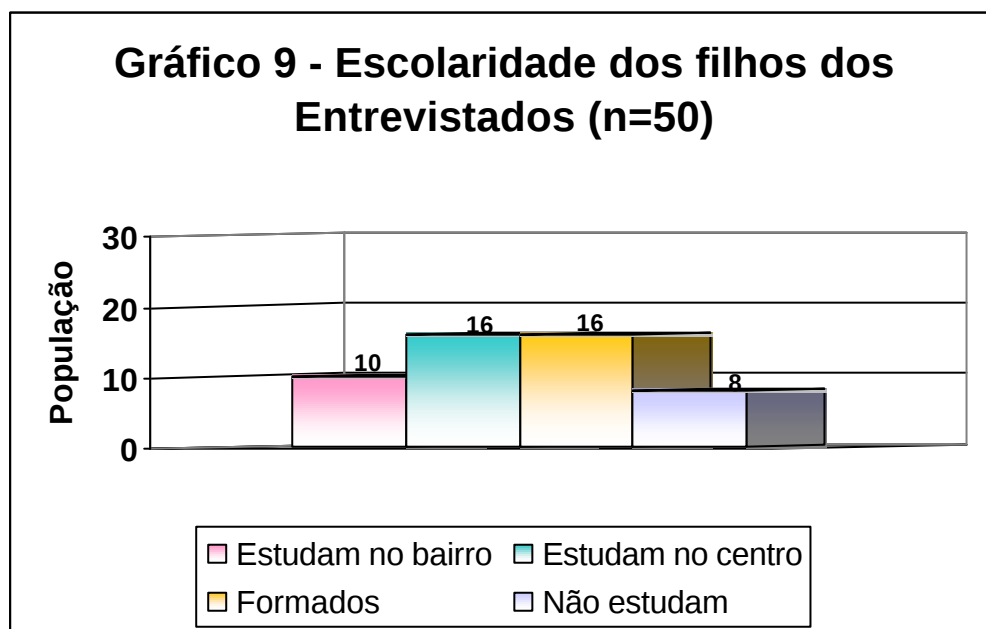
O Gráfico 8 mostra que 74% dos entrevistados têm filhos. O resultado mostra que a preocupação dos entrevistados está intimamente ligada às questões de segurança, educação, saúde e transporte no bairro, sendo que a maioria aspira pela qualidade desses serviços e pela qualidade de vida no bairro.



Fonte: Pesquisa de Campo (Jul - Out / 2003)

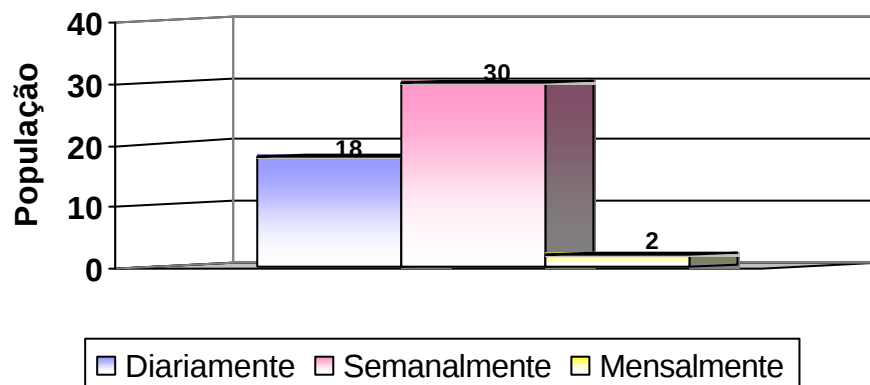
Elaboração: BERNINI, R. C. S.

Em relação a escolaridade dos filhos dos entrevistados, o Gráfico 9 apresenta que 20% estudam no bairro, 32% estudam fora do bairro e a maioria no período noturno. Esse resultado justifica a preocupação dos moradores com a segurança dos filhos quando durante a entrevista se referiram a necessidade de medidas municipais para melhoria no trajeto da Via Tatuibi, como a iluminação da via, melhor segurança externa no CR, - haja vista que apenas uma viatura da Polícia Militar faz a segurança do local -, e ainda, a instalação de posto policial no bairro.



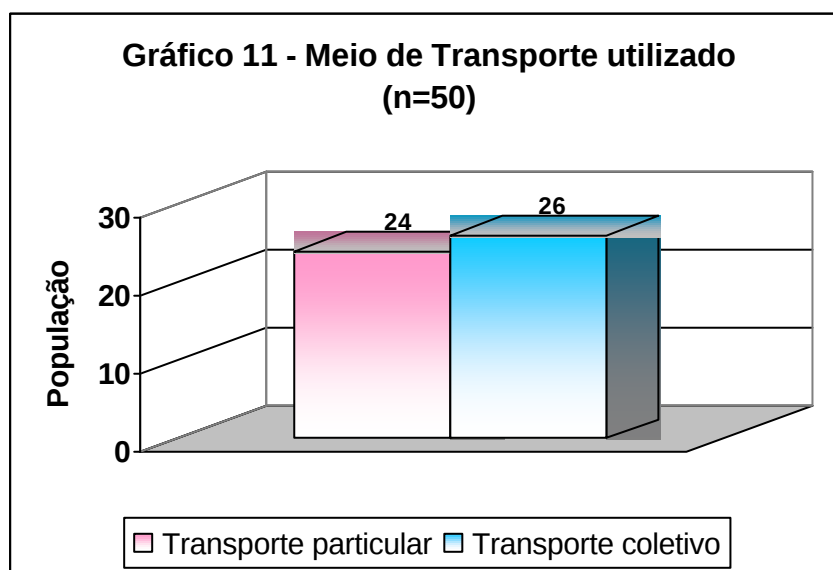
Considerando que a distancia do bairro em relação ao centro da cidade é de aproximadamente 10 Km, que 40% da população economicamente ativa trabalha fora do bairro e que 32% dos jovens estudam em escolas situadas no centro, o Gráfico 10 mostra a frequência, ao centro da cidade, 36% dos entrevistados passam pelo Horto pelo menos 2 vezes por dia. Esse resultado justifica a reação negativa em relação ao impacto do presídio na paisagem do Horto. Essa reação negativa está associada a percepção visual da paisagem. Segundo Gibson (1950) apud Oliveira (2000) o mundo visual é percebido, seu caráter é panorâmico, rodeando o observador por todo o espaço de 360°. Dois processos de percepção são reconhecidos no mundo visual. O primeiro liga-se à percepção do mundo espacial, definido como o mundo das cores, superfícies, bordas, formas, interstícios. O segundo processo é a percepção do mundo das coisas úteis e significativas, o mundo dos objetos, lugares, sinais e símbolos, portanto considerado um mundo mais familiar e, devido à dificuldade de se fixar a atenção em todos os seus elementos completos, sua percepção torna-se seletiva. Dessa forma, para o morador do bairro a percepção do presídio na paisagem do Horto torna-se impactante. Pois além de descaracterizar totalmente a área gera os mais variados sentimentos, principalmente, topofóbicos.

Gráfico 10 - Frequência ao centro da cidade (n=50)



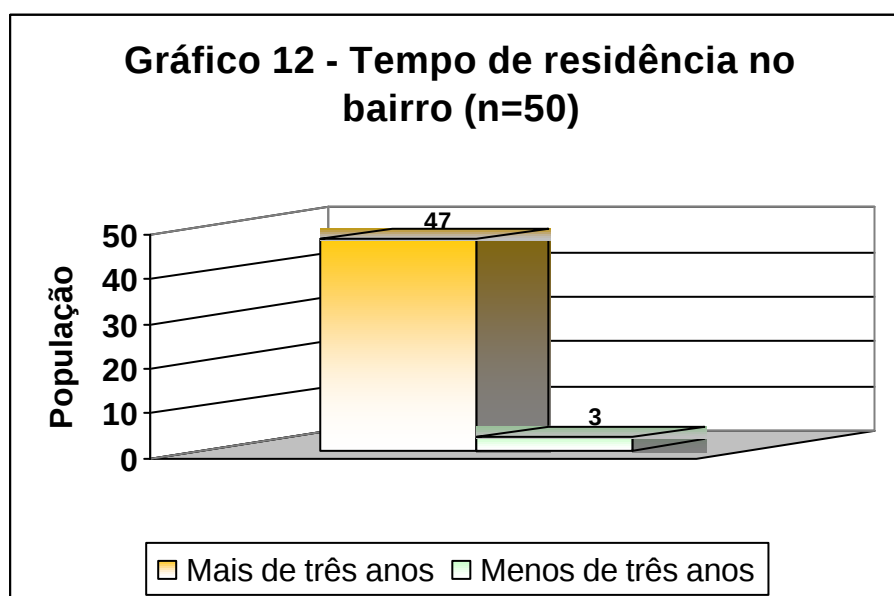
Fonte: Pesquisa de Campo (Jul - Out / 2003)
Elaboração: BERNINI, R. C. S.

Quanto ao meio de transporte utilizado, o Gráfico 11 mostra que 52% dos entrevistados fazem uso de transporte coletivo para se deslocarem ao centro da cidade. Com esse resultado pode-se entender a necessidade da qualidade dos serviços desse setor para o morador do bairro. Como foi mostrada no Gráfico 10 a frequência dos entrevistados ao centro da cidade ocorre diariamente entre os trabalhadores e estudantes (36%), porém 60% dos moradores se deslocam em intervalos maiores, ou seja, semanalmente, devido a carência no sistema de transporte. Segundo informações obtidas durante a entrevista, o bairro é atendido por transporte coletivo apenas duas vezes por dia, pela manhã e depois no final da tarde. Esse atendimento precário causa uma série de transtornos ao usuário.

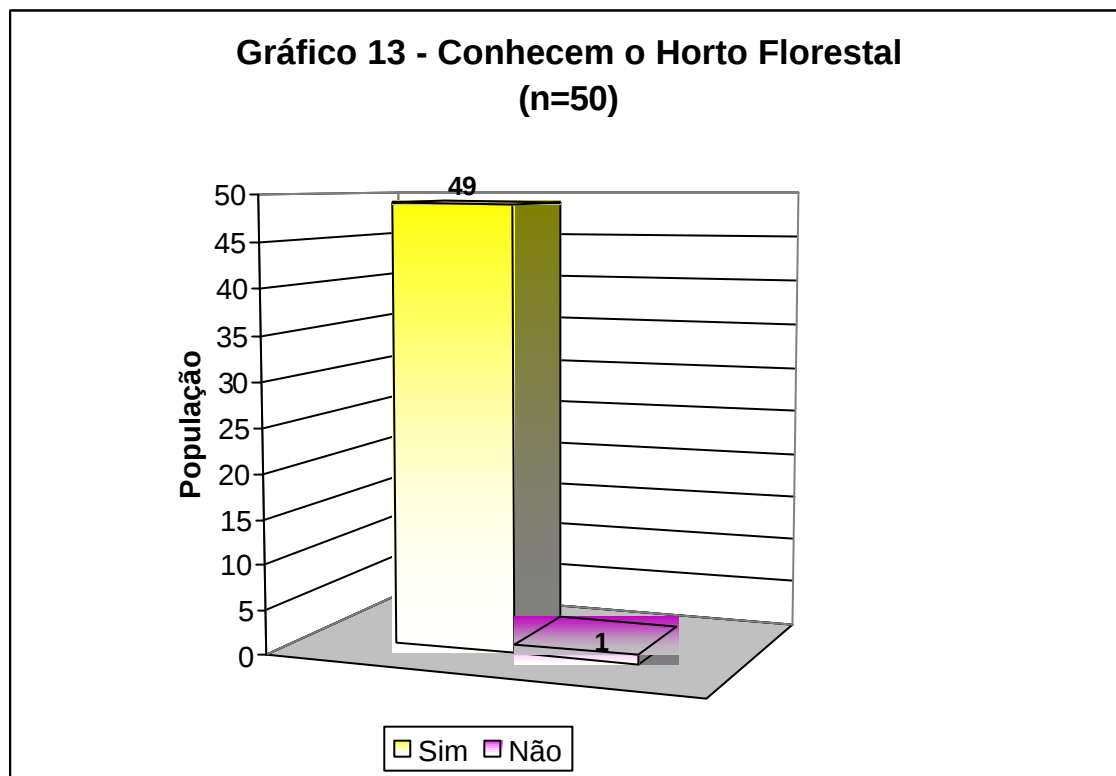


Fonte: Pesquisa de Campo (Jul - Out / 2003)
Elaboração: BERNINI, R. C. S.

A avaliação do processo de ocupação do bairro evidenciou que esta ocorreu há muito tempo, Porém, os descendentes dos primeiros imigrantes italianos que ali chegaram no início do século passado constituem a grande maioria dos moradores. Dessa forma o Gráfico 12 mostra a distribuição dos entrevistados quanto ao tempo de moradia no bairro, 94% dos entrevistados residem no bairro há muitos anos, segundo o relato durante a entrevista alguns moradores vivem no bairro desde que nasceram. Porém, nos últimos três anos a característica do bairro vem apresentando mudança quanto a origem dos moradores. Como mostrou a Tabela 5, o bairro vem recebendo um contingente populacional resultante da migração intermunicipal e também, interestadual. Quando o entrevistado foi inquirido sobre os motivos pelos quais mudaram-se para o bairro, algumas respostas não foram convincentes, restando deduzir que se tratam de parentes de detentos cumprindo pena no Centro de Ressocialização. Tal dedução deve-se ao fato que as pessoas recentemente chegadas de outros estados e de outras cidades são mulheres e crianças morando sozinhas.



Fonte: Pesquisa de Campo (Jul - Out / 2003)
Elaboração: BERNINI, R. C. S.



Fonte: Pesquisa de Campo (Jul - Out / 2003)
Elaboração: BERNINI, R. C. S.

Desde 1984, o Horto Florestal funciona como área verde de lazer e recreação. Segundo informações da administração do Horto, a frequência de visitação tem diminuído nos últimos dois anos, principalmente após a inauguração do Centro de Ressocialização. O Gráfico 13 mostra que 98% dos entrevistados conhecem o Horto Florestal. Destes, 62,3% consideram a importância do Horto como área verde, é o que mostra a Tabela 7. O resultado apresentado demonstra que aproximadamente 94% das opiniões dos entrevistados estão associadas aos valores atribuídos ao Horto, ou seja, além do valor ecológico à área verde (70,58% das opiniões), verifica-se também que 12% dos entrevistados atribuem valor histórico e turístico à área. Essas opiniões demonstraram que os valores atribuídos ao Horto estão intimamente associados à natureza, entendida

como oferta de recursos a serem usados e preservados em benefício da população.

Tabela 7 – Opinião dos Entrevistados sobre a Importância do Horto Florestal

Opiniões	Número de Ocorrência	Percentual (%)
Importante área verde de lazer	40	65,58
Local de eventos	6	9,84
Importante área pública para a população de baixa renda	3	4,92
Preservação do meio ambiente	3	4,92
Importância cultural e histórica	2	3,28
Importante ponto turístico	1	1,64
Produção de mudas para arborização urbana	1	1,64
Contribui para a purificação do ar	1	1,64
Nenhuma importância	2	3,28
Não sabe	2	3,28
Total *	61	100

* O número de ocorrência e o percentual estão relacionados às opiniões dos 50 sujeitos.
 Fonte: Pesquisa de Campo (Jul – Out / 2003)
 Elaboração: BERNINI, R. C. S.

Levando-se em consideração que o homem contempla as paisagens por meio de imagens particulares, e segundo Machado (1988), toda informação é inspirada, ditada e distorcida pelo sentimento, que ao mesmo tempo em que conhecemos o mundo exterior, desenvolvemos sentimentos em relação a ele. A Tabela 8 mostra a opinião dos entrevistados sobre suas preferências quanto ao Horto. Os resultados mostram que 82,42% dos entrevistados apreciam a paisagem, dando ênfase aos lagos (33,3%), ao verde (19,45%), à área de recreação (9,26%), etc. Ao considerar esse resultado, verifica-se que a maioria das opiniões está vinculada as sensações visuais da paisagem, porém ao ultrapassar a paisagem como aspecto visual atinge-se o seu significado e valor, ou seja, o elo afetivo que une o indivíduo ao lugar.

Tabela 8 – Opinião dos entrevistados sobre o que apreciam no Horto Florestal

Opiniões	Número de Ocorrência	Percentual (%)
Os lagos	36	33,33
O verde	21	19,45
A paisagem	10	9,26
A área de recreação	10	9,26
Tudo	8	7,41
A natureza	5	4,63
Os animais	5	4,63
A sombra das árvores	4	3,70
O casario antigo	4	3,70
A lanchonete	2	1,85
O sossego	1	0,93
A Capela	1	0,93
A presença da Guarda Municipal	1	0,93
Total *	108	100

* O Número de Ocorrência e o Percentual estão relacionados às opiniões dos 50 sujeitos
 Fonte: Pesquisa de Campo (Jul – Out / 2003)
 Elaboração: BERNINI, R. C. S.

Tabela 9 – Opinião dos entrevistados sobre o que não Gostam no Horto Florestal

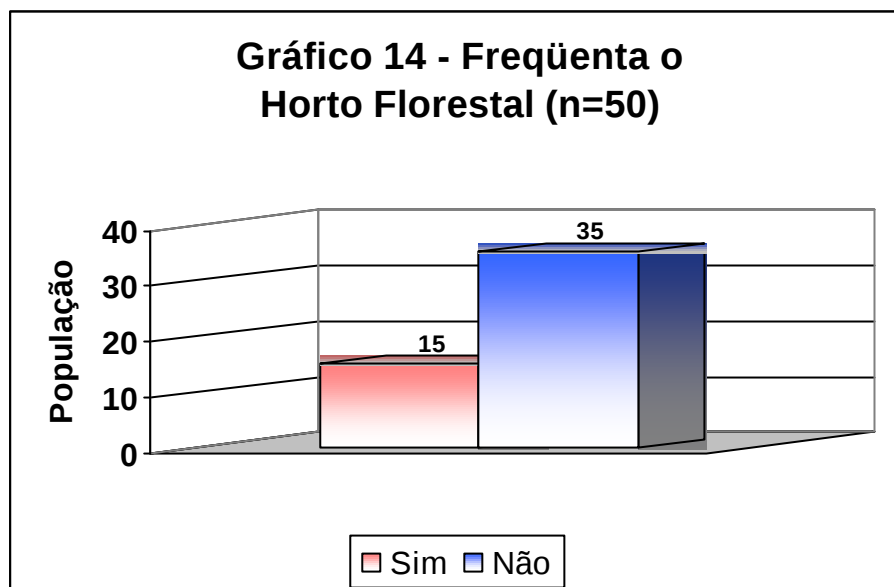
Opiniões	Número de Ocorrência	Percentual (%)
O Centro de Ressocialização	29	34,93
Aterro Sanitário	24	28,91
Mau cheiro do Aterro Sanitário	8	9,63
Desmatamento	4	4,81
Fumaça do Aterro Sanitário	3	3,61
Poluição do Ribeirão Tatu	3	3,61
Cães e cavalos soltos	2	2,40
Queimadas	2	2,40
Falta de cuidado e manutenção	2	2,40
Sujeira na Via Tatuibi	1	1,20
Encontro de motos	1	1,20
Congestionamento da Via Tatuibi em época de eventos	1	1,20
Falta de segurança	1	1,20
Não sabe	2	2,40
Total *	83	100

* O Número de Ocorrência e o Percentual estão relacionados às opiniões dos 50 sujeitos

Fonte: Pesquisa de Campo (Jul – Out / 2003)

Elaboração: BERNINI, R. C. S.

Além dos sentimentos de afeição e de admiração já referidos, o Horto inspira, igualmente fortes sentimentos negativos por grande parte dos entrevistados é o que mostra a Tabela 9. Os resultados apresentam que 40,94% dos entrevistados não gostam do Centro de Ressocialização e a tudo que está associado a ele como, o desmatamento (15.000 m² de área foi desmatada para abrigar o CR e, atualmente, eucaliptos estão sendo cortados para a confecção de jardineiras para as vias públicas produzidas pelos presos do CR) e a falta de segurança. Um resultado interessante foi observado, 38,54% dos moradores se sentem incomodados com o Aterro Sanitário Municipal, que desde 1983 funciona no Horto, e aos problemas a ele associados, principalmente o mau cheiro, e ainda 10,82% se preocupam com a poluição do ar, da água do Ribeirão Tatu e da Via Tatuibi.

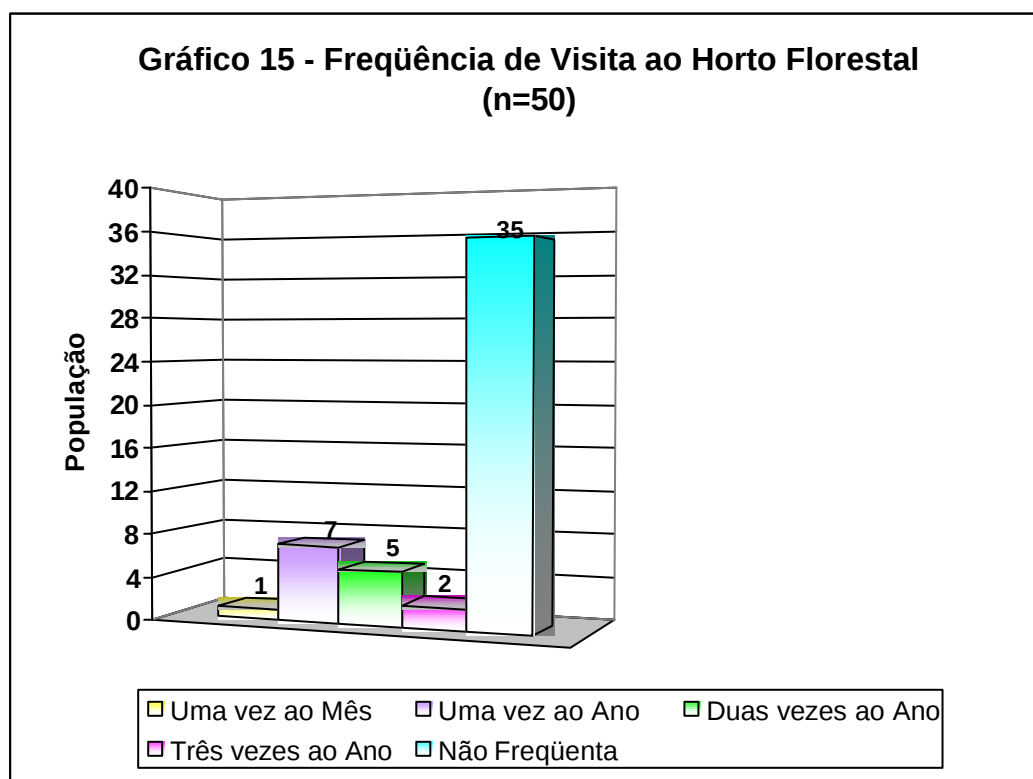


Fonte: Pesquisa de Campo (Jul - Out / 2003)

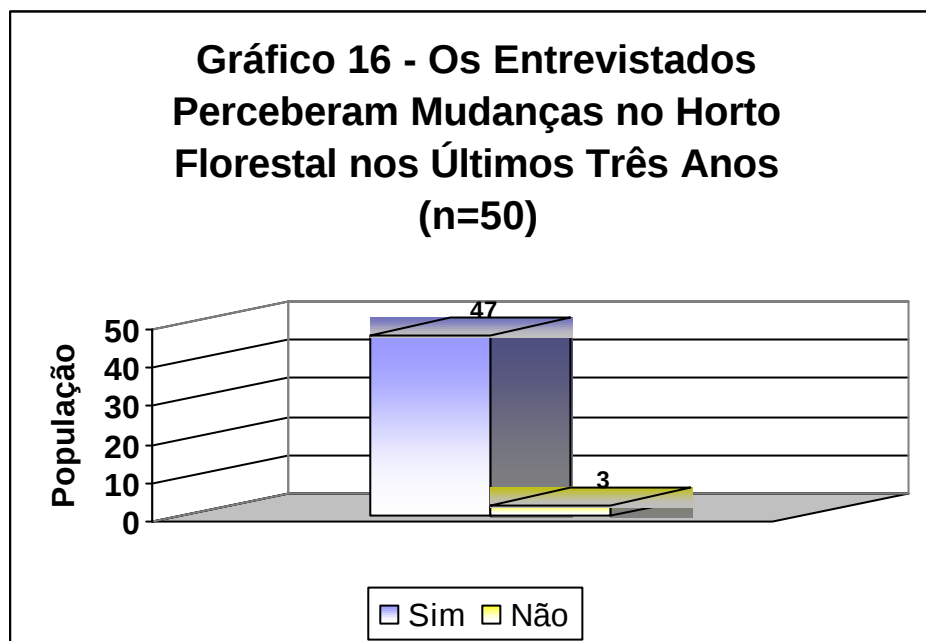
Elaboração: BERNINI, R. C. S.

O Gráfico 14 mostra um resultado interessante, 70% dos entrevistados apesar de conhecer o Horto não o freqüentam, sob alegação de falta de tempo, medo por causa do CR e porque o bairro já oferece ar puro e muita área verde. Porém, apesar da baixa freqüência foi observado uma grande preocupação dos entrevistados quanto as questões relacionadas à manutenção e gerenciamento da área pelo Poder Público.

Como se observou no Gráfico 14, entre os entrevistados 70% não freqüentam o Horto e os 30% de entrevistados que freqüentam o fazem esporadicamente, é o que mostra o Gráfico 15. O resultado mostra que 14% dos entrevistados afirmaram que visitam o Horto Florestal apenas uma vez ao ano. Esse fato está associado a várias razões como, a falta de tempo, medo por causa do CR, dificuldade no transporte e, ainda, porque o bairro dispõe de intra-estrutura de lazer como, o campo de futebol e bocha, pesqueiro, e festas nos finais de semana.



Fonte: Pesquisa de Campo (Jul - Out / 2003)
Elaboração: BERNINI, R. C. S.



Fonte: Pesquisa de Campo (Jul - Out / 2003)
Elaboração: BERNINI, R. C. S.

O Gráfico 16 mostra que 94% dos entrevistados perceberam mudanças no Horto nos últimos 3 anos. Dentre as mudanças percebidas, 52,2% dos entrevistados citaram a construção do CR. É o que mostra a Tabela 10, o resultado apresenta que além da construção do CR as mudanças que mais chamaram atenção dos entrevistados estão a ele associados como o desmatamento, a iluminação na Via Tatuibi apenas em frente ao CR, presença de apenas uma viatura da Polícia Militar em frente ao CR, presença de pessoas “esquisitas” em frente ao CR e diminuição do fluxo de visitantes no Horto Florestal.

Tabela 10 – Opinião dos Sujeitos sobre as Mudanças Percebidas no Horto Florestal nos Últimos Três Anos

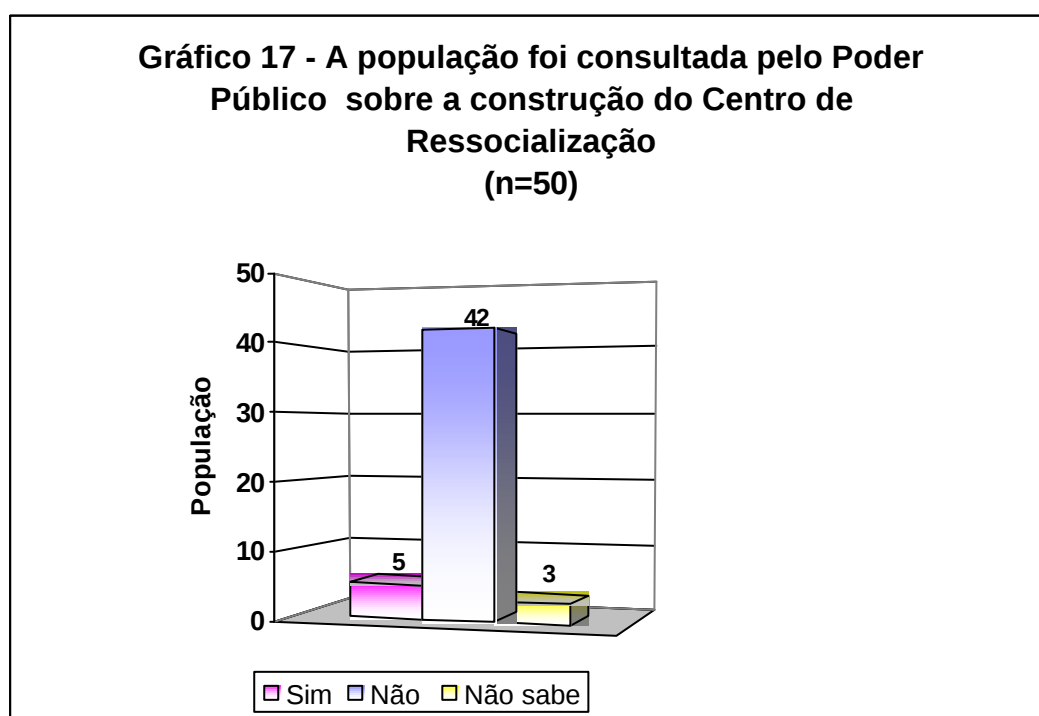
Opiniões	Número de Ocorrência	Percentual (%)
Construção do CR	35	52,23
Desmatamento	11	16,41
Melhoria na área de lazer	7	10,44
Abandono da área de lazer	4	5,97
Queimadas	3	4,47
Iluminação no trecho do CR	2	2,98
Reforma na lanchonete	1	1,49
Presença de uma viatura da Polícia Militar no CR	1	1,49
Sujeira na Via Tatuibi	1	1,49
Diminuição no fluxo de visitantes	1	1,49
Presença de pessoas esquisitas em frete ao CR	1	1,49
Total *	67	100

* O Número de Ocorrência e o Percentual estão relacionados as opiniões dos 50 sujeitos.

Fonte: Pesquisa de Campo (Jul – Out / 2003)

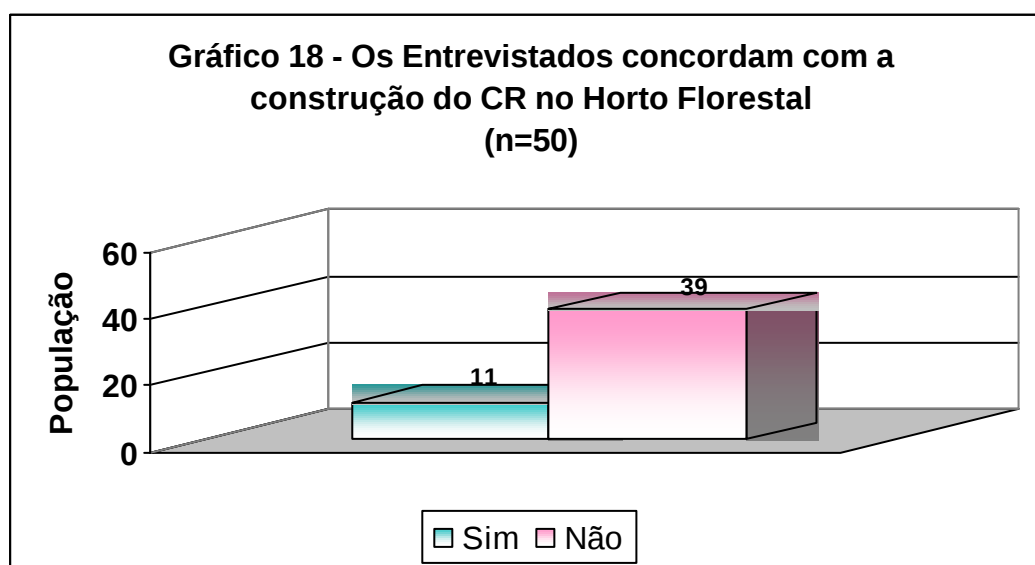
Elaboração: BERNINI, R. C. S.

A ocupação do solo urbano, infelizmente, vem se realizando de forma desordenada e, sobre tudo, extremamente rápida, sem levar em consideração o solo em que está sendo ocupado, dessa maneira muitas áreas verdes importantes estão sendo ocupadas com projetos urbanos causadores de impactos. A opinião pública, na maioria das vezes, se manifesta, protesta, porém é pouco ouvida e, conseqüentemente, não é atendida. O Gráfico 17 mostra que 84% da população não foi consultada pelo Poder Público sobre a construção do CR na área do Horto Florestal. Esse resultado comprova a forma arbitrária com que o Poder Público age em relação ao planejamento e execução dos seus projetos.



Fonte: Pesquisa de Campo (Jul - Out / 2003)
Elaboração: BERNINI, R. C. S.

O Gráfico 18 mostra que 78% dos entrevistados não concordam com a construção do CR no Horto Florestal. Esse resultado apresenta que apesar da comunidade do bairro ser contra, o presídio foi construído. O descaso com que o Poder Público local tratou o assunto gerou na população o sentimento topofóbico. Admite-se que o reino por excelência do exercício do sentimento topofóbico são os lugares valorizados. É claro que o mesmo é válido para o sentimento contrário a topofília, ou seja, o que pode ser definido como topofobia e que conduz à noção de “paisagem do medo” (Tuan, 1979). O uso desses conceitos aplicados a questão ambiental e ao seu planejamento acabou por incentivar a criação de novas categorias de noções. Entre elas, está o conceito de topocídio que, proposta pelo geógrafo britânico Porteous (1988) apud Amorin Filho (1999), evidentemente inspirado no de topofilia de Tuan, significa a aniquilação deliberada de lugares. Segundo Porteous, uma das maiores faltas comuns às elites do poder envolvidas no topocídio é a sua lamentável omissão em consultar a população impactada, e o seu caráter quase sempre secreto e traiçoeiro, o que faz com que a população afetada não perceba o que ocorre ou só o faça quando já é tarde demais.



Fonte: Pesquisa de Campo (Jul - Out / 2003)
Elaboração: BERNINI, R. C. S.

O sentimento topofóbico está claramente representado na Tabela 11. Quanto à opinião dos entrevistados sobre a construção do CR no Horto, 70% das opiniões dos entrevistados afirmam que o CR trouxe uma sensação de medo e insegurança não apenas para os moradores do bairro mas também para os usuários do Horto. O resultado mostra, ainda, que 31,98% dos entrevistados afirmam que a construção do CR trouxe problemas para o Horto e 15,98% dos entrevistados concordam que trouxe problemas para o bairro. Dessa forma, é interessante observar que as preocupações dos entrevistados com o lugar, - Horto Florestal -, superam aquelas relacionadas com o bairro.

Tabela 11 - Opinião dos Entrevistados sobre a construção do CR no Horto Florestal

Opiniões	Número de Ocorrência	Percentual (%)
Medo de rebelião e fuga	18	24,00
Foi um erro, pois é uma área de lazer	14	18,66
Deveria ser em uma área isolada	7	9,33
Trouxe insegurança para o bairro	6	7,99
Melhorou o policiamento no bairro	4	5,33
Inibiu a frequência do visitante	3	4,00
Ficou perigoso	3	4,00
Tirou a tranquilidade do visitante	2	2,66
No início ficamos chocados	2	2,66
Causou desmatamento	2	2,66
Facilita a fuga e dificulta a captura do preso	2	2,66
Os políticos não se importam com o bairro	1	1,33
Descaracterizou a área de lazer	1	1,33
Desvalorizou os imóveis do bairro	1	1,33
Deverá abrigar apenas presos com infrações leves	1	1,33
Melhorou a segurança na Via Tatuíbi	1	1,33
Aumentar a segurança no CR	1	1,33
Preocupação com super lotação no futuro	1	1,33
Teria que ser construído em algum lugar	1	1,33
Nada contra	1	1,33
Não prejudicou em nada	1	1,33
Tanto faz	1	1,33
Não sei	1	1,33
Total *	75	100

* O Número de Ocorrência e o Percentual estão relacionados as opiniões dos 50 sujeitos
 Fonte: Pesquisa de Campo (Jul – Out / 2003)
 Elaboração: BERNINI, R. C. S.

Quanto à opinião dos entrevistados sobre o que deve ser feito no Horto, é mostrado na Tabela 12. O resultado apresenta que 59,2% dos entrevistados se preocupam com o CR, destes 54% sugeriram que o CR deve ser desativado e substituído por equipamentos urbanos para uso da comunidade, como escola, creche, hospital, e 38,3% das opiniões, estão vinculadas a ações de gerenciamento para a melhoria do Horto.

Os resultados obtidos com a pesquisa de campo permitiram inferir que a percepção que o indivíduo e a comunidade fazem do lugar está intimamente relacionado ao valor atribuído a ela. A relação de afetividade entre o homem e o meio influenciará a atitude que se terá frente às ameaças que abalam o equilíbrio desse lugar vivido e experienciado. Com base no desenvolvimento deste estudo é possível apresentar algumas considerações.

Tabela 12 – Opinião dos Entrevistado sobre o que deve ser feito no Horto Florestal

Opiniões	Número de Ocorrências	Percentual (%)
Melhorar a área de lazer	12	16,4
Aumentar a segurança no CR	11	15,1
Preservar o verde	5	6,8
Reabilitar a área do CR com eucalipto	5	6,8
Desativar o Centro de Ressocialização	5	6,8
Manter o Horto apenas para área de lazer e preservação	4	5,5
Construir uma Escola Técnica no local do CR	4	5,5
Substituir o CR por creche	4	5,5
Ficar do jeito que está	4	5,5
Desativar o aterro sanitário	3	4,1
Promover eventos com maior frequência	3	4,1
Transferir o zoológico para o Horto	2	2,7
Substituir o CR por hospital	2	2,7
Não sei	2	2,7
Substitui o CR por clube	1	1,4
Substituir o CR por parque de diversão	1	1,4
Não colocar presos perigosos no CR	1	1,4
Iluminar a Via Tatuibi	1	1,4
Liberar a Via Tatuibi em época de eventos	1	1,4
Campanha e conscientização contra queimada	1	1,4
Reflorestar a área	1	1,4
Total *	73	100

* O Número de Ocorrência e o Percentual estão relacionados as opiniões dos 50 sujeitos

Fonte: Pesquisa de Campo (Jul – Out / 2003)

Elaboração: BERNINI, R. C. S.

Considerações Finais

O predomínio da perspectiva espacial é expressa como sendo característica da Geografia ao longo de sua história. Ao analisar uma estrutura espacial, percebe-se que ela não é identificada apenas por suas características atuais. Ao contrário ela é resultado de um processo histórico em que o território é estruturado e reestruturado. Ao lado das forças naturais, o homem é o outro produtor do espaço. Pode-se dizer que é ele quem o estrutura (organiza), através de sua ação.

O espaço urbano apresenta-se como o resultado da ação humana sobre o próprio espaço através dos objetos naturais e artificiais. A produção do espaço urbano, dada pelos diversos fragmentos que a compõem, pode ser evidenciada nos diferentes usos, destacando-se o centro da cidade com suas atividades comerciais, de serviço e de gestão, a zona periférica, áreas industriais, áreas residenciais, áreas de lazer, além de áreas submetidas à especulação para futura expansão.

Com vistas à reprodução do capital e da vida humana dá-se o constante processo de reorganização espacial, seja através da incorporação de novas áreas ao espaço urbano, adensamento do uso do solo, deteriorização de algumas áreas, renovação de outras, ou da distribuição diferenciada da infra-estrutura e equipamento urbano.

O processo de urbanização contínuo ocorrido nas últimas décadas tem promovido não apenas o crescimento das cidades como também tem afetado o equilíbrio ambiental dessas áreas com elevados índices de degradação. A produção do espaço, quando não é acompanhada de um planejamento que considera suas características e aptidão física à ocupação, reflete os efeitos negativos da relação sociedade/natureza. Nessas condições, a ocupação inadequada do espaço urbano provoca o aparecimento dos sérios problemas sócio-ambientais.

A disponibilidade de farta legislação sobre o uso e ocupação do solo urbano não consegue deter a devastação e o uso inadequado de algumas áreas consideradas de uso público, visto ser esta, antes de tudo uma questão educativa, dependente de especiais estímulos para a real eficácia, o que não se obtém a revelia da comunidade, mas tão somente como o apoio e engajamento.

Em relação ao envolvimento e participação da comunidade na tomada de decisão sobre o uso e ocupação do solo urbano são encontradas as maiores dificuldades, pois esbarram no Poder Estatal, atrelado às leis e normas restritivas com mecanismos de acesso que distanciam o cidadão da plenitude do exercício de seus direitos.

O espaço dominado, controlado, impõe não apenas modos de apropriação, mas comportamentos, gestos, modelos de construção que excluem-incluem, produz a especialização dos lugares, produzindo centralidades novas, o que pode levar a deteriorização ou mesmo a destruição de antigos lugares em função da realização de interesses imediatos.

Atualmente o estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente são relevantes instrumentos ao planejamento urbano e as decisões ao destino a ser dado a um espaço qualquer da superfície terrestre. Na tentativa de dar prosseguimento ao debate sobre as questões urbanas e a percepção ambiental desenvolveu-se essa pesquisa que tem com objetivo analisar a produção do espaço na cidade de Limeira e a percepção da população em relação a instalação de equipamento urbano causador de impacto sócio-ambiental. Para o desenvolvimento do assunto, além da fundamentação teórica que embassam esse estudo desenvolveu-se uma pesquisa de campo buscando junto à comunidade do Bairro do Tatu informações sobre a percepção que fazem da construção do presídio (Centro de Ressocialização) na área do Horto Florestal.

Considerando que a Prefeitura Municipal deve ter tido papel importante, mesmo que desabonadora, no caso, pois a ela cabe, por força constitucional, a gestão do espaço municipal. A decisão de execução do projeto do CR deve ser entendida como uma decisão inconsistente consciente ou não, de agressão ao meio ambiente. Pode ser interpretada, talvez, como um ato arbitrário da tecnocracia dominante. Com a interferência no Horto Florestal, mesmo para quem esteve acostumado com os constantes desmatamentos e queimadas, significa uma grande perda. Tendo em vista que o Horto é lugar de encontro privilegiado e uma referência espacial na formação da subjetividade dos moradores, principalmente do Bairro do Tatu. Mesmo havendo a necessidade emergente da construção de unidade prisional no município nada poderia justificar a sua instalação naquela área.

Comprova-se com a pesquisa que a comunidade do Bairro do Tatu tem consciência do problema ambiental e não está satisfeita com a atitude do Poder Público local. Por outro lado, constata-se também uma extrema apatia e sentimento de impotência da comunidade diante da situação-problema. Essa reação pode ser justificada pela maneira como os órgãos públicos, estaduais e municipais, tratam a opinião pública. A forma pouco democrática, ou mesmo arbitrária, como são tomadas as decisões de interesse social, produzem na população um impacto negativo à curto prazo, com tendência à alienação de atitudes, impossibilitando ações reivindicatórias que visem a qualidade de vida urbana.

Muitas diferenciações aparecem entre aqueles que detém ou conquistam o domínio do espaço, inventam e modelam o espaço com base em seus valores, entre aqueles que criam ou desejam criar um espaço à imagem dos valores da ideologia dominante, aqueles, ainda, que nunca serão criadores, mas simples usuários de um espaço alienado (espaço planejado sem a participação do usuário) e enfim aqueles que recusam os valores atribuídos (a alienação) para reivindicar outros valores e um diverso uso do espaço.

Em geral, todos estão à procura de ambientes que satisfaçam as necessidades básicas: proteção e favorecimento à criação dos jovens, e nos quais se deseja viver, lugares que proporcionem prazer e estímulos mentais; ambientes que favoreçam indicadores do nosso passado e daquilo que o futuro possa ser. Os ambientes escolhidos tornam-se valorizados perante a vivência e o comportamento dos indivíduos e comunidades.

Conclui-se, portanto, que qualquer porção do espaço a ser transformado deve ser tocado com cuidado a partir de informações, planos e projetos executivos detalhados que atendam para que nada, ou quase nada, escape à análise e não se descaracterize o lugar. Portanto, é fundamental que o planejamento urbano, desde a problematização até a decisão final, envolva a comunidade, em várias escalas espaciais, direta e indiretamente, incluindo todos os seguimentos, numa parceria que os papéis atribuídos pela própria sociedade seja respeitados. Os políticos e os planejadores, e inclusive o intelectual acadêmico, desempenham funções outorgadas pela sociedade que, no conceito atual de governabilidade e democracia, prescinde da participação popular, para qual os poderes devem facilitar e trabalhar, provocando, estimulando e respondendo as iniciativas dos cidadãos.

Bibliografia e Referências Bibliográficas

- AMORIN FILHO, O. B. Topofilia, Topocídio e Topocídio em MG. In: **Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1999. p.139-153.
- ANDRADE, M. C. de. **Geografia, Ciência da Sociedade: Uma Introdução à Análise do Pensamento Geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987. 143p.
- ANTONIO FILHO, F.D.; VIADANA, A. G. Desempenho do geógrafo na elaboração de laudos periciais ambientais: o exemplo da instalação de um presídio em Casa Branca – SP. In: **Revista Ciência Geográfica** – Bauru, AGB, V (12): 52-55, jan/abr – 1999.
- ARROYO, M. A trama de um pensamento completo: espaço banal, lugar e cotidiano. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Ensaio de Geografia Contemporânea. Milton Santos: Obra revisada**. São Paulo: HUCITEC, 1996. p.55-62.
- AZEVEDO, A. de. **O Mundo Antigo**. São Paulo, DESA/EDUSP, 1965.
- BETTANINI, T. **Espaço e Ciências Humanas**. (Trad. Liliana L. Fernandes), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 157p.
- Biblioteca Municipal de Limeira – **Arquivo Histórico**, Arquivo Vertical, Pasta 19, Tombo 14, Ex. 1, s/d.
- BITOUN, J. Movimentos Sociais e a Cidade: Questões relevantes para a geografia urbana. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, 21(42): 39-46, 1991.
- BROEK, J. O. M. **Iniciação ao Estudo da geografia**. (Trad. Waltensir Dutra), Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967. 155p.
- BUSCH, R. K. **Historia de Limeira**. Edição da Prefeitura Municipal de Limeira, São Paulo, 1967. 288p.
- CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**. São Paulo: Studio Nobel, 1992.

CANO, W. Complexo cafeeiro paulista e alguns complexos regionais. In: **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 3ª Ed., São Paulo: HUCITEC, 1990. p.17-42.

_____. Os Mecanismos de Crescimento Industrial. In: **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 3ª Ed., São Paulo: HUCITEC, 1990, p.121-140.

CARDOSO, A. B. F. **Mapeamento Geotécnico do Município de Limeira**. Dissertação de Mestrado em Geotecnia – Escola de Engenharia de São Carlos, USP, São Carlos, 1993.

CARLOS, A. F. A. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996. p.20-2.

_____. Novas Contradições do espaço. In: DAMIANI, A. L. et al (Org.). **O Espaço no fim do século**. 2ª Ed., São Paulo: Contexto, 2001, p.62-74.

CASTELLS, M. **Cidade, Democracia e Socialismo**. (Trad. Glória Rodrigues). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 193p.

CASTRO, E.; GOMES, P.C.C.; CORREA, R.L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. 353p.

CAVALHEIRO, F. Urbanização e Alterações Ambientais. In: TAUKE, S.M. (Org.). **Análise Ambiental: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: UNESP; FAPESP; SRT; FUNDUNESP, 1991. p.88-99.

CERON, A.O. **Aspectos Geográficos da Cultura da Laranja no Município de Limeira**. Tese de Doutorado, UNESP, Rio Claro, 1969. 276p.

CHRISTOFOLETTI, A. As características da Nova Geografia. **Geografia**. Rio Claro, 1 (1): 3-33, 1976.

_____. Análise das Concepções de Espaço. **Geografia**. Rio Claro, 6 (11-12): 221-22, 1981a.

_____. Problemáticas da Geografia. **Boletim de Geografia Teórica**. Rio Claro, 11 (21-22): 81-83, 1981b.

- _____. As Perspectivas dos Espaços Geográficos. In: _____ (Org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982. p.11-36.
- CLAVAL, P. A. **A Nova Geografia** (Trad. Filipe Machado), Livraria Almedina, Coimbra, Portugal, 1978. 158p.
- CORREA, R.L. O Espaço Urbano: Notas teórico-metodológicas. **Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro, 21 (42), p.101-103, 1991.
- CRESPO, S.; LEITÃO, S. **O que o brasileiro pensa de ecologia**. Rio de Janeiro: MAST / CNPq / CETEM / ISER, 1993. p.253.
- DAMIANI, A.L.; CARLOS, A.F.A.; SEABRA, O.C.L. (Org.). **O Espaço no Fim do Século: A Nova Raridade**. 2ª Ed., São Paulo: Contexto, 2001. 220p.
- DAVIDOVICH, F. Movimentos Sociais e Cidade: Uma Introdução ao Tema. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, 21 (42): 21-26, 1991.
- DEL RIO, V. & OLIVEIRA, L. de. (Org.) **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. 2ª Ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999. 265p.
- DENIS, P. Y. La Geografia Actual: Orientacion Y Aplicacion. (Conferencia pronunciada na XXI Assembléia Geral e Reuniões Panamericanas de Consulta Conexas, do I.P.G.H., realizada em Santiago de Chile, mar/82, publicada com autorização do autor). **Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro, 12 (23-24): 5-9, 1982.
- D. O.E. - Diário Oficial do Estado de São Paulo **Suplemento** "Relatório de 1 ano da Secretaria da Administração Penitenciária" – seção I, vol. 110, nº 244, 21/12/2000 15p.
- DIAS, G.F. **Educação Ambiental: Princípios e práticas**. São Paulo. Ed. Gaia, 1992. p.400.
- ENTRIKIN, J.N. O Humanismo Contemporâneo em Geografia. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, 10 (19):5-30, 1980.
- FERNANDES, L. L. **Bairros Rurais de Limeira – Estudo Geográfico**. Tese de Doutorado – USP, São Paulo, 1972. 245p.

FERRARA, L.d'A. **Ver a Cidade: Cidade, Imagem, Leitura**. São Paulo. Nobel, 1988. p.80.

_____. **Olhar Periféricos: Informação, Linguagem, Percepção Ambiental**, São Paulo: EDUSP, 1993. p.227.

FERREIRA, C.C.; SIMÕES, N. N. **A Evolução do Pensamento Geográfico**. 9º Ed., Gradiva - Publicações Ltda., Lisboa. Portugal. 1994. 142p.

FERREIRA, F.P. **Teoria Social da Comunidade**. São Paulo. Editora Herder, 1968. 202p.

FIGUEIREDO, A. H.; AJARA, C. Uma visão geográfica acerca da questão ambiental **Revista Brasileira de Geografia**, 52 (3): 91-98, 1990.

FIGUEIREDO, V.D.M. **População e Qualidade de Vida Urbana em Santa Maria – RS. Estudo de Caso: Bairro Urlândia**. Dissertação de Mestrado. IGCE/UNESP, Rio Claro, 2001. p.11-47.

FIRKOWSKI, O.L.C.F.; SAMPAIO, S.S. A Industrialização Recente do Município de Limeira em fase de Contexto Industrial Paulista. **Geografia**. Rio Claro, 17 (1): 23-38, 1992.

FRANÇA JÚNIOR, N. **Plano Diretor para o Horto Florestal “Navarro de Andrade”** Rio Claro. TGI/FAUS, Santos, 1993. 102p.

FURLAN, F.T. **Os Parceiros de Santo Antonio**, TCC – Ciências Sociais, ISCA – Instituto Superior de Ciências Aplicadas, Limeira-SP, 2002. 45p.

GARCIA, L.B.R. Imagens do Passado: café, ferrovia e a cidade de Rio Claro. **Geografia**, Rio Claro, 19 (2): 149-166, 1994.

GRINOVER, L. O Desenvolvimento Urbano e Territorial e os Parâmetros Ambientais. In: **A Questão Ambiental**. São Paulo: Terragraph, 1994. p.243-260.

GUIDUGLI, O.S.; PAULA, J.C.M. Políticas publicas y poblacion. **Revista Interamericana de Planificación**. Ecuador, nº114, p.16-28, 1997.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Dados do Município de Limeira (SP)**, 2000.

LA. BLACHE, P.V. de. As Características Próprias da Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.), **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982. p.37-48.

LEMONS, C. Casa Paulista. São Paulo: EDUSP, 1999. In: **Prefeitura Municipal de Limeira**, Plano Diretor de Turismo, 1998.

LORENZON FILHO, A.V. **O Uso de Fotografias Aéreas no Estudo das Transformações na Organização do Espaço Rural de Limeira**. Dissertação de Mestrado, IGCE/UNESP, 1982. p.107-110.

MACHADO, L.M.C.Ph. **A Serra do Mar Paulista: Um Estudo de Paisagem Valorizada**. Tese de Doutorado, Rio Claro: IGCE-UNESP, 1988. 308p.

_____. **Rastreamento de um itinerário Geográfico: Relato de uma Trajetória Acadêmica**. Trab. Livre-docência. IGCE-UNESP, Rio Claro, 1996. 163p.

MACHADO, P.A.L. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo. Malheiros Ed. Ltda. 6ª Ed., 1996. pp.137-166.

MAURO, C. A.; SANCHEZ, M.C. Expansão de Sítios Urbanos. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, 16-17 (31-34), p. 240-46, 1986-87.

_____; PINTO, B.M.S. Aspectos do meio ambiente urbano. **Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro, 21 (42):88-95, 1991.

MELLO E SILVA, S.C.B. de. Espaço, Regionalização e Estrutura da geografia. **Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro, 11 (21-22): 65-74, 1981.

MONTEIRO, C.A.F. **A Dinâmica Climática e as Chuvas do Estado de São Paulo: Estudo Geográfico na forma de Atlas**. São Paulo: USP/IG, 1973.

MORAES, M.E.B. de; FORESTI, C. Áreas de ocupação e Restrições ao Uso do Solo Urbano na Estância de Campos do Jordão (SP):

- Subsídios ao Planejamento Urbano. **Geografia**. Rio Claro, 25 (3): 73-84, 2000.
- MORO, D.A. A Tradição Espacial na Geografia. **Geografia**. Rio Claro, 24 (2): 53-64, 1999.
- MÜLLER FILHO, I.L. Reflexões sobre a Importância da Abordagem Comportamental em Geografia – Comportamento e Organização do Espaço. **Geografia**. Rio Claro, 11 (22): 141-46, 1986.
- OLIVEIRA, L. de. Percepção da Paisagem Geográfica: Piaget, Gibson e Tuan. **Geografia**. Rio Claro, v. 25 (2): 5-22, 2000.
- OLIVEIRA, M.C.; FELICIA, R. Democracia, População e Políticas Pública. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, V 3 (3), p.2-6, jul/set, 1979.
- OLIVEM, R.G. **Metabolismo Social da Cidade e Outros Ensaio**s. Porto Alegre, UFRGS, 1974. 78p.
- ORELLANA, M.M.P. O ambiente urbano. **Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro, 21 (42), p. 95-98, 1991.
- PENTEADO, M.M. **Geomorfologia do Setor Centro-Occidental da Depressão Periférica Paulista**. Tese de Doutorado, UNESP, Rio Claro, 1976. 86p.
- PESSÔA, A. O uso do Solo em conflito. In: SILVA, L.A.M. et al (org). **Solo Urbano: Tópicos sobre o Uso da Terra**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981. p.79 -85.
- Prefeitura Municipal de Limeira (SP) – **Plano Diretor**, 1998.
- RAP – Relatório Preliminar Ambiental de Parque Great Adventure na Região de Campinas, 1997. In: Prefeitura Municipal de Limeira - **Plano Diretor**, 1998.
- REDONDANO, D.C. et al **Atlas Municipal Escolar**. 1ª Ed., Limeira – SP: Sociedade Pró-Memória de Limeira, 2000. p.41-45.
- RELPH, E.C. As Bases Fenomenológicas da Geografia. **Geografia**. Rio Claro, 4 (7): 1-25, 1979.

- RIBEIRO, L.C.Q. Espaço Urbano, Mercado de Terras e Produção da Habitação. In: SILVA, L.A.M. et al (Org). **Solo Urbano: Tópicos sobre o Uso da Terra**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981. p.29-47
- ROSSINI, D.; FORESTI, C.; VIADANA, M.I.C.F. Análise Ambiental e do Padrão Espacial em Áreas de Expansão Urbana de Limeira-SP. In: GERARDI, L.H.O.; MENDES, I.A (Org.). **Do Natural, do Social e de suas Interações: Visões Geográficas**. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP, AGETEO, 2002. p.199-208.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 2ª Ed., São Paulo: HUCITEC, 1980. 236p.
- _____. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo. HUCITEC, 1982. 61p.
- _____. **Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. São Paulo: HUCITEC, 1988. p.61-6.
- _____. **A Natureza do Espaço: Técnicas e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1997a.
- _____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo HUCITEC, 1997b.
- SCARGILL, D.I. Espaço, Lugar e Região: Rumo a uma Geografia Regional Transformada. **Geografia**. Rio Claro, 10 (20), p.194-99, 1985.
- SCHIFF, M.R. Considerações Teóricas sobre a Percepção e a Atitude (trad. Lucia Helena de O. Gerardi). **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, 3 (6): 47-61, 1973.
- SILLMAN, V.H. & VILLELA, Y.S.B.S. **Estudo das Áreas Verdes de Limeira (SP)**. Trab. Formatura. Ecologia, UNESP – Rio Claro, 1979. p. 50.
- SILVA, A.C. da. **O Espaço Fora do Lugar**. São Paulo: HUCITEC, 1978. 128 p.

- SILVA, C.C.A. Planejamento Ambiental. In: MAGALHÃES, L.E. (Coord.) **A Questão Ambiental**, São Paulo: Terragraph, 1994. p.331-345.
- SOUZA, A. de. (Org.) Qualidade de vida urbana, Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 101p.
- SOUZA, C.L. de. Cognição Ambiental e Leitura da Paisagem Urbana: Teoria e Prática. In: OLIVEIRA L. de.; MACHADO, L.M.C.Ph. (Org.). **3º Encontro Interdisciplinar sobre o Estado da paisagem**. Cadernos Paisagem/Paisagens; 1, Rio Claro: UNESP, 1998, p. 15-26.
- TARTAGLIA, J.C.; OLIVEIRA, O.L. Agricultura e Interiorização do Desenvolvimento em São Paulo. In: _____ (Org.). **Modernização e Desenvolvimento no Interior de São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 1988. p.63-75.
- TAVARES, A. C. et al. O Assoreamento da Represa dos Sonhos na Percepção dos moradores de Monte Aprazível (SP). **Geografia**. Rio Claro, 18 (2): 117-133, 1993.
- TROPPEMAIR, H. **Geossistemas e Geossistemas Paulistas**. Rio Claro, UNESP, 2000, p.57-61.
- TUAN, Yi-Fu, **Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitude e Valores do Meio Ambiente**. (Trad. Lívia de Oliveira). São Paulo: DIFEL, 1980. p.288.
- _____. **Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência**. (Trad. Lívia de Oliveira). São Paulo: DIFEL, 1983. p.250.
- VERONA, J.A. **Qualidade Ambiental e de Vida na Cidade de Varzea paulista – SP: Estudo de Caso**. Dissertação de Mestrado, IGCE-UNESP, Rio Claro, 2002. 97p.
- ZAMBARDA, W.I.M.; SELINGARDI – SAMPAIO, S. A Industrialização de Araras, SP: Uma Análise das Etapas Sucessivas de Investimentos e da Relação Local/Global. **Geografia**. Rio Claro, 26 (3): 55-95, 2001.

ZILMER, R.J.; MARAFON, G.J. Considerações sobre a Produção do Espaço Urbano. **Geografia – Ensino & Pesquisa**. Santa Maria, n.6-7, p. 109-127, 1994.

ANEXO

Anexo A

ANEXO A – MODELO DE QUESTIONÁRIO

Questionário de Pesquisa Direta – Data: __/__/__

Nome : _____

Endereço: _____

1. Naturalidade: _____ UF: _____

2. Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino

3. Idade: _____

4. Estado Civil: ☐ solteiro ☐ casado ☐ viúvo ☐ outro

5. Escolaridade: ☐ Sem Instrução

☐ Ens. Fundamental Incompleto ☐ Ens. Fundamental Completo

☐ Ensino Médio Incompleto ☐ Ensino Médio Completo

☐ Ensino Superior Incompleto ☐ Ensino Superior Completo

6. Trabalha: ☐ Sim ☐ Não ☐ Desempregado ☐ Aposentado

7. Em que setor: ☐ Primário ☐ Secundário ☐ Terciário

8. Tem filhos: ☐ Sim ☐ Não

9. Estudam: ☐ Sim ☐ Não ☐ No bairro ☐ No centro ☐ Formados

10. Qual sua freqüência ao centro da cidade:

☐ Diariamente ☐ Semanalmente ☐ Mensalmente

11. Qual meio de transporte utilizam para se dirigir ao centro da cidade:

☐ Transporte Particular ☐ Transporte Coletivo

12. A quantos anos mora no bairro:

☐ Mais de 3 anos ☐ Menos de 3 anos

13. Você conhece o Horto Florestal de Limeira: ☐ Sim ☐ Não

14. Qual a importância do Horto Florestal para você?

15. O que você aprecia no Horto Florestal?

16. O que você não gosta no Horto Florestal?

17. Você frequenta o Horto Florestal: ☐ Sim ☐ Não

18. Qual a freqüência de visita: _____

19. Você percebeu mudança na paisagem do Horto Florestal nos últimos três anos: ☐ Sim ☐ Não

Quais: _____

20. O Poder Público consultou a população do bairro sobre a construção do presídio no Horto Florestal? ☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe

21. Você concorda com a construção do presídio no Horto Florestal?

☐ Sim ☐ Não

Por que? _____

22. O que se deve fazer no Horto Florestal?

Anexo B



DECRETO Nº 008/82

=====

DE SÃO PAULO-BRASIL

WALDEMAR MATTOS SILVEIRA, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas por lei e, em especial, o § 22 do artigo 153 da Emenda Constitucional nº 01, de 1969, combinado com o Decreto-Lei nº 3365 de 1941, e modificações ulteriores e o inciso VI do artigo 39 do Decreto-Lei Complementar nº 09, de 1969,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica declarado de utilidade pública, em regime de urgência, para o fim de desapropriação judicial ou amigável, o imóvel abaixo discriminado, de propriedade da FEPASA - Ferrovia Paulista S/A, cujas características, limites, divisas e confrontações constarão dos respectivos laudo de avaliação, memorial descritivo e croquis que serão apresentados após os necessários levantamentos e avaliações:

- 236.765,18 metros quadrados de área de terra, localizada entre o Ribeirão Tatu e a linha férrea, próximo aos Bairros do Tatu e de Itaipu, em frente a Pedreira Limeirense.

Artigo 2º - A expropriação em apreço destina-se à construção de aterro sanitário, nesta cidade e comarca de Limeira.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICIPAL DE LIMEIRA



DECRETO Nº 008/82

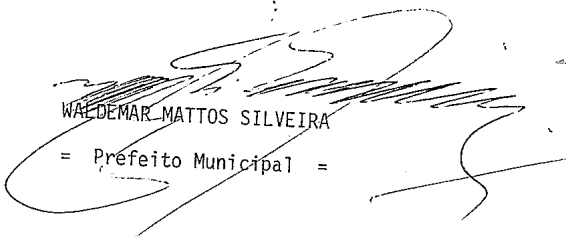
=====

= fl. nº 02 =

=====

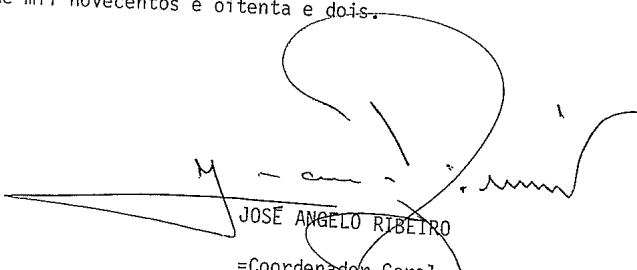
GOV. DE SÃO PAULO-BRASIL

PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos quatro dias do mês
de fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e dois.


WALDEMAR MATTOS SILVEIRA

= Prefeito Municipal =

PUBLICADO na Coordenadoria Geral Administrativa
da Prefeitura Municipal de Limeira, aos quatro dias do mês de fevereiro do
ano de mil novecentos e oitenta e dois.


JOSE ANGELO RIBEIRO

=Coordenador Geral=



DECRETO N.º 056/83

ESTADO DE SÃO PAULO-BRASIL

JURANDYR DA PAIXÃO DE CAMPOS FREIRE, Prefeito
Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

USANDO das atribuições que lhe são conferi-
das por lei e, em especial, o § 22 do artigo 153 da Emenda Constitu-
cional nº 01, de 1969, combinado com o Decreto-Lei nº 3365, de 1941,
e modificações ulteriores e o inciso VI do artigo 3º do Decreto-Lei
Complementar nº 09, de 1969,

DECRETA :

Artigo 1º - Ficam declarados de utilidade pú-
blica, para o fim de desapropriação judicial ou amigável, as áreas
de terras abaixo discriminadas, de propriedade da FEPASA-Ferrovias
Paulista S/A, localizadas no Bairro de Itaipu, neste Município:

GLEBA I - Começa no ponto 1, situado embaixo
da cerca da Fepasa e segue em linha reta até o ponto 2, situado a 260
m de distância; daí segue em linha reta até o ponto 3 por uma distân-
cia de 400 m, defletindo à direita até encontrar o ponto 4 a 900 m de
distância, tudo isso confrontando com Alberto Bosco ou sucessores; se-
gue daí com rumo 30º 34' SE por uma distância de 1.182 m até encon-
trar por uma distância o ponto 5; segue daí com rumo 19º 40' SO por
uma distância de 1.075,2 m até encontrar o ponto 6; daí segue com ru-
mo de 68º 53' SE por uma distância de 40 m até encontrar o ponto 7
tudo isso fazendo divisa com Irmãos Giacon ou sucessores; segue daí
com rumo 19º 48' SO por 380 m até encontrar o ponto 8, tudo isso con-
frontando com a Viúva de Artur Canguçu ou sucessores; segue daí por
um córrego com a distância de 1.191,2 m até o ponto 9; segue daí com
o rumo de 84º 06' NE por uma distância de 414,2 m até o ponto 10; se-
gue daí por uma distância de 270,00 m até o ponto 11, situado às mar-
gens do Ribeirão Tatu; segue daí por 400 m pela margem do Ribeirão Ta-
tu até encontrar o ponto 12; segue daí por 50 m até o ponto 13, junto
à cerca da Fepasa, tudo isso confrontando com Irmãos Giacon ou suces-
sores e segue pela citada cerca por uma distância de 2.923,22 m até
encontrar o ponto 1, onde tudo começou.



CIDADE DE SÃO PAULO - BRASIL

DECRETO N.º 056 / 83

= fl. nº 02 =

GLEBA II - Começa no ponto 14, situado embaixo da cerca da Fepasa e segue com rumo 66º 08' SE por uma distância de 907,2 m até encontrar o ponto 15, tudo isso confrontando com Antonio Padula ou sucessores; daí segue por uma distância de 1.317,6 m até encontrar o ponto 16, tudo isso confrontando com José Barone ou sucessores e Santo Turqueto ou sucessores; daí segue com rumo 27º 52' NO por uma distância de 510,6 m até o ponto 17, tudo isso confrontando com Via Anhanguera; daí segue por 220 m até o ponto 18; daí segue por 10 m até o ponto 19; segue por 152 m até o ponto 20; daí segue pelo leito de um córrego por 65 m até o ponto 21; daí segue por 155 m até o ponto 22; tudo isso confrontando com Célio Soares ou sucessores; daí segue por 50 m até o ponto 23; daí segue por 170 m até o ponto 24, situado embaixo da cerca da Fepasa, tudo isso confrontando com Joaquim Maciel ou sucessores; daí segue por 1.150 m pela cerca da Fepasa até encontrar o ponto 14, onde tudo começou.

GLEBA III - Tem início no ponto 25 embaixo da cerca da Fepasa e segue por uma distância de 200 m até o ponto 26; segue daí até o ponto 27 com uma distância de 260 m; segue daí por 65 m até o ponto 28; segue daí por 345 m até o ponto 29; segue daí por 50 m até o ponto 30; segue daí por 15 m até o ponto 31; segue daí por 100 m até o ponto 32; segue daí por 185 m até o ponto 33, situado às margens de um córrego; segue daí pelo mesmo até o ponto 34, às margens do Rio Tatu com uma distância de 175 m; segue daí pela margem do citado rio por uma distância de 1.945,2 m até o ponto 35, tudo isso confrontando com Benedito Antonio de Paula ou sucessores; segue daí por 25 m até o ponto 36 situado embaixo da cerca da Fepasa; daí segue pela mesma por uma distância de 845,22 m até o ponto 25, onde tudo começou. As Glebas acima descritas formam no conjunto o Horto Florestal e Pedreira de Tatu e perfazem uma área de 310,02 alqueires ou 750,25 hectares, que são hoje utilizados na cultura de cana, pasto e eucalipto, possuem ainda várias benfeitorias a saber: colônias, barracões e ranchos em mau estado de conservação.



ESTADO DE SÃO PAULO-BRASIL

DECRETO Nº 056 / 83

= fl. nº 03 =

Artigo 2º - As áreas em apreço destinam-se à

- a) construção de estação de tratamento de esgoto;
- b) construção de lagoas de estabilização para tratamento primário de esgoto;
- c) instalação de pröprios municipais, notadamente, os destinados à obras, transportes e materiais;
- d) instalação de canteiro de mudas destinada à arborização da cidade;
- e) instalação de um parque municipal, visando à proteção das paisagens e locais particularmente dotados pela natureza;
- f) construção de um centro esportivo;
- g) construção de um centro cultural, dotado entre outras obras, de um teatro de arena e concha acústica;
- h) implantação de núcleos destinados à recreação e saúde pública;
- i) construção de distrito industrial;

PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e três.

JURANDYR DA PAIXÃO DE CAMPOS FREIRE
= Prefeito Municipal =

PUBLI CO na Coordenadoria Geral Administrativa da Prefeitura Municipal de Limeira, aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e três.

JOSE ANGELO RIBEIRO
= Coordenador Geral =

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

111

DECRETO Nº 122 / 83

=====

JURANDYR DA PAIXÃO DE CAMPOS FREIRE, Prefei-
to Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

USANDO das atribuições que lhe são confe-
ridas por lei e, em especial o disposto pelo artigo 15 do Decre-
to-Lei nº 3.365, de 1941 e alterações posteriores e item VI do
artigo 3º do Decreto-Lei Complementar nº 09, de 1969,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica declarada, em regime de ur-
gência, para o fim de desapropriação judicial ou amigável, a -
área de terra abaixo relacionada e constante do Decreto nº
056/83, de 27 de maio de 1983;

- 6.744.834,83 metros quadrados de área de
terra, localizada no Bairro de Itaipu, de
propriedade da FERROVIA PAULISTA S/A - -
FEPASA, conforme memorial descritivo que
fica fazendo parte integrante deste decre-
to.

Artigo 2º - Este decreto entrará em vigor -
na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrã -
rio.

PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos oito dias do
mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e três.

JURANDYR DA PAIXÃO DE CAMPOS FREIRE

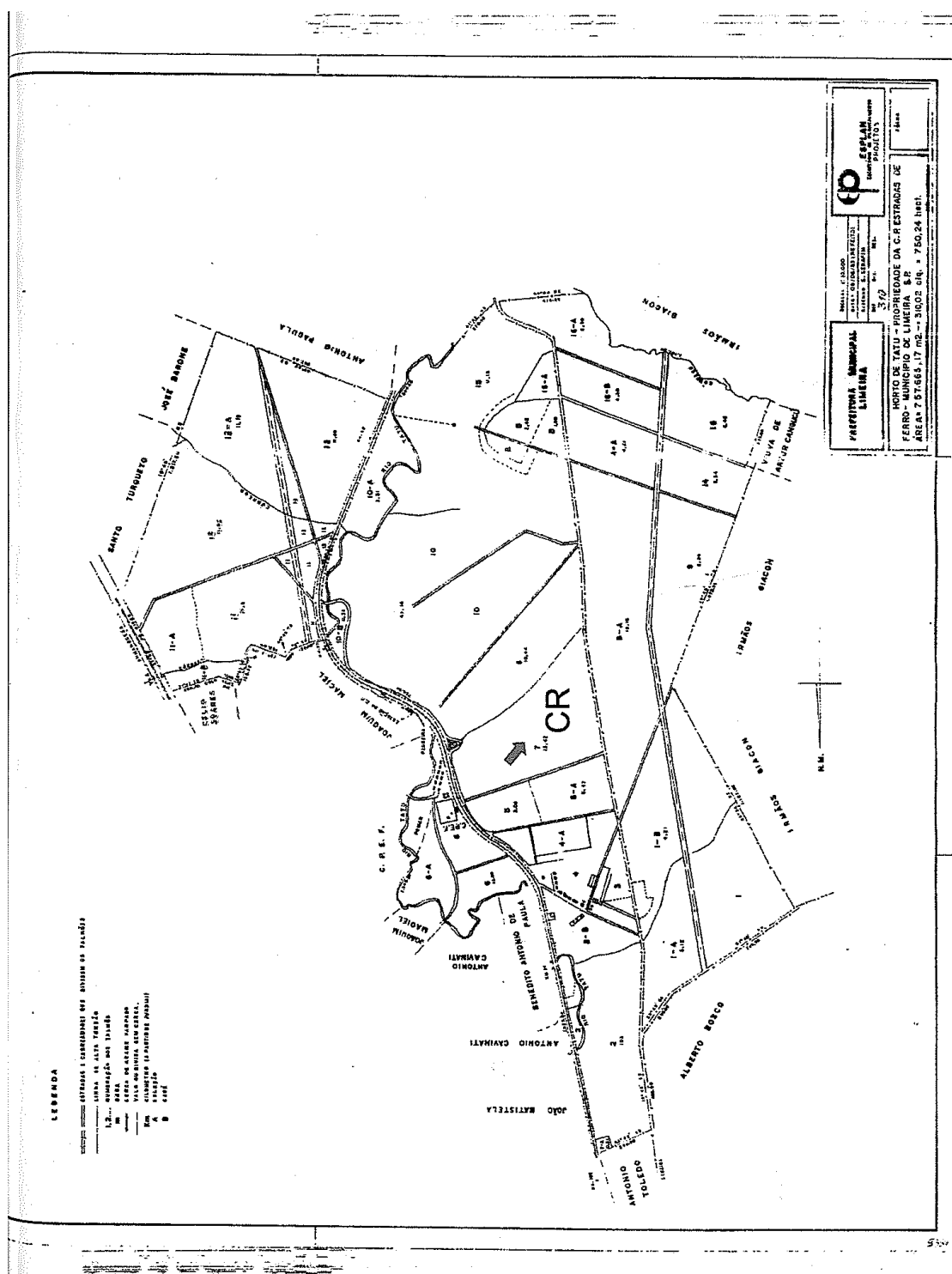
- Prefeito Municipal -

PUBLICADO na Coordenadoria Geral Adminis-
trativa da Prefeitura Municipal de Limeira, aos oito dias do -
mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e três.

JOSE ANGELO RIBEIRO

-Coordenador Geral-

Anexo C



Anexo D

